

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2021

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos do OPART, E.P.E. apresenta-se informação para compreensão integral da situação económica e financeira desta empresa, da eficiência da gestão e das perspetivas da sua evolução. Pretende ser um relato fidedigno da atividade realizada no ano de 2021.



Preâmbulo

Nota do Conselho de Administração..... 1

Enquadramento.....	5
Destaques Financeiros.....	9
Destaques Operacionais.....	13
Investimento	15
Investimentos 2021.....	18

Linhas Estratégicas e Objetivos 19

Políticas setoriais, objetivos e indicadores.....	21
Objetivos e grau de cumprimento dos mesmos	26

Atividade de Produção Artística 2021 32

Teatro Nacional de São Carlos.....	32
Companhia Nacional de Bailado	33
Estúdios Víctor Córdon	33
Millennium Festival ao Largo 2021 (FAL)	34
Programação ONLINE em tempos de pandemia (não prevista no PAO 2021)	34
Cumprimento das Orientações Legais.....	37
Anexos	37

EPNF – Cumprimento das Orientações Legais – Quadro Resumo.....	37
Objetivos de Gestão	39
Gestão do Risco Financeiro e Limite de crescimento do endividamento.....	39
Prazo médio de Pagamento a Fornecedores e pagamentos em atraso	42
Cumprimento das Recomendações do Acionista.....	42
Remunerações.....	43
Fiscalização.....	44
Frota automóvel.....	46
Despesas não documentadas ou confidenciais	47
Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens (medida 2 da RCM 18/2014)	47
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	48
Contratação Pública	48
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	48
Plano de Redução de Custos.....	49
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	52
Divulgação das recomendações resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas.....	52
Deveres Especiais de Informação	52
PBG sites SEE e Empresa	53

Balanço Social..... 54

Mapas Económico-Financeiros 67



Estrutura de Custos	67
FSE (Funcionamento Geral).....	70
Evolução dos custos: comparação com o ano anterior.....	71
Rendimentos	73
Resultados.....	76
Execução Orçamental: Despesas vs. Receitas.....	79
Avaliação e acompanhamento da prestação do serviço público.....	79
Tesouraria	83
Gestão do Risco Financeiro	84
Proposta de Aplicação de Resultados	86
Contas do Exercício de 2021	87
Anexos	112
Demonstrações de Execução Orçamental 2021	112
Documentação do Fiscal Único.....	132



Nota do Conselho de Administração

O Plano de Atividades e Orçamento para 2021 (PAO 2021) do OPART, Organismo de Produção Artística, E.P.E. foi realizado e entregue em outubro de 2020 de forma a cumprir os objetivos definidos na proposta negociada para o Contrato-Programa para 2021-2023. Contudo este novo Contrato-Programa não foi considerado para 2021 (informação recebida apenas no final de 2021). Esta alteração não afetou o cumprimento da missão de serviço público e ajustou-se aos limites financeiros definidos pelo Contrato-Programa 2020.

Continuação da Declaração de Pandemia a nível mundial – novo confinamento entre janeiro e março de 2021.

O Plano de Atividades previsto para 2021 voltou a sofrer enormes alterações à sua execução, fruto da continuação da Declaração de Pandemia a nível Mundial, que provocou a suspensão de toda a atividade presencial, de janeiro a abril, e obrigou a nova supressão de espetáculos e novos reagendamentos de programação.

Apesar da suspensão da atividade, o OPART, E.P.E. conseguiu que muitos espetáculos fossem realizados, gravados e transmitidos *online* pois, ao contrário do período de confinamento em 2020, os artistas e técnicos foram autorizados a prestar trabalho e a realizar ensaios, mas sem presença de público a partir de meados de fevereiro.

O ano de 2021, cuja atividade se relata neste Relatório, reflete assim novamente os desafios à gestão diária de equipas e da programação, mas também as incertezas que se viveram ao longo do ano e que ficaram espelhadas na redução de público dadas as limitações de ocupação de salas e os distanciamentos exigidos pelas sucessivas normas sanitárias de controle dos contágios e alastramento da pandemia.

Os objetivos traçados com base numa retoma desejada para 2021 e que o OPART, E.P.E. esperava atingir sofreram algumas alterações, mas foi possível minimizar os efeitos negativos através de adaptação de programas às realidades vividas e recorrendo à transmissão *online* e em *streaming* sempre que foi possível.

Importa referir que o Festival ao Largo edição de 2021, voltou a ser apresentado no Largo do Teatro São Carlos cumprindo todas as regras recomendadas pela Direção Geral de Saúde para a apresentação de espetáculos ao ar livre, após ter sido deslocado em 2020 para o Palácio da Ajuda numa parceria com o Ministério da Cultura e Direção Geral de Património Cultural.



Salienta-se também o facto de que os Estúdios Victor Córdon - plataforma criativa, viram reforçada a sua atividade e participação artística no Festival ao Largo 2021, pela primeira vez, com projetos de produção própria que se afirmam positivamente como suporte e apoio à criação artística para a comunidade independente da dança e da música.

Renovação Estado de Emergência e suas implicações na atividade

No dia 14 de janeiro de 2021 foi decretada a prorrogação do Estado de Emergência, Decreto do Presidente da República N.º 6-B /2021, em Portugal e supressão de atividade presencial e novo confinamento das equipas que se manteve até dia 19 de abril. No âmbito das fases de desconfinamento decretadas pelo Governo, a atividade artística nos teatros e equipamentos culturais vocacionados para espetáculos só reabriu ao público a 3 de maio, e com limite de ocupação até 50% e grande distanciamento, testagem das equipas e do público e uso obrigatório da máscara.

Estas restrições mantiveram-se sem grande alteração até final de setembro. A partir de dia 1 de outubro foi decretado o Estado de Alerta em Portugal e levantadas parte das restrições anteriormente impostas o que permitiu o aumento das lotações nos teatros.

A organização do trabalho artístico e técnico pautou-se ao longo de 2021, de janeiro a outubro, por forte condicionalismo provocado pelos casos de doença COVID 19 e seus efeitos colaterais. Por esta razão o OPART, E.P.E. não apresentou publicamente as suas temporadas com a desejada antecipação o que impediu a melhor e eficaz divulgação dos espetáculos. A programação foi sendo divulgada mensalmente e depois trimestralmente, tal como tinha sido feita ao longo de 2020, fruto da necessidade de se ajustar às medidas decretadas pelas entidades competentes.

Muitas equipas mantiveram-se em teletrabalho obrigatório e/ou aconselhável, outras em horários desfasados e alternados ao longo da semana e muitos dos efetivos sujeitos ao dever de proteção dos grupos identificados com problemas de saúde.

Redirecionamento da programação novamente para o formato *online*

Fruto desta situação novamente inesperada, a programação viria a ser novamente alterada para dar cumprimento às novas regras de segurança e saúde pública a que passámos a estar obrigados, redirecionando, parte dela, e em período de confinamento obrigatório, para o formato online com produção de conteúdos novos e recorrendo aos arquivos dos



teatros. Novos projetos foram programados e não constavam do Plano de Atividades proposto em final de 2020.

O regresso da atividade quase em pleno no último trimestre de 2021

A partir de 1 de outubro e na sequência do levantamento das restrições de acesso e de entrada e permanência a atividade retomou a sua quase normalidade no Teatro Nacional de São Carlos e na Companhia Nacional de Bailado, permitindo o regresso da Ópera e dos bailados clássicos, sempre dentro das regras de segurança e de controle da pandemia, testando semanalmente as equipas e constante prevenção e controle de situações de contágio. A procura do público aumentou e contrariamente às nossas expetativas as receitas aumentaram e geraram uma nova dinâmica nas salas.

O Conselho de Administração do OPART, E.P.E., esteve sempre a acompanhar de forma atenta os desenvolvimentos diários da situação, a qual, dada a sua natureza, e ainda com elevado grau de incerteza, afetou a gestão dos recursos humanos artísticos e técnicos, altamente expostos a situações de risco de contágio e que obrigaram a um rigoroso planeamento do trabalho e acompanhamento de prevenção e comunicação interna.

Nota final e agradecimento às equipas e ao público

Ao longo do difícil ano de 2021, eivado de sobressaltos e incertezas, o OPART, E.P.E. conseguiu, através das suas estruturas – Teatro Nacional de São Carlos, Companhia Nacional de Bailado e Estúdios Vítor Córdon - cumprir a sua missão maior e criar uma dinâmica de trabalho presencial alternado e de teletrabalho, para as equipas cujo trabalho o permitia e tudo fez para o não cancelamento de espetáculos e atividades previstas, honrando o público e o serviço público a que está obrigado e deu cumprimento aos objetivos que o Estado lhe definiu no Contrato-Programa, dentro das obrigações da legislação que regulamentou o Estado de Emergência, o Estado de Calamidade e as suas sucessivas renovações até ser decretado o Estado de Alerta que veio suavizar as restrições até aí em vigor.

Não poderia o Conselho de Administração deixar de agradecer e reconhecer a dedicação, o empenho e a compreensão de todos os diretores e equipas artísticas, equipas técnicas e administrativas, colaboradores e fornecedores para as necessárias alterações, mudanças e incertezas que o ano de 2021 nos obrigou a realizar e que sabemos ter sido possível graças a um grande esforço coletivo, que afetou grande parte das equipas e suas famílias.

PREÂMBULO

Um agradecimento também ao nosso público que nunca deixou de participar e de connosco celebrar e aplaudir cada espetáculo e cada momento artístico, vivido passo a passo.

Por fim é devido também um especial agradecimento às tutelas da Cultura e das Finanças, cujos representantes máximos e suas equipas de acompanhamento da gestão, souberam permanentemente e de forma confiante dar as respostas aos nossos muitos problemas e permitiram que as nossas sugestões e propostas para implementar as sucessivas mudanças ao funcionamento, e adaptá-las ao quotidiano, fossem possíveis de executar.

A todos muito obrigado.

Lisboa, 29 de abril de 2022



Conceição Amaral
Presidente do Conselho de Administração



Alexandre Santos
Vogal Financeiro do Conselho de Administração



Enquadramento

O Relatório de Gestão e Contas que agora se apresenta diz respeito ao ano de 2021, mas importa enquadrar no tempo longo muitas das situações vividas e que não estando resolvidas têm provocado alguns impedimentos para uma melhor mudança na gestão.

Contudo, devemos sempre lembrar os princípios que nortearam a criação do OPART - Organismo de Produção Artística - E.P.E., em 2007, através do Decreto-Lei n.º 160/2007 de 27 de abril, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e os objetivos no tocante à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos com ganhos de eficiência.

A junção do Teatro Nacional de São Carlos (TNSC) e da Companhia Nacional de Bailado (CNB) numa única entidade pública empresarial, mas continuando a funcionar como centros de produção artística autónomos, cada qual dotado da sua própria direção artística, permitiu a existência de uma administração comum, que passou a proceder à aprovação dos respetivos planos de atividades e orçamentos plurianuais, a ocupar-se da gestão financeira e de pessoal e assegurar a coordenação e complementaridade mais efetivas dos meios disponíveis para uma produção e uma programação de elevada qualidade nas áreas da música, da ópera e da dança.

O OPART, E.P.E. visava, deste modo, proporcionar a ambas as entidades, as melhores condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe, disponibilizando novos instrumentos de gestão que reforçassem as suas respetivas identidades artísticas e operacionalidade.

Contudo várias foram as vicissitudes vividas e que não permitiram um percurso linear e orientado para uma estratégia clara e afirmada no contexto cultural e social português.

Vemos que logo em 2012, viria a ser criado, através do Decreto-Lei n.º 208/2012, de 7 de setembro, publicado em Diário da República, 1.ª série, n.º 174, o Agrupamento Complementar de Empresas (ACE), o GES CULT – Serviços Partilhados da Cultura, A.C.E, constituído por 5 (cinco) entidades públicas empresariais que participavam como agrupadas das quais o OPART, E.P.E. fazia parte.

Contudo a publicação do Decreto-Lei n.º 36/2013 de 11 de março, relativo às regras de execução do Orçamento de Estado para 2013, viria suspender a vigência do Decreto-Lei n.º



208/2012 de 7 de setembro, tendo sido reprimado o Decreto-Lei n.º 160/2007 de 27 de abril, e revogado pela Lei de Orçamento de Estado para 2016 (artigo 215.º, n.º 2, da Lei n.º 07-A/2016 de 30 de março).

Fazendo uma pequena resenha histórica para melhor se compreender a evolução do OPART, E.P.E ao longo dos anos, e suas implicações financeiras, evidenciamos que, entre 2010 e 2016, as constantes alterações dos Conselhos de Administração e das tutelas setoriais, e o facto de desde 2013 e até setembro de 2016 não ter existido Diretor Artístico para o TNSC, provocaram uma evidente instabilidade interna, que se traduziu na ausência de uma programação e temporadas daquele organismo que deveriam refletir um projeto artístico coerente e continuado.

Importa assim identificar que fruto desta instabilidade e fragilidades de liderança, resultou a diluição dos procedimentos e regras, a ausência de uma política com linhas de orientação estratégica bem definidas e alinhadas com um quadro de objetivos com metas quantificáveis, a alteração da estrutura orgânica sem o correspondente desenho e comunicação interna, a ausência de um sistema adequado de controlo interno, entre muitos outros.

Estas situações não foram fáceis de reverter nos últimos anos e apesar do esforço em implementar a reestruturação interna dos recursos humanos e a criação de novos planos e regulamentos internos para uma melhor e mais transparente atuação e gestão, algumas delas estão ainda em fase de resolução e contamos vê-las resolvidas em breve.

Em 2011, aquando da elaboração do Orçamento de Estado para 2012, o OPART, E.P.E. passou a figurar como Entidade Pública Reclassificada (EPR), passando a inserir-se na esfera do Orçamento de Estado e sujeita às regras de execução orçamental, ainda que num regime simplificado. Deste modo, passou a ser gerida por 2 (dois) sistemas contabilísticos: por defeito, enquanto entidade pública empresarial, regemo-nos pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e, em excesso, por um regime aplicável às EPR de controlo da execução orçamental. Até final de 2017, não havendo no mercado sistemas compatíveis com estas duas realidades, a situação foi sendo colmatada pela utilização de ferramentas como o Excel e Access, que não estavam interligadas com o anterior *software* de gestão PHC, o que originou em grande parte, que a Direção Financeira e Administrativa estivesse reduzida a um papel de mero executante e não de controlo e gestão exigidos, sem grande confiança nos dados introduzidos e resultados, existindo uma enorme



sobrecarga nos reportes, de carácter obrigatório, legais e regulares (vários ao longo de cada mês), que somos obrigados a relatar, seja de forma desmaterializada ou não.

Em 2017 lançou-se um ajuste direto, procedimento em conjunto com o Teatro Nacional D. Maria II e Teatro Nacional São João, inserido no âmbito da Medida Simplex “Sistema de Gestão Integrada dos Teatros Nacionais”, ao abrigo do Acordo Quadro de Licenciamento de software e serviços conexos (ESPAP 2015) para “Aquisição, parametrização e implementação de software de gestão, bem como os respetivos serviços de assistência técnica e manutenção corretiva e evolutiva” que desse resposta, em primeira linha, à implementação do SNC-AP. Este SW ERP veio, ainda, colmatar o deficiente controlo interno.

Em novembro de 2017 foi efetuada a integração do saldo transitado, solicitada em abril de 2017, para reforço da despesa necessária a esta adjudicação. Só nessa altura foi possível outorgar o contrato e dar início à implementação e parametrização. Assim, um trabalho desenhado para ser efetuado em 6 meses, com testes e correções, foi efetuado no início do ano de 2018.

O ano de 2018 foi um ano de adaptação ao novo SW ERP, parametrizações e correções. Foi o ano em que foi homologado o Regulamento Interno da estrutura, atualizado face ao existente e elaborado em 2007. Procedeu-se à atualização do Código de Ética e Conduta, com adição do regulamento do assédio no trabalho.

No ano de 2019, o OPART, E.P.E. teve alguns constrangimentos com os trabalhadores, levando mesmo a alguns dias de greve que obrigaram ao cancelamento de uma produção operática, totalmente esgotada, e que colocou em risco também a realização do Millennium FAL 2019. No entanto, o Conselho de Administração que entrou em funções em julho de 2019, conseguiu chegar a acordo com o Sindicato e os trabalhadores, e a greve foi levantada no próprio dia de realização do primeiro concerto do Millennium FAL2019. No entanto as récitas canceladas, cuja lotação se encontrava esgotada, trouxeram alguns constrangimentos financeiros nomeadamente com a devolução de bilhetes.

Chegados ao ano de 2020, o início da pandemia afetou toda a programação prevista, obrigando aos sucessivos reagendamentos e adaptações funcionais constantes.

Este acontecimento mundial levou a uma reorganização total da atividade e a um elevado esforço de flexibilização de meios e recursos, de modo a fazer face à nova situação.



Também em 2020 e ao longo de 2021 foi dada continuação e intensificação da negociação com o sindicato CENA-STE de modo à obtenção de um Acordo de Empresa que, à data deste relatório, se encontra numa fase final de negociação.

Devido à situação vivida provocada pela pandemia e sua extensão do ano anterior, a atividade ao longo do ano de 2021, refletida neste R&C, pensada para ser de retoma e de assunção dos compromissos reagendados de 2020, foi novamente alvo de muitas alterações e de alguns cancelamentos de espetáculos reagendados, o que voltou a pesar significativamente na componente financeira.

Contudo o OPART, E.P.E., enquanto instituição nacional de referência e com responsabilidades de prestação de serviço público, respeitou todos os compromissos previamente assumidos com artistas, técnicos e fornecedores, e teve como resultado uma evidente diminuição da sua receita própria proveniente da venda de bilhetes.

Ao longo do ano foi dada especial atenção à atualização e realização e regulamentação de planos de gestão interna a que o OPART, E.P.E. está obrigado e que estavam desatualizados ou não existiam. Nomeadamente na área do controle e de prevenção de riscos, da igualdade de género e não discriminação, da parentalidade, ética e conduta, correio eletrónico e proteção de dados.

Atualmente, e depois de divulgados aos trabalhadores estão publicados nos websites do OPART, em Documentos Legais, nas páginas do www.tnsc.pt e www.cnb.pt.

A saber:

- **Código de Ética e Conduta**, atualizado em 2021, que define os princípios éticos pelos quais a atuação do OPART, E.P.E. se deve pautar, bem como as normas de conduta a seguir. Em Anexo: Canal de denúncias
- **Proteção da Parentalidade**, aprovado e divulgado em dezembro de 2021.
- **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**, atualizado em 2022.
- **Regulamento de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e aos Financiamento do terrorismo**. Realizado em fevereiro de 2022, divulgado e implementado.
- **Regulamento de Utilização do Correio Eletrónico**, aprovado e divulgado em fevereiro de 2022.

Destaques Financeiros

Histórico

Olhando para o EBITDA e Resultados Líquidos desde 2010, verificamos que nesse ano, apesar de um volume de negócios 50% mais elevado que o atual, financiamento público superior em 1,6% e o apoio mecenático na ordem de um milhão e quinhentos mil euros (74% acima do atual), e tendo em conta os Gastos com Pessoal e FSE, sobre os quais ainda não haviam sido tomadas medidas de contenção, obteve-se um EBITDA de -217.713,44€ e um Resultado Líquido de -560.454,02€.

Em 2011, o valor do EBITDA de 320.742€ e de um Resultado Líquido de 29.782€, só foi possível com a aplicação de medidas de contenção, nomeadamente as reduções remuneratórias (com impacto, também nas aquisições de serviços) e o não pagamento de subsídio de férias e de Natal, que levaram a uma redução de 16% na Despesas com Pessoal e de 13% nos FSE, uma vez que em termos de subsídios à exploração (que inclui IC e Mecenato) sofremos uma redução de 4% (-829.692€) e, em termos de volume de negócios, uma redução de 17% (-401.969€). De referir ainda que em 2011 aumentámos a provisão em cerca de 1.610.000€ fruto do processo judicial relativo ao despedimento do Maestro Zoltán Pesko.

Em 2012, apesar da redução de 19% de FSE face a 2011 (30% face a 2010) e de 12% das Despesas com Pessoal face a 2011 (26% face a 2010), porque ao nível de volume de negócios sofremos uma redução de 42% face a 2011 (52% face a 2010) e ao nível de subsídios de exploração uma redução de 18% face a 2011 (21% face a 2010), o nosso EBITDA foi de -111.208€ e o nosso Resultado Líquido de -392.954€.

Em 2013, obteve-se um EBITDA positivo de 797.506€ e um Resultado Líquido positivo de 515.131€, apenas em resultado da reversão da provisão relativa ao processo judicial do Maestro Zoltán Pesko, de cerca de 2.500.000€. Não fora isso, teríamos um EBITDA negativo acima do 1.400.000€ e um Resultado Líquido de cerca de 1.800.000€ negativo (considerando-se, mesmo assim, uma reversão de 300.000€). Os subsídios à exploração reduziram em 3% face a 2012 e 23% face a 2010, sendo que a IC (se manteve idêntica à de 2012) apresentou uma redução de 25% face a 2011 e de 27% face a 2010. Em termos de Despesas com Pessoal, estas aumentaram 23%, face a 2012, dado ter sido considerado inconstitucional o não pagamento dos subsídios de férias, e os FSE apresentaram uma redução de 20% face a 2012 e de 43% face a 2010.



Devido ao facto de termos de pagar os subsídios de férias, valor não previsto em orçamento, tivemos de outorgar um contrato de empréstimo com o Estado de 900.000€ dadas as dificuldades de tesouraria para fazer face a esse pagamento. Também a partir de 2013 o TNSC ficou sem Diretor Artístico e sem uma programação regular o que em muito agravou a instabilidade já vivida.

Em 2014 obteve-se um EBITDA positivo de 506.022€ e um Resultado Líquido de 239.712€ graças ao aumento do apoio do Fundo de Fomento Cultural para 2.500.000€ e obtenção de outros apoios no montante de 464.300€, o que elevou os subsídios à exploração para 16.654.139€, mais 1.486.400€ do que em 2013 (aumento de 10%). Também houve uma redução de 6% relativamente aos Gastos com Pessoal, mantendo-se o nível dos FSE. A ausência de um Diretor Artístico no TNSC e de uma programação concertada e anunciada com antecedência para fidelizar os públicos e assinantes, teve impacto no volume de negócios que reduziu em 6% face a 2013.

Em 2015, verificou-se um aumento de 32% no volume de negócios, resultado da contratação da figura de programador artístico que apresentou uma Programação regular e coesa (o que implicou necessariamente aumento nos FSE de mais 15% face a 2014). Também se verificou o aumento de 500.000€ no apoio do FFC que gerou um aumento de 1% nos subsídios à exploração. O aumento do volume de negócios e de subsídios à exploração, num total de 3% (+584.142€) permitiu fazer face ao aumento de FSE e Gastos com Pessoal num total de 6% (+1.075.266€ resultado, essencialmente, da reversão de 20% das reduções remuneratórias). O EBITDA atingiu os 225.547€ e o Resultado Líquido, 17.932€.

Em 2016, apesar do aumento de 1% da IC (0,5% de aumento no total dos subsídios à exploração), voltámos a registar uma quebra no volume de negócios de 26%. Assim, no total de financiamento (próprio e público), tivemos uma redução de 296.479€ (-1,6%), enquanto que, face à reversão total das reduções remuneratórias (ainda que gradual e por trimestre) e ao pagamento de indemnizações, sofremos um aumento de 5% nas Despesas com Pessoal (+661.575€) – neste valor também está refletido as contratações ao abrigo da Lei n.º 4/2008 e diretamente relacionadas com a atividade artística - e, tendo em conta a estabilização de uma programação e da nomeação de um Diretor Artístico para o TNSC, registámos um aumento de 7% (+ 278.543€) nos FSE, num total de 940.118€ (+ 5%). Ora, a quase manutenção do financiamento público, acrescido de redução do volume de negócios, não conseguiu fazer face ao aumento dos gastos com Pessoal e ao aumento de FSE, fruto da dinamização da atividade artística.



A degradação do edificado e equipamentos, sem que tenha havido nos últimos anos investimentos para a sua recuperação/substituição, tem onerado os gastos com reparações e conservações que, de pontuais, passaram a constantes e de montante considerável, sem a resolução do problema de raiz, antes agravando-o. Desta forma, a inexistência de financiamento suficiente para fazer face a todos estes custos (as Despesas com Pessoal retomam os níveis de 2010 e, cada vez mais, a dificuldade de impor reduções nos FSE, especialmente porque, para se aumentar o volume de negócios, tem de se aumentar e diversificar a atividade artística), não permitiu um orçamento financeiramente equilibrado, e o OPART, E.P.E. teve em 2016 um EBITDA de -1.065.960€.

Parece também relevante o facto de, em termos de contabilidade orçamental, ter sido integrado o saldo de gerência de 2015 (cerca de 1.070.000€) como crédito especial, aumentando o orçamento de despesa, sendo que, em termos de princípio da especialização e da contabilidade financeira, as receitas do saldo de gerência estão refletidas nos resultados de 2015 e não 2016.

Em 2017, o OPART apresentou um Resultado Líquido do exercício de 274.866,37€, e um EBITDA de 445.408,38€. A proposta de orçamento de atividades do OPART para o ano de 2017, foi efetuada com base nas instruções emanadas pela Circular Série A n.º 1379 da Direção-Geral do Orçamento (DGO) e com base na atribuição do montante de 15.614.807€ de Indemnização Compensatória e 3.000.000€ de apoio do Fundo de Fomento Cultural (FFC). Contudo, na fase de discussão do Orçamento de Estado 2017, verificou-se que o orçamento de despesa e receita, carregado em agosto, havia sido alterado e aumentado o valor da IC para 17.402.830€. Numa fase posterior, também foi alterado o montante a transferir por parte do FFC, que, de 3.000.000€ inscritos e aprovados em sede de OE 2017, foi firmado o compromisso de 1.900.000€. Assim, o aumento efetivo de cerca de 1,5 milhões foi absorvido pelo aumento de Despesas com Pessoal e aumento do IVA. Face a estas dificuldades, no final do ano, foi transferido mais 281.351€ do FFC.

Em 2018, o OPART, E.P.E. apresentou um Resultado Líquido do exercício de 723.802,27€, e um EBITDA de 925.670,10€. Em termos de gastos operacionais apresentou valores abaixo do ano transato em cerca de 5 % e abaixo dos 17% face a 2010.

No que diz respeito à IC e FFC, estes subsídios tiveram um acréscimo de 0,9% face a 2017. Ao valor protocolado com o FFC de 1.917.100€, foi necessário transferir mais um valor mais 250.000€ no final do ano, dada a redução inesperada, durante o mês de maio, do apoio mecenático da EDP.



Em 2019, entre os principais resultados da área administrativo-financeira, note-se a redução do prazo médio de pagamento a fornecedores, de 38 dias em 2018 para 20 dias no final de 2019. Este ano com a inclusão do apoio do FFC na IC e com a transferência da IC trimestralmente (a partir do terceiro trimestre) permitiu ter tesouraria de forma regular para cumprir os prazos de pagamento. O mecenato da EDP manteve-se nos mesmos valores que em 2018, assim como o apoio ao FAL por parte do Millennium BCP.

Relativamente aos gastos com FSE, que continuaram reduzidos em 40% face a 2010, em grande medida devido à redução do orçamento para programação artística, apresentou o montante de 3.582.585,39€ (mais 8,4% face a 2018). Contudo verificou-se um aumento dos gastos operacionais no volume de negócios, provocado pelos efeitos da greve, que originou uma redução de volume de negócios de pelo menos 180.000€ provocado pela devolução de bilheteira. Apesar dos gastos operacionais terem aumentado em cerca de 236.000€ o volume de negócios previa-se por volta do 1.160.477€ (mais 7% que em 2018). Infelizmente a greve fez com que o volume de negócios não passasse dos 980.477€ tendo uma redução de 9% face a 2018. Em termos financeiros, ressalva-se o facto de se ter alcançado 15% de redução dos custos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal) em 2019 face a 2010.

Face à situação de Pandemia em 2020 o volume de negócios teve uma quebra de 45% face a 2019, fruto de diminuição da receita própria, nomeadamente bilheteira. Por sua vez os subsídios à exploração, quer públicos quer privados, tiveram um aumento de 3,6%, devido ao incremento do FFC, que passou de 200 000€ em 2019 para 727 000€ em 2020. O mecenato da EDP manteve-se nos mesmos valores que em 2019, assim como o apoio ao FAL por parte do Millennium BCP.

Relativamente aos gastos operacionais, estes foram fortemente influenciados pelos FSE, que reduziram 28% face a 2019. Esta redução deveu-se ao facto de parte da programação artística ter sido reagendada para 2021, sendo os gastos efetuados diferidos para seu reconhecimento no momento da apresentação das mesmas.

A combinação destes fatores gerou um resultado líquido do exercício após impostos no valor de 1.286.307€.

Para o ano de 2021 a proposta de orçamento de atividades do OPART, E.P.E. foi efetuada com base nas instruções emanadas pela Circular Série A n.º 1399 da Direção-Geral do Orçamento (DGO).



O volume de negócios voltou a subir face a 2020 (36%) embora tenho ficado ainda abaixo dos valores de 2019. Não podemos esquecer que os teatros estiveram 3 meses encerrados em 2021 e aquando a sua abertura ainda tinha limitações de 50% na sua ocupação. A perspetiva é que o valor de 2019 seja atingido em 2022 com previsão em alta.

Em termos de apoio do Estado a IC – Indemnização Compensatória e apoio do Fundo de Fomento Cultural foram do mesmo montante.

Os gastos totais aumentaram (2%) fruto dos gastos de produção que aumentaram 56% face a 2020. Mas os gastos com estrutura reduziram (2%). Tal como nas receitas, ainda não atingiram os valores de 2019.

O OPART, E.P.E. terminou o ano económico com um Resultado Líquido de €1.478.538,20, e pela primeira vez desde a sua criação apresenta uma situação líquida positiva (Património Líquido positivo).

Destaques Operacionais

Em dezembro de 2019 foi nomeada Maria da Conceição Amaral, para Presidente do Conselho de Administração, para dar cumprimento à continuidade do mandato (2019-2021) na sequência da renúncia de André Moz Caldas, em outubro de 2019.

Por deliberação do Conselho de Administração, de 27 de julho de 2007, foi aprovado o Regulamento Interno do OPART - Organismo de Produção Artística, E. P. E., previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 160/2007, de 27 de abril e que se manteve em vigor até maio de 2018.

Passados dez anos da aprovação daquele Regulamento Interno, importou introduzir alguns ajustamentos na orgânica do OPART, E.P.E., com base na experiência colhida desde a criação desta Entidade, pelo que, consultadas as organizações representativas dos trabalhadores nos termos do artigo 99.º do Código do Trabalho, foi deliberado pelo Conselho de Administração a alteração ao Regulamento Interno do OPART – Organismo de Produção Artística, E. P. E., o qual foi homologado por S. Exa. o Secretário de Estado da Cultura em 08 de maio de 2018.

De acordo com o artigo 5.º dos Estatutos do OPART, E.P.E., são órgãos o Conselho de Administração e o Fiscal Único.



A estrutura orgânica integra, obrigatoriamente, o Diretor Artístico do TNSC e o Diretor Artístico da CNB e, ainda, o Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração, Direções e respetivos setores e gabinetes do TNSC, Corpos Artísticos do TNSC e respetivos (as) Maestros/Maestras titulares, Direções e respetivos setores e gabinetes da CNB, Elenco de Bailarinos e Equipa Artística da CNB, Estúdios Víctor Córdon e Direções e Gabinetes comuns.

A **estrutura orgânica do OPART, E.P.E.** integra as seguintes Direções comuns e um Gabinete comum:

- a) Direção Financeira e Administrativa;
- b) Direção de Recursos Humanos;
- c) Direção de Manutenção;
- d) Direção de Comunicação e Marketing.
- e) Gabinete de Informática.

O **Teatro Nacional de São Carlos** tem as seguintes direções, das quais podem depender gabinetes e setores, e corpos artísticos próprios:

- a) Direção de Produção TNSC;
- b) Direção Técnica TNSC;
- c) Direção de Cena TNSC;
- d) Direção de Estudos Musicais TNSC;
- e) Direção do Coro e Orquestra TNSC;
- f) Maestro/Maestrina Titular do Coro do TNSC;
- g) Coro do TNSC;
- h) Maestro/Maestrina Titular da Orquestra Sinfónica Portuguesa;
- i) Orquestra Sinfónica Portuguesa.

A **Companhia Nacional de Bailado** tem as seguintes direções, das quais podem depender gabinetes e setores, e elenco artístico:

- a) Direção de Produção CNB;
- b) Direção Técnica CNB;
- c) Direção de Cena CNB;
- d) Elenco de Bailarinos e Equipa Artística da CNB.



O OPART integra ainda os Estúdios Víctor Córdon que são uma plataforma de desenvolvimento de projetos de criadores e intérpretes, promovendo a formação, residências e parcerias com outras entidades. Os Estúdios Víctor Córdon adquiriram autonomia artística em 2021 e serão uma direção na orgânica do OPART, E.P.E. que se prevê alterar ao longo de 2022.

Investimento

O OPART, E.P.E. nos termos do Decreto-Lei n.º 160/ 2007 de 27 de abril, desenvolve a sua atividade artística, em permanência, na cidade de Lisboa em três espaços culturais:

- no Teatro Nacional de São Carlos (TNSC), único teatro de ópera do país,
- no Teatro Camões (TC), onde se apresenta a temporada regular da Companhia Nacional de Bailado desde 2003 e
- nos Estúdios Victor Córdon, uma plataforma artística de apoio à criação independente e local facilitador de residências artísticas e espaço de debate e de partilha de eixos transversais ao conhecimento artístico nas artes performativas.

Estão afetos ao OPART, E.P.E. os seguintes conjuntos edificados: Teatro Nacional de São Carlos, Teatro Camões e Estúdios Víctor Córdon.

O Teatro Nacional de São Carlos, inaugurado em 1793, encontra-se classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto nº 2/96, DR, 1.ª série, n.º 56, de 6 março. O Teatro Nacional de São Carlos permanece a única sala de espetáculos construída exclusivamente para a produção e audição operáticas, em Portugal, e é uma referência patrimonial absoluta e insubstituível da tradição construtiva europeia aplicada a salas de espetáculos musicais, no século XVIII.

Ao longo dos seus 229 anos de existência, o Teatro Nacional de São Carlos foi sendo alvo de diversas campanhas de obras de manutenção do edificado, mas também de transformação do construído, sendo a mais importante a que ocorreu nos anos 1940. Estas obras de grande dimensão, sob a orientação da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, transformaram significativamente o edificado alterando de raiz alguns fundamentos arquitetónicos e patrimoniais.



Apesar das ações de conservação e restauro iniciadas em 2020, nomeadamente na fachada e nas zonas públicas do monumento, o Teatro Nacional de São Carlos carece de uma maior intervenção integrada e urgente, em diversas zonas do complexo edificado, com respeito pelo valor patrimonial, mas assegurando, de forma informada, os padrões contemporâneos de segurança das pessoas e do edificado. De facto, tem-se detetado em São Carlos, uma elevada degradação e desqualificação de espaços e uma desatualização de redes técnicas, circunstâncias que impedem que se possa responder na totalidade aos atuais padrões de segurança das instalações.

De referir, ainda, um evidente desajuste entre as possibilidades operativas do conjunto edificado do século XVIII ao uso a que hoje está sujeito, em pleno século XXI e às exigências a que um equipamento cultural está obrigado.

O OPART, E.P.E. apesar de dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e de lhe caber suportar todas as despesas de conservação e beneficiação, que exigem um maior esforço financeiro que não tem sido possível, tem efetuado obras de reparação, que sabemos serem insuficientes.

Desde 2002 que a Companhia Nacional de Bailado se apresenta num espaço próprio, o Teatro Camões (TC), propriedade da ESTAMO, S.A. e arrendado ao GEPAC – MC (Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais – Ministério da Cultura), cuja manutenção compete ao OPART, E.P.E.

Os Estúdios Victor Córdon, situam-se num edifício que é propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, cedida ao OPART, E.P.E. a título de arrendamento e cuja manutenção também é suportada pelo OPART, E.P.E.

Em 2016 foi realizado um levantamento exaustivo das necessidades e um diagnóstico das fragilidades dos edifícios e elaborado um Plano Geral de Intervenções (PGI) no TNSC, que foi melhorado e atualizado em 2020 e 2021, onde são definidos quatro Eixos Prioritários:

- Segurança de pessoas e instalações - privilegiando as questões de segurança de acordo com as normas em vigor, mas em respeito pelo edificado e pela sua dimensão patrimonial classificada;
- Requalificação funcional do imóvel - identificava espaços que deveriam ser alvo de intervenção qualificada e que adequasse os espaços a novas funções. Identificava redes técnicas a qualificar ou a introduzir *ab initio*;



- Valorização patrimonial - privilegiava o restauro e conservação do edificado, dos elementos decorativos, mas também de áreas técnicas de valor patrimonial;
- Alteração de usos - identificava usos a eliminar e promovia a introdução de novas práticas associadas a uma cultura de prevenção e segurança de pessoas e instalações.

Assim, e independentemente de uma intervenção integrada que procure repor os níveis de segurança de pessoas e instalações em padrões corretos, é urgente proceder a intervenções setoriais e específicas no TNSC para se garantir a sustentabilidade da utilização do Monumento Nacional em termos funcionais, de qualidade patrimonial e de segurança de pessoas e bens.

Para 2022, e no âmbito do financiamento europeu do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, OPART, E.P.E. irá receber um financiamento avultado para fazer face à requalificação geral dos teatros e sua modernização.

Desta forma e depois desta enorme intervenção que obrigará ao encerramento dos equipamentos, as fragilidades e deficiências dos edifícios e equipamentos que se têm vindo a sentir ao longo dos últimos anos, serão ultrapassadas.

Entre 2022 e 2025, o Teatro Nacional de São Carlos e o Teatro Camões irão sofrer requalificações estruturantes a nível de segurança, a nível funcional, patrimonial e introdução de novas tecnologias, com grandes intervenções não só na estrutura dos edifícios bem como na zona de palco e mecânica de cena.

No quadro seguinte estão elencadas as principais adjudicações de 2021, em termos de investimentos:



Investimentos 2021

Descrição	Valor S/Iva
Equipamento básico para atividade	82.614,11 €
Videoprojector Laser Epson /Flightcase Pelican	2.891,00
Apple EarPods e Cabo Equip USB	95,44
Apple Ipad 32GB Wi-Fi-Cinzeno Sideral	324,39
Microfones de Lapela	400,00
Acessorios Truss X30	2.038,50
Televisão Plana LG	1.103,90
Projectores de Estúdios TC	1.153,60
Projectores-STARIRVILLE HL-x9	4.939,20
Projectores Estúdios TC	498,72
Projectores para sala de Iluminação DTNSC	1.113,64
Equipamento de som-colunas	2.543,04
Equipamento de Som	397,30
Barras Portáteis	4.480,00
Equipamento de som	2.440,77
Colunas PA HK PRO15	638,00
TASCAM DR-70D Gravador	217,28
70 Estantes K&M 11930 p/Coro TNSC	3.756,20
Cor Basset Buffet Crampon Prestige BC c/estojo	8.672,57
Trompeta Yamaha YTR-9445CHS serie Xenó-Modelo em Dó	3.539,82
Carro/Estrutura Meatrack Height 110	2.850,00
Piano Vertical Yamaha X-3179251	4.867,26
ATEM MINI PRO	481,50
Flight Cases-Caixas de protecção	1.618,00
Equipamento de som-Interface Audio Focusrite SCARLETT	395,00
Consola de Iluminação Jands Stage	1.600,00
Disjuntores no quadro de dimmers do TNSC	2.852,13
Suportes Acrílicos p/Estantes OSP	1.785,36
Tecidos de Panejamento	10.116,01
Caixas de protecção-Flightcase	2.690,00
8 Flight Cases e 2 Road Cases	4.609,60
Material Suspensão	4.241,28
Mesa Bico de Pato-Ferro de Brunir Lemm L5	3.264,60
Equipamento informático	16.323,96 €
Impressora CITIZEN S310II- Bilheteira	161,00
UPS Pro900	226,67
Equipamento informático para Back-Up	385,79
Back UPS PRO - para EVC	286,49
Equipamento Inf.Swtching e Firewall	9.199,50
Disco Externo 3.5" - 49TB USB 3.0	782,68
Armaz.Backup-NAS QNAP	558,12
QNAP- Discos	3.131,43
Discos Externos Red Pro NAS 7200	986,28
Disco Externo SSD SanDisk	606,00
Equipamento administrativo	10.199,74 €
Sofás Duplo Estofado SPL C/Braços 4Pés	2.552,00
Cadeira Operativa Staples Fellluca	45,32
Prateleiras Metálicas 930mm*400mm	224,83
Cadeira Secretária Fellluca-Staples	90,64
Armários c/Portas Persianas TNSC	638,00
Armários c/Portas Persianas CNB	319,00
Estantes Acrílico	1.098,00
Cadeira Direcção KF16530	110,00
Cadeiras Queen	1.242,00
Cadeiras Oper. Staples Fellluca PR	138,88
1 Bloco 3/gavetas Silver IICZ	110,90
Tapetes Sophia Marine 300*300 Slim	1.273,17
Tapete MIO20-282*382	1.547,00
Tapete RXZZG1037 Hosseinabad 212*305	810,00
Outros ativos	21.488,77 €
Maquina Fotografica FUJIFILM X-T3	1.266,46
Marquesa Portátil de Alumínio S-Design	200,66
Bancada Frigorífica Infricool	1.200,00
Aspirador CV555 MUE HEPA HYBD	490,00
Sistema de Engomar Rowenta Integrado QR1020D1	577,23
Acessórios para aspiradores	235,03
Máquinas de lavar roupa -Indesit	352,03
Aspirador Rainbow SRX	2.556,91
Máquinas de lavar roupa LG FAWV5012SOW	568,29
Candeeiros	108,00
Acessorios para maquinas Fotograficas	1.021,05
Fornos a microondas	3.048,00
Máquinas de Limpeza de Linóleo	4.950,00
Equipamento Protecção e Vigilância e Segurança	2.097,00
Bombas de água quente p/sanitarios	2.818,11
Software Informático	31.624,16 €
Plataformas Zoom- Licenças	279,80
Plataformas Informáticas	135,77
Licenças Microsoft Office	7.591,35
Software Primavera	10.013,32
Alojamento Software	5.497,00
Software- InvoiceXpress	300,00
Software Licença Adobe	1.634,00
Aquisição de Licenças Plataforma Zoom	262,94
Licenças Adobe Creative	1.159,00
Software FinalCut	299,98
Software AutoCAD LT	4.451,00
Total	162.250,74 €



Linhas Estratégicas e Objetivos

Apesar do ano de 2021 ter sido um ano de pandemia e de consolidação orçamental, as principais iniciativas previstas foram no sentido de promover atividades de incentivo à formação e desenvolvimento de públicos, quer de público em geral, quer do público jovem em particular, suscitando novos hábitos, necessidades culturais e interesse pela música, música erudita e bailado.

Houve uma forte aposta na continuação do trabalho junto do público infanto-juvenil: reforçando a ligação *online* para estimular a introdução de hábitos culturais e foram incentivadas visitas guiadas e forte articulação com o Plano Nacional das Artes em parceria.

A nossa visão e trabalho junto das equipas internas passou pela continuação da construção de uma identidade própria e de missão conjunta. Assumir que urge mudança na cultura organizacional interna não basta, pois obriga a um plano de ação que passa pela orientação estratégica clara e com objetivos a atingir.

A angariação de mais e diversificados públicos é um dos objetivos claros e para isso são necessários projetos âncora para os fidelizar.

Para isso há que programar eficazmente (Temporada Lírica / Temporada Sinfónica / Bailado); fomentar outros públicos, tais como Famílias, Escolas, através de uma mudança na divulgação e seus canais; divulgar o cânone; planejar novas encomendas; consolidar a mudança em curso e criar programas regulares.

Preservar o que é bom e vem de trás, mas mudar para que a instituição possa ser reconhecida pela qualidade dos seus músicos, dos seus bailarinos, pela qualidade do projeto artístico e pela sua disponibilidade e abertura à comunidade: ser uma Instituição viva e um Património de todos.

Assim, apesar da continuada situação pandémica que se viveu ao longo do ano, demos especial atenção às estratégias que vinham do ano anterior:

- Construir uma Visão de conjunto sobre a missão do OPART, E.P.E.
- Construir uma Comunidade: interna e externa e partilhá-la
- Criar etapas de Mudança: programar / fomentar outros públicos / divulgar o cânone / planejar novas encomendas / consolidar a mudança e criar programas regulares

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS



- Comunicar mais e melhor: para dentro e para fora
- Renovar a tradição e estar atentos à proteção e inventário dos acervos
- Inspirar a Comunidade: os jovens e os menos jovens
- Estar atentos às mudanças na sociedade e aos seus hábitos culturais e de consumo
- Ser mais solidários e ativar projetos no âmbito da solidariedade social

Os objetivos traçados devem ser sempre norteadores da nossa atividade e termos o contínuo reconhecimento dos seguintes eixos:

- Ser a Ópera de Portugal e a Companhia Nacional de Bailado
- Uma instituição com passado, com uma programação regular de clássicos; projetos inovadores e mediáticos e para todas as idades
- Um Teatro antigo com uma atividade contemporânea
- A Orquestra Sinfónica Portuguesa e o Coro do Teatro Nacional de São Carlos: reconhecidos pela qualidade dos seus músicos e sua penetração no tecido cultural
- A Companhia Nacional de Bailado, com o seu elenco de Bailarinos profissionais reconhecidos pela qualidade do seu projeto artístico e carreiras profissionais de excelência
- Disponível para a comunidade e acolher estagiários e investigadores
- Ser um património de todos e para todos e permitir a sua fruição permanente.

Destacamos o estabelecimento de novas parcerias com instituições públicas e privadas de modo a conceber ações conjuntas, potenciando competências e recursos, e envolver a sociedade civil no usufruto de uma atividade que é pensada como sendo de alcance nacional.

O OPART, E.P.E. continuou a reconhecer a importância da prática de ações de voluntariado e estágios curriculares e extra-curriculares para o desenvolvimento pessoal dos cidadãos e para o progresso da sociedade portuguesa.

Contribuir para o desenvolvimento ou aquisição de competências profissionais especializadas é também um dos objetivos da missão da instituição.



Políticas setoriais, objetivos e indicadores

O Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-lei nº133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei nº75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei nº42/2016, de 28 de dezembro, estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial.

O nº1 do artigo 37º do RJSPE atribui o exercício da função acionista das empresas públicas do setor empresarial do Estado em exclusivo ao membro do Governo responsável pela área das finanças, que, no entanto, a exerce em articulação com o membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade.

É esta articulação entre tutela financeira e tutela setorial que assegura que a atividade das empresas respeita as propriedades e objetivos das políticas setoriais e, conseqüentemente, a eficácia da sua atividade operacional dentro das especificidades setoriais.

Nos termos previstos no nº 4 do artigo 39º compete exclusivamente aos ministérios setoriais:

- a) Definir a política setorial;
- b) Emitir orientações específicas;
- c) Definir os objetivos a alcançar no exercício da sua atividade operacional;
- d) Definir o nível de serviço público a prestar e promover a sua contratualização.

a) POLÍTICA SETORIAL

Considerando o exposto e com uma assumida preocupação de objetividade e pragmatismo, que devem estar subjacentes à definição de políticas setoriais, são definidos, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 39º do RJSPE, os princípios políticos orientadores de setor empresarial da cultura para o triénio 2021-2023.:

Criação nacional – manter a produção própria e o repertório português como fonte de valorização dos autores, artistas e criadores portugueses.

Serviço (ao) público – incrementar a fidelização e desenvolver a capacidade de atrair novos públicos. Será avaliado através do número de sessões/récitas das atividades, do número de espetadores (sem convites) e do grau de satisfação do público.



Atividades são as iniciativas organizadas TNSC e CNB, em espaços próprios, com o objetivo de alcançar públicos. Incluem-se aqui os espetáculos, exposições, conferências, mesas redondas, oficinas, workshops, visitas organizadas e com um objetivo específico aos espaços físicos, e outras iniciativas.

Sessões/récitas são as apresentações nos espaços próprios do TNSC e da CNB, bem como em digressão nacional ou internacional.

Entende-se por *Espaços próprios* as salas e outros espaços do TNSC e CNB, espaços públicos e outros locais nos quais, por força de acordos de parceria ou outros mecanismos legais estabelecidos, se apresentam as suas iniciativas.

Espetadores é o público que assiste a espetáculos realizados nos espaços próprios do TNSC e CNB, bem como em digressão nacional ou internacional. Sempre que a promoção do espetáculo fica a cargo da entidade não se inclui público com convite.

Beneficiários, são os espetadores e demais participantes das atividades e iniciativas promovidas pela entidade (p.e. conferências, mesas redondas, leituras, exposições, visitas guiadas), bem como utilizadores dos serviços prestados pelas entidades (p.e. arquivos e centro de documentação) desde que não se trate de meras visitas sem qualquer interação.

Grau de satisfação do público é o indicador medido através de mecanismos e instrumentos adequados de modo a aferir a satisfação global dos públicos relativamente à instituição tendo em conta diversos aspetos como: programação, atendimento e imagem.

Território nacional – desenvolver a capacidade de itinerância de produções próprias e dos corpos artísticos residentes, preferencialmente através de parcerias de médio e longo prazo, com vista à criação de laços de fidelização com os públicos, com os teatros municipais e outros equipamentos culturais, e com os agentes culturais no território, designadamente aqueles que mantêm uma atividade financiada pelo setor público.

Será avaliada pelo número de sessões/récitas em Itinerância e pelo número de Teatros Municipais ou equivalentes fora de Lisboa abrangidos pela Itinerância.

Espetáculos em itinerância são as atividades produzidas ou coproduzidas pelo TNSC e CNB que se encontrem em digressão nacional ou internacional. Entende-se por digressão os espetáculos realizados fora do concelho sede da respetiva entidade.



Número de digressões internacionais – número de locais no estrangeiro onde serão apresentados espetáculos produzidos ou coproduzidos pelo OPART.

Educar com (a) cultura – desenvolver com a comunidade escolar iniciativas diretamente relacionadas com os programas de ensino, a todos os níveis, numa perspetiva de participação ativa dos beneficiários (ver fazer / saber fazer).

Será avaliada pelo número de sessões/récitas dos espetáculos e atividades para a infância, juventude e comunidade escolar.

Atividades para a infância, juventude, comunidade escolar e ensino superior são as atividades realizadas exclusivamente para o target infantil (0-12), juvenil (12-18), escolar (pré-escolar, ensino básico -1º,2º, 3º ciclo - ensino secundário) e ensino superior.

Viver (a) cultura – desenvolver e incorporar a democratização do acesso e as acessibilidades físicas e cognitivas e a inclusão participativa, como linhas cruciais de abordagem com a comunidade.

Será avaliada pelas iniciativas assumidas para a democratização e acessibilidade.

Democratização do acesso consiste na realização de iniciativas que visem a melhoria das condições de acessibilidade física, intelectual e socioeconómica às atividades e edifícios do TNSC e CNB para todos os públicos.

Excelência – reforçar os padrões de excelência artística e técnica, quer nas produções próprias quer nas coproduções, acolhimentos ou digressões.

Eficiência – utilizar de forma eficiente e equilibrada os recursos públicos disponíveis em cada momento.

Será avaliada pela Taxa de Ocupação da sala, Taxa de convites, Volume de Negócios, Autonomia Financeira e Eficácia Social (esforço público por beneficiário).

Taxa de ocupação da sala – corresponde ao número total de espetadores presentes, incluindo convites, sobre o número de lugares disponíveis dos espetáculos em espaços próprios quer sejam de entrada paga ou de entrada livre.

Taxa de convites - corresponde ao número de espetadores com convite sobre o número de lugares disponíveis dos espetáculos em espaços próprios com entrada paga.

Volume de Negócios (VN) - Vendas, prestações de serviços e subsídios, exceto os atribuídos por entidades públicas.

Autonomia financeira - Percentagem do Volume de negócios (VN) sobre total de receitas.

Eficácia social - esforço financeiro público por beneficiário.

Estas orientações não se sobrepõem à missão e atribuições de cada empresa, visam, isso sim, focalizar e alinhar as estratégias e objetivos do setor em função de prioridades e linhas de orientação política.

b) ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

Complementarmente às políticas setoriais foram definidas, nos termos da alínea b) do nº4 do artigo 39º do RJSPE, orientações específicas para o **OPART, E.P.E.:**

TNSC – Teatro Nacional de São Carlos

- i) Reforçar a relação com o território nacional, afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional;
- ii) Incrementar o Serviço Educativo, criado em 2020, e alargar competências artísticas do mesmo através de colaborações com artistas internos e em transição de carreira;
- iii) Criação do projeto LABORATÓRIO de ÓPERA com vista à promoção da Ópera dirigido a jovens recém-formados em artes performativas para uma melhor preparação vocal, musical e cénica;
- iv) Desenvolver estratégias conducentes a uma maior democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa da comunidade (acessibilidade) recorrendo aos meios de transmissão on-line e plataformas digitais;
- v) Dar continuidade ao plano geral de intervenção para reabilitação e conservação do edifício monumento nacional e dotar os edifícios anexos de melhores condições de utilização e mais segurança;



- vi) Iniciar o projeto estratégico de inventariação, catalogação e investigação dos bens móveis culturais e artísticos (documental, fotográfico, cenográfico, adereços, sonoro, guarda-roupa e acessórios) com o título ARQUIVO - MEMÓRIA E PATRIMÓNIO DO TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS.

CNB – Companhia Nacional de Bailado

- i) Reforçar a relação com o território nacional, afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional;
- ii) Desenvolver a projeção internacional e intensificar as digressões;
- iii) Reforçar o Serviço Educativo
- iv) Reestruturar o elenco artístico da CNB;
- v) Elaborar plano de promoção dentro do elenco e dar seguimento a mecanismos legais para a transição profissional para bailarinos em fim de carreira;
- vi) Reforçar a criação nacional, através da encomenda de obras a coreógrafos, músicos, cenógrafos, figurinistas e iluminadores nacionais;
- vii) Ampliar o desenvolvimento de projetos artísticos em parceria com instituições de âmbito social promovendo a acessibilidade através da democratização do acesso, da fruição e da participação da comunidade, e angariação de novos públicos;
- viii) Promover a preservação e a divulgação do acervo patrimonial: ARQUIVO: Memória e Património da CNB;
- ix) Renovar e reforçar a capacidade dos canais digitais e sua potenciação (website, redes sociais e outros canais e plataformas virtuais) bem como implementar sistemas de *streaming* de programação, aumentando a oferta e promovendo uma maior abrangência de públicos *worldwide*;
- x) Capacitar o Teatro Camões de condições técnicas para transmissões *live* de produções de companhias internacionais congéneres.

EVC – Estúdios Victor Córdon

- i) Dotar de autonomia e de direção própria este Centro Criativo como plataforma de lançamento e consolidação de carreiras de criadores e intérpretes de forma transversal a toda a comunidade artística independente e demais;
- ii) Reforçar a relação com a comunidade artística independente de todo o país potenciando a criação artística, a experimentação transversal, o diálogo e a partilha criativa;
- iii) Reforçar a relação com escolas e estruturas nacionais e internacionais, reforçando um dos eixos estratégicos da internacionalização do **OPART, E.P.E.** junto de profissionais em início de carreira artística;
- iv) Promover no âmbito dos seus programas a apresentação pública de espetáculos com especial enfoque no diálogo intercultural.



Objetivos e grau de cumprimento dos mesmos

Nos termos do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 160/2007, de 27 de abril, os direitos, obrigações e objetivos do OPART, E.P.E. são definidos em Contrato-Programa, de duração trienal, a celebrar com as tutelas.

Nos Estatutos do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro), vem referido que, na gestão das empresas públicas, são observadas as orientações fixadas nos termos do artigo 11.º o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro. Também refere que um dos deveres dos gestores públicos e, em especial, dos que exerçam funções executivas, é cumprir os objetivos da empresa definidos em contratos de gestão.

Em 2013, o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, que havia sido alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, foi revogado através do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Nele, vem estabelecidos os princípios e regras aplicáveis ao Setor Público Empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

Diz o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que as orientações estratégicas para as empresas públicas correspondem ao exercício da função política do Governo que, por resolução do Conselho de Ministros, define e aprova o conjunto de medidas ou diretrizes relevantes para o equilíbrio económico e financeiro do Setor Empresarial do Estado.

No âmbito do Setor Empresarial do Estado, as orientações setoriais são emitidas com base nas orientações estratégicas, e, compete exclusivamente aos ministérios setoriais, definir e comunicar a política setorial a prosseguir.

As empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral celebram obrigatoriamente, para esse efeito, com a entidade pública que lhes tenha confiada a prestação desse serviço, contrato respeitante à remuneração da atividade prosseguida, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto. As empresas públicas adotam metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes e ou utentes.

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS



Em 2018, foi assinado pelo Conselho de Administração o Contrato-Programa para o triénio 2018-2020, tendo o mesmo sido remetido a visto do Tribunal de Contas, e cujos objetivos e orientações demos seguimento, e que se apresentam nos quadros seguintes.

Em 2021, o Contrato-Programa deveria ter sido realizado para o triénio 2021-2023 e assinado com as tutelas, mas o mesmo só foi assinado em 2022 para o triénio 2022-2024 ficando sem efeito o ano 2021. O que a seguir se reporta seguiu os indicadores previstos para o anterior Contrato-Programa para o triénio 2018-2020.

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2021-2023

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA - Entidade Pública Empresarial - OPART, L.P.

Teatro Nacional de São Carlos/Companhia Nacional de Bailado/Estúdios Victor Gordon

Missão: prossegue fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura músico-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado constituem projetos artísticos autónomos, com identidade própria, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha de recursos humanos e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E. P. E. Deste modo, é possível proporcionar a ambas as unidades de produção condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se lhes sobrepor ou de as absolver, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforçam as suas respetivas identidades artísticas e operacionalidade.

Política Setorial

- PS 1 Criação Nacional
- PS 2 Serviço (ao) Público
- PS 3 Território Nacional
- PS 4 Educar com (a) cultura
- PS 5 Eficiência
- PS 6 Viver (a) cultura

Orientações específicas

TNSC

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
 - Criar um serviço educativo
 - Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa da comunidade (acesibilidade)
 - Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo
- CNB
- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
 - Reforçar o serviço educativo

Política Setorial	Indicadores Específicos	Entidade	Indicadores Específicos	Unid.	2021	2021 Real	2022	2022 Real	2023	2023 Real
					Meta	Meta	Meta	Meta	Meta	Meta
PS 1	Criação Nacional	Número de Produções Próprias	TNSC	Global	Unid.	3	4	5		5
			CNB/EVC	Global	Unid.	11	16	12		13
	Serviço (ao) Público	Número de sessões/éxits	TNSC	Global	Unid.	64	64	75		75
				dos quais Lírica	Unid.	17	18	18		20
		Número de espetadores (sem convites)	TNSC	Global	Unid.	16	17	17		20
				dos quais Sinfónica	Unid.	325	359	340		345
		Número de espetadores (sem convites)	TNSC	Global	Unid.	8.500	11.498	35.000		40.000
				dos quais Lírica	Unid.	3.000	4.829	10.000		15.000
		Número de espetadores (sem convites)	CNB/EVC	Global	Unid.	3.500	3.296	25.000		35.000
				dos quais Sinfónica	Unid.	17.500	16.963	25.000		25.000
Número de Beneficiários	OPART(TNSC/CNB/EVC)	Global	Unid.	31.000	38.937	65.500		74.500		

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2021-2023

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, Entidade Pública Empresarial - OPART, E.P.E.
Teatro Nacional de São Carlos/Companhia Nacional de Bailado/Estúdios Victor Cordón

Missão: prossegue fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura músico-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado constituem projetos artísticos autónomos, com identidade própria, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha de recursos humanos e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E. P. E. Deste modo, é possível proporcionar a ambas as unidades de produção condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se lhes sobrepor ou de as absorver, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforçam as suas respetivas identidades artísticas e operacionalidade.

Política Setorial

- PS 1 Criação Nacional
- PS 2 Serviço (ao) Público
- PS 3 Território Nacional
- PS 4 Educar com (a) cultura
- PS 5 Eficiência
- PS 6 Viver (a) cultura

Orientações específicas

TNSC

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
 - Criar um serviço educativo
 - Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa da comunidade (necessibilidade)
 - Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo
- CNB**
- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
 - Reforçar o serviço educativo

Política Setorial	Indicadores Específicos	Entidade	Indicadores Específicos	Unid.	2021	2021	2022	2022	2023	2023
					Meta	Real	Meta	Real	Meta	Real
PS 3										
Território Nacional	Número de sessões/rectas	TNSC	Em itinerância	Unid.	6	6	8		10	
		CNB/EVC	Em itinerância	Unid.	13	13	20		22	
	N.º de Teatros Municipais ou equivalentes fora de Lisboa	TNSC	Em itinerância	Unid.	5	5	6		7	
		CNB/EVC	Em itinerância	Unid.	8	9	10		12	
PS 4										
Educar com (a) cultura	Número de sessões/rectas	OPART(TNSC/CNB/EVC)	Espectáculos e atividades para a infância, juventude e comunidade escolar	Unid.	35	62	75		100	
		Global		Unid.	2.000	2.719	3.000		4.500	
	Número de Beneficiários	OPART(TNSC/CNB/EVC)	dos quais em contexto escolar	Unid.	1.500	1.940	2.500		4.000	

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2021-2023

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, Entidade Pública Empresarial - OPART, E.P.
Teatro Nacional de São Carlos/Companhia Nacional de Bailado/Fs. Iudico, Victor Gordon

Missão: prossegue fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura músico-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado constituem projetos artísticos autónomos, com identidade própria, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha de recursos humanos e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E. P. E. Deste modo, é possível proporcionar a ambas as unidades de produção condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se lhes sobrepor ou de as absorver, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforçam as suas respetivas identidades artísticas e operacionalidade.

Política Setorial

- PS 1 Criação Nacional
- PS 2 Serviço (ao) Público
- PS 3 Território Nacional
- PS 4 Educar com (a) cultura
- PS 5 Eficiência
- PS 6 Viver (a) cultura

Orientações específicas

TNSC

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Criar um serviço educativo
- Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa da comunidade (acessibilidade)
- Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo

CNB

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Reforçar o serviço educativo

Política Setorial	Indicadores Específicos	Entidade	Indicadores Específicos	Unid.	2021 Meta	2021 Real	2022 Meta	2022 Real	2023 Meta	2023 Real		
EFICIÊNCIA	PS 5	Taxa de Ocupação da Sala	TNSC	Lírica	%	45%	56%	65%		75%		
				Sinfónica - COB	%	60%	52%	70%		75%		
				Teatro Camões	%	55%	71%	60%		65%		
			TNSC	Lírica	%	15%	12%	6%		6%		
				Sinfónica - COB	%	9%	18%	5%		5%		
				Teatro Camões	%	11%	8%	11%		11%		
				VNA = VNsp + Vnoal	Unid.	800.246	998.077	960.295		1.248.384		
				Autonomia Financeira	OPART(TNSC/CNB/EVC)	Recetas Próprias/Total de Recetas = [VNA]/(Vna + Apolos	%	4,0%	5,0%	7,0%		7,0%
				Eficácia Social (esforço público por beneficiário)	OPART(TNSC/CNB/EVC)	Apolos Público/Total de Beneficiários	€	611	486	295		262

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2021-2023

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA - Entidade Pública Implante EOPART - EPI										
Fórum Nacional de Artes Cênicas/Comitê Nacional de Avaliação - todos os Estados										
<p>Missão: promover fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviços públicos na área da cultura musical-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o balletado. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado constituem polos artísticos na rede pública de produção, sem prejuízo da coordenação articulada e partilha de recursos humanos e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E.P.E. Destes, modo de possível inovação na produção de programação condizente para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se limitar sobrepor ou de as absorver, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforçam as suas respetivas identidades artísticas e operacionalidade.</p>										
<p>Política Setorial</p> <p>PS 1. Criação Nacional</p> <p>PS 2. Serviço (ao) Público</p> <p>PS 3. Território Nacional</p> <p>PS 4. Educar com (a) cultura</p> <p>PS 5. Eficiência</p> <p>PS 6. Viver (a) cultura</p>										
<p>Orientações específicas</p> <p>TNSC</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional - Criar um serviço educativo - Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa da comunidade (acessibilidade) - Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo <p>CNB</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional - Reforçar o serviço educativo 										
QUALIDADE	Indicadores Específicos	Entidade	Indicadores Específicos	Unid.	2021 Meta	2021 Real	2022 Meta	2022 Real	2023 Meta	2023 Real
Preservar e difundir o acervo patrimonial	Inventário, catalogação e investigação de acervos	OPARTNSC/CNB/EVCJ	Global	Unid.	300		1.000		1.500	
Democratização e acessibilidade	No de iniciativas de responsabilidade social e promoção da igualdade implementadas (número de ações por cada iniciativa)	OPARTNSC/CNB/EVCJ	Global	Unid.	120	147	135		150	
Programa de conservação preventiva e restauro	No de iniciativas de programação online	OPARTNSC/CNB/EVCJ	Global	Unid.	25	41	30		30	
	No de intervenções nos edifícios	OPARTNSC/CNB/EVCJ	Global	Unid.	22		11		9	

(*) VNB = Volume de Negócios

VNBp = Volumes de negócios do serviço público (vendas e prestações de serviços e outros ganhos diretamente resultantes das atividades de serviço público - a saber: venda de bilhetes, mecenato, patrocínios, publicidade, etc.)

VNBal = Volume de negócios ilíquido de outras atividades (vendas e prestações de serviços e outros ganhos de atividades não englobadas no serviço público deduzido dos gastos diretos com essas prestações (frente casa, bombalões, etc.) - a saber: aluguer de espaços para atividades para fins comerciais ou fora da missão. Se os gastos diretos superarem os ganhos o valor a considerar é zero

FAL = Enxertos Gerais Solidários

Entidades Operativas

São as entidades a cumprir o cumprimento de normas

Programas de alta (alta nível)

ATIVIDADE DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA 2021



Atividade de Produção Artística 2021

Teatro Nacional de São Carlos

Entidade/Actividade	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total Geral	Total Conc. Acoplados	Obs.
TNSC													152	12	
Concerto Câmara - Salão Nobre e Foyer													8	0	
Concerto OSP Foyer	1												1		
Conc. OSP Foyer-Cancioneiro Port.				1									1		
Conc. OSP - Salão Nobre				1									1		
Concerto Câmara-Mozart- Salão Nobre											1		1		
Concerto Câmara- Salão Nobre - AngloFrancesa											1		1		
Concerto Cancioneiro Português - Foyer											1	1	2		
Concerto para Famílias - Salão Nobre												1	1		
Concerto Coral													1	0	
Concerto Coral - Salão Nobre					1								1		
Concerto Sinfónico													18	0	
Concerto Ano Novo - Almada	1												1		
Concerto CCB Coral Sinfónico- "II Natale Augusto"	1												1		
Concerto da PPUE no CCB	1												1		
Concerto Ano Novo (OSP)	1												1		
Concerto OSP - TNSC	1												1		
Conc. EST.Orq. EAMCN/OSP- Museu dos Coches				1									1		
Concerto OSP - Passion de Simone					1								1		
Conc. Coral e Sinfónico - TNSC					1								1		
Concerto CCB - Fernandes e Bartok								1					1		
Concerto Brahms 2 - TNSC										1			1		
Concerto CCB - Braga Santos/Schubert/Freitas Branco										1			1		
Metropolis/OSP-Filme c/música-Famalicão										1			1		
Conc. Panteão Nacional- Assem. República										1			1		
Conc. Hom. Cantores Portugueses											1		1		
Concerto Convento Mafra												2	2		
Concerto Bach - Oratório de Natal												1	1		
Recital Da Mundial da Ópera												1	1		
Transmissões Online													16	0	
Concerto-Recital Canto e Piano			2										2		
Concertos p/Famílias			3										3		
Concertos Câmara			3										3		
Concertos Corais				1									1		
Recital Cancioneiro Português				1									1		
Concerto Coral e Sinfónico				1									1		
Ópera The Rape of Lucrecia				1									1		
Concerto OSP				1									1		
Concerto Flauta Mágica vista de Lua				2									2		
Concerto Sinfónico				1									1		
Outras Iniciativas TNSC													13	0	
Classe de Cantos EAMCN			1	1									2		
Festival Criasons					1	1							2		
Concurso Vasco Barbosa						1							1		
Visita Encenada - Andante Appassionato						1	1						2		
Dia Mundial da Dança						1							1		
Gravações OSP - Naxos										5			5		
Ópera													30	12	
Trilogia das Barcas		2											2	2	Cancelado
Rusalka (Versão Concerto)				1	2								3		
Il Tabarro (Versão Concerto)					3								3		
Ernani (versão Concerto)						4							4		
Iolanta (versão Concerto)								1	2				3		
La Bohème									5				5	5	Adiado 2022
Ariodante (semi encenada)											2		2		
Clémence de Tito (versão concerto)												3	3		
Le Conte d'Ory												5	5	5	Cancelado
Visita ao Teatro					3	4	5	13	14	11	16		66		

ATIVIDADE DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA 2021



Companhia Nacional de Bailado

Entidade/Actividade	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total Geral	Obs
CNB													171	
Dança Clássica													47	
Dançar em Tempo de Guerra (Chronicle/A Mesa Verde)				2	5								7	
Dançar em Tempo de Guerra (Chronicle/A Mesa Verde) Porto		2			2								4	
Dançar em Tempo de Guerra (Chronicle/A Mesa Verde) Aveiro		1											1	
Dançar em Tempo de Guerra(Chronicle/Mesa Verde) Famalicão			1										1	
Pas de Deux - Mértola						1							1	
O Canto do Cisne							4						4	
O Canto do Cisne - Almada							3						3	
Noite Branca - TC									5	3			8	
Noite Branca - Aveiro + Outém + Almada										2		2	4	
Alice no País das Maravilhas (OSP-11) (Grav-3)												14	14	
Dança Contemporânea													24	
Trabalhos de Casa - Almada	2												2	
Dia Mundial da Dança				1									1	
Planeta Dança - MNA Antiga/DGPC					2								2	
Planeta Dança - Terceiro e Quarto Capítulo						1	2						3	
Planeta Dança - Terceiro Capítulo					7								7	
Planeta Dança - Quarto Capítulo										9			9	
PAD - Projeto Pedagógico - PAD													18	
Ensaios Abertos											1		1	
Vamos Falar de Dança									1			1	2	
Aulas Públicas									1	1			2	
Atelier de Dança											1		1	
Ensaio Geral Solidário												1	1	
Em Tempos de Dança				1	2	2			2	1	1	2	11	
Outros Eventos													62	
Exposição Chronicle x Der Grune Tisch				2	23								25	
Filme BOW				1									1	
Exposição Acqua Alta									5	15			20	
Evento IMED										2			2	
Exposição DnaIrednow - Tiago Guedes												14	14	

Estúdios Victor Córdon

Entidade/Actividade	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total Geral	Obs
ESTÚDIOS Victor Cordon													20	
Jovens Compositores	1		1		1		2						5	
Kick Off									5				5	
Formação para Professores de Dança Clássica - 2ª					1	2	1						4	
Conferência de Lançamento Europa Criativa						2							2	
Prog. Itinerários										1	1		2	
Território IV							1	1					2	



Millennium Festival ao Largo 2021 (FAL)

FAL 2021 - 13ª Edição	Sessões
CNB	3
Canto do Cisne + Pas de Deux + In de Future	
EVC's	2
Território IV	
TNSC	8
Batidas dos Destino	
Agora Muda Tudo	
Da Opereta à Canção	
Paisagens Ibero-Americanas	
Fado Canção e Guitarra	
Música para Cinema - Sala Principal TNSC	

A 13ª edição do FAL voltou ao Largo do São Carlos, embora com algum distanciamento entre o público e ainda com fortes restrições provocadas pelas regras sanitárias de controle da pandemia. Duas sessões foram realizadas dentro da sala principal do TNSC para garantir o distanciamento no palco entre músicos e coralistas. Os Estúdios Victor Córdon tiveram uma participação ativa neste festival, a primeira vez, com 2 sessões do projeto Território IV completamente esgotadas.

No total o número de espetadores da 13ª edição do Festival ao Largo foi de 2 976.

Programação **ONLINE** em tempos de pandemia (não prevista no PAO 2021)

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

1) Podcast #SãoCarlosVoltaaSuaCasa

Desde 15 de janeiro foi difundido no site www.saocarlos.pt e nas páginas de Facebook e Instagram do TNSC um programa de cerca de 30 minutos que narrava estórias e a história do Teatro. Semanalmente Jorge Rodrigues conduziu o programa destinado a um público alargado, maioritariamente adulto.



2) Arquivos digitais

Periodicamente, foram partilhados no site www.saocarlos.pt e na página de Facebook do TNSC conteúdos já disponíveis noutras plataformas [Arquivos RTP, Memórias da Ópera, outros], com a devida contextualização. Público-alvo: maiores de 12 anos.

3) Serviço Educativo e de Pedagogia do TNSC – Projetos com conteúdos próprios e para as redes sociais e em formato visita-guiadas comentadas e encenadas e outros em parceria com o Plano Nacional das Artes e Direção Geral Educação.

VISITA ENCENADA: *Em Andante Appassionato*

Uma visita encenada para toda a família, numa iniciativa que leva presencialmente os visitantes aos bastidores do Teatro, reconstituindo os passos e as fases necessárias para a apresentação de uma ópera.

4) ABC...Compositores, Prémio Incentivo à Criação - 1ª edição 2022

Em 2021 iniciou-se um projeto associado a um Prémio, proporcionando aos jovens compositores (até 25 anos) portugueses ou estrangeiros residentes em Portugal, a oportunidade de escrever para a Orquestra Sinfónica Portuguesa e Coro do Teatro Nacional de São Carlos.

A obra premiada foi inserida na programação da temporada 22/23 e foi na sala principal do Teatro Nacional de São Carlos.

5) Dia 1 de Junho: Dia Mundial da Criança foi realizada uma sessão para crianças em colaboração com o Plano Nacional das Artes e DGERT

6) Visitas Guiadas ao Teatro/Monumento Nacional

O Teatro Nacional de São Carlos promove a realização de visitas guiadas ao edifício, paralelamente com um conjunto de outras atividades lúdicas e pedagógicas para crianças e jovens, famílias e professores, bem como para público em geral, com o intuito de promover a aproximação entre o Teatro e a comunidade.

CNB – COMPANHIA NACIONAL DE BAILADO

1 – Continuar a partir de casa: foi um projeto da CNB que reuniu um conjunto de iniciativas online através da utilização das ferramentas digitais disponíveis e com o auxílio das quais continuámos a oferecer um serviço público de qualidade, durante o tempo de isolamento social devido à pandemia da COVID19.



Foi assim possível acompanhar o dia a dia dos nossos artistas, desenvolver conhecimentos sobre dança e a criatividade e assistir a espetáculos

2- Dançar em quarentena e Os nossos bailarinos – público geral

Diariamente mostrámos como os nossos artistas continuavam a trabalhar desde casa.« e convidámos a experimentar também alguns exercícios.

3- Outras Danças – público geral

Dar a conhecer ou a rever a coleção “Outras Danças”, um conjunto de séries produzidas pela Companhia Nacional de Bailado desde 2018. Esta coleção permitiu conhecer processos criativos, histórias e muitas outras curiosidades sobre os diversos artistas e espetáculos que passaram pela instituição ao longo do tempo.

4- Espetáculos Online – espetáculos p/ M6

Todas as semanas apresentámos um espetáculo diferente. A partir do vasto espólio dos arquivos disponibilizámos online obras do repertório da Companhia. Durante 7 dias a obra ficava acessível para visualização por qualquer pessoa, em qualquer horário à sua escolha. Os títulos das obras foram anunciados semanalmente através das plataformas online.

5- Famílias

Em tempo de ficar em casa foi preciso motivar para a criatividade. A CNB disponibilizou as ilustrações criadas pela Bárbara R. para o espetáculo “Planeta Dança”. Em casa, miúdos e graúdos, puderam aprender mais sobre a história da dança e dar asas à imaginação.



Cumprimento das Orientações Legais

Anexos

EPNF – Cumprimento das Orientações Legais – Quadro Resumo

Apêndice 2 - EPNF

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objectivos de Gestão			
Criação Nacional	S	143% cumprimento	Ultra passada meta
Serviço Público (número de beneficiários)	S	126% cumprimento	Ultra passada meta
Território Nacional (digressões)	S	103% cumprimento	Ultra passada meta
Educar com cultura	S	147% cumprimento	Ultra passada meta
Eficiência	S	113% cumprimento	Ultra passada meta
Democratização e acessibilidade	S	143% cumprimento	Ultra passada meta
Metas a atingir constantes no PAO 2021			
Investimento	S	82% de cumprimento	
Nível de endividamento	N.A.		
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	85 % cumprimento	
Gestão do Risco Financeiro	N.A.		
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.		
Evolução do PMP a fornecedores	S	13 dias	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N.A.		

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



Apêndice 2 - EPNF (cont)

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Proceder ao Inventário dos bens móveis culturais	N		Apesar de haver registo informático a falta de RH não permite fazer um levantamento exaustivo das existências
Implementar um sistema de controlo interno que assegure a fiabilidade dos registos contabilísticos do bens móveis culturais	S		
Promover a redução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro	S		
Dar cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	S		
Promover as necessárias diligências para a reposição dos montantes auferidos pelos membros do Conselho de Administração, em 2014 e 2015, que, segundo a DGTF e IGF, não cumpriu, o n.º 21 da RCM n.º 16/2012 de 14 de fevereiro.	S		
Maximizar o volume de negócios e promover a implementação de medidas adicionais de redução de gastos	S		
Remunerações/honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	€ 11.189	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	5%	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2020 (se aplicável)	N.A.		
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		Balanço Social 2021 presente neste r&c
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://tncs.pt/wp-content/uploads/2022/01/OPART%20PLANO%20DE%20PREVENCAO%20DE%20RISCOS%20DE%20CORRUP	

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



Apêndice 2 - EPNF (cont)

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Aplicado o CCP	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.	Não existem empresas participadas	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.	Face ao valor nenhum contrato celebrado foi sujeito a validação do TC	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	Em alguns procedimentos	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Quadro preenchido no R&C	
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	N.A.	O OPART EPE no ano de 2021 não teve gastos desta natureza	
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S		
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N		
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		
Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)	N.A.	Não se verificaram auditorias do TC	
Recomendação 1			
Recomendação 2			
Etc.			
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	https://tjsc.pt/wp-content/uploads/2021/12/OPART-PLANO-PARA-A-IGUALDADE-DE-GENERO-E-NAO-DISCRIMINACAO.pdf	
Apresentação da demonstração não financeira	N.A.		Não obrigatório face ao nº de trabalhadores

Objetivos de Gestão

Aos objetivos de gestão está inerente a proposta apresentada para 2021, apresentando um projeto artístico sólido e coerente e de qualidade, apoiado na nossa missão e serviço público, como apresentado nas Linhas Estratégicas e Objetivos, adaptado aos tempos de pandemia durante o ano de 2021.

Gestão do Risco Financeiro e Limite de crescimento do endividamento

Anos	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	12.957,50	13.206,00
Taxa Média de Financiamento (%)					1,44%	1,47%

Passivo Remunerado	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 19/18	
	valores (€)							valor	%
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)							900.000,00		
- dos quais concedidos pela DGTF							900.000,00		
Aumentos de Capital por dotação									
Aumentos de Capital por conversão créditos									
Endividamento ajustado									



O Orçamento de Despesas com Pessoal para 2013, cumprindo o previsto na LOE 2013 e diretrizes superiores para a elaboração do orçamento de Pessoal, não contemplava o pagamento de subsídio de férias, medida esta, entretanto, considerada inconstitucional por Acórdão do Tribunal Constitucional, pelo que o OPART estava perante uma insuficiência de Tesouraria.

Foi celebrado um empréstimo de médio e longo prazo, entre o Estado Português e o OPART, E.P.E. no montante de 900.000€, outorgado em 2013, e com o objetivo de fazer face a despesas correntes inadiáveis, resultantes de acréscimo de custos com remunerações.

Em informação n.º 1569/2013 de 9 de dezembro, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) salientou que o empréstimo teria de ser a médio e longo prazo, uma vez que não seria possível à empresa reembolsar o valor até final de 2013, referindo, ainda, que essa mesma dificuldade colocar-se-ia em 2014, uma vez que na proposta do Plano de Atividades e Orçamento para 2014, bem como no carregamento do OE 2014, esta despesa não havia sido contemplada, pois estes documentos já haviam sido elaborados e submetidos, antes da concessão de autorização e da formalização do empréstimo.

Assim, a DGTF propunha o reembolso do empréstimo em 2015 e que deveria ser contemplado no OE 2015, pressupondo-se que a IC de 2015 seria acrescida nesse montante. Ora, tal não aconteceu, apesar de na proposta de Orçamento da DGTF estava contemplado uma receita proveniente do OPART, E.P.E. relacionada com a amortização do empréstimo e respetivos juros. Sem o reforço da IC de 2015, o OPART, E.P.E. não teve condições de incluir no seu orçamento este reembolso, pois isso poria em causa a atividade geral.

O prazo de pagamento do empréstimo era até ao dia 31 de março de 2015, mas teve que ser renegociado, já em 2015, para que o seu reembolso e pagamento de juros fosse efetivado até setembro de 2016.

Foi solicitado ao OPART, E.P.E. através do Ofício 5029/DGTF, de 16 de setembro, o pagamento do montante de 935.890,50€, adicionado de juros, relativo ao empréstimo em celebrado em 2013.



No Orçamento de 2016 também não foi atribuído qualquer reforço para fazer face a este pagamento. Assim, mais uma vez verificou-se a impossibilidade de efetuar o pagamento na data estipulada, quer por ausência de dotação em despesa quer por ausência de tesouraria.

Assim, em 2016, encontrando-se o OPART, E.P.E. em falência técnica, como resultado do acumular de prejuízos em vários exercícios e que conduziram à deterioração dos capitais próprios - situação que tem sido reportada em sucessivos pareceres e relatórios, nomeadamente na Certificação de Contas do exercício de 2015, pelo Fiscal Único - foi proposto, em agosto de 2016, um aumento de Capital faseado em 3 anos de 1.000.000 € por ano, num total de 3.000.000€, de acordo com o artº. 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Foi também proposto, que o primeiro reforço de 1.000.000€ fosse concretizado em 2016, considerando como reforço o empréstimo de 900.000€ mais juros.

Os encargos financeiros identificados não incluem a especialização dos juros do empréstimo de 900.000€ obtido junto da DGTF. Esses juros ascendiam em 31 de dezembro de 2016 a 35.890,50€.

Em 14 de junho de 2017, através de despacho conjunto, foi aceite considerar-se o empréstimo mais encargos como aumento de capital.

Contudo, o OPART, E.P.E. aguardava ainda a aprovação do R&C de 2017, 2018 e 2019 para poder obter o parecer do ROC nomeado para o efeito e fazer a alteração dos Estatutos e o registo do aumento de capital. Sem as contas aprovadas e registadas, a Conservatória de Registo Comercial não regista o aumento de Capital.

Esta situação foi referida nos diversos relatórios do FU e do Conselho de Administração.

Durante a elaboração deste relatório e contas de 2021, foi emitido o despacho conjunto do Ministério das Finanças e Ministério da Cultura que aprovou os R&C de 2017, 2018 e 2019. Como tal, é objetivo do OPART, EPE registar o respetivo aumento de capital durante o ano de 2022.



Prazo médio de Pagamento a Fornecedores e pagamentos em atraso

PMP	2021	2020	Var. 2021/2020	
			valor	%
Prazo (dias)	13	20	-7	-35,0%

Dividas Vencidas (€)	0-90 dias	Dividas vencidas de acordo com o art.1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	2.964,78	0,00	0,00	0,00	0,00
Aq. de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.964,78	0,00	0,00	0,00	0,00

«Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Cumprimento das Recomendações do Acionista

Foram, em 2015, aprovados os Relatórios e Contas de 2013 e 2014. Em 2019 foram aprovados os Relatório e Contas de 2015 e 2016. Já no ano de 2022 aprovados os Relatórios e Contas de 2017, 2018 e 2019. Contudo, relativamente às recomendações efetuadas, em sede da aprovação emitida em 2015, continua a não ser possível cumprir a recomendação de levantamento e catalogação do património, bem como implementação de um sistema de controlo interno que assegure a fiabilidade dos registos contabilísticos dos bens móveis culturais, por ausência de recursos financeiros e humanos.

Foi possível a redução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores para 13 dias, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro.

Promoveram-se as necessárias diligências para a reposição dos montantes auferidos pelos membros do Conselho de Administração, em 2012, 2014 e 2015, que, segundo a DGTF e IGF não cumprira, o n.º 21 da RCM n.º 16/2012 de 14 de fevereiro.

O Conselho de Administração em funções, dissolvido em 29 de fevereiro de 2016, repôs os montantes em causa. O Dr. João Villa-Lobos, vogal entre 2011 a dezembro de 2013, também efetuou a reposição. Aguardava-se a reposição do Maestro César Viana, que

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



apenas chegou a acontecer já em 2022 aquando a elaboração deste Relatório e Contas. A reposição do Dr. António José Falcão e Dr. João Consolado, Presidente e Vogal, respetivamente, nomeados de 18 de fevereiro 2014 a 31 de dezembro de 2016, mas demitidos em 29 de janeiro de 2015, aconteceu por encontro de contas de um processo em tribunal que teve a sua conclusão em 2019 no qual o OPART, E.P.E. foi condenado a pagar as remunerações dos anos que não auferiram por terem sido demitidos antes de cumprirem um ano de mandato.

Remunerações

Foram aplicadas as orientações relativas às remunerações vigentes em 2021, quer quanto aos Órgãos Sociais e Fiscal Único, quer quanto aos restantes trabalhadores

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
19/12/2019 - 31/12/2021	Presidente	Maria da Conceição Alves Amaral	RCM n.º 193A/2019	19-12-2019	n.a.	---	---	1
04/07/2019 - 31/12/2021	Vogal	Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	RCM n.º 108A/2019	04-07-2019	n.a.	---	---	1
04/07/2019 - 31/12/2021	Vogal	Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	RCM n.º 108A/2019	04-07-2019	Não	E.A.M.C.N	---	1

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do CA [nome]	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	E.A.M.C.N	Docente	Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Maria da Conceição Alves Amaral	S	C	4.578,20	1.831,28
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	S	C	3.662,50	1.465,02
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	S	C	3.662,50	1.465,02

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Maria da Conceição Alves Amaral	86.070,16		86.070,16	4.303,46	81.766,70
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	68.855,29		68.855,29	3.442,73	65.412,56
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	68.855,29		68.855,29	3.442,73	65.412,56
			223.780,74	11.188,92	212.591,82

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão.

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Maria da Conceição Alves Amaral	5,05	1.267,55	Seg. Social	19.436,30				
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	5,05	1.267,55	C.G.A	16.369,81				
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	5,05	1.267,55	Seg. Social	16.369,81				
		3.802,65		52.175,92	0,00	0,00		0,00

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Maria da Conceição Alves Amaral	57,50	102,68	0,00			160,18
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	0,00	80,00	0,00			80,00
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	0,00	0,00	0,00			0,00
						240,18

Fiscalização

Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na OMM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2019-2021	Fiscal Único	Dr. João Amaro Santos Cipriano (João Cipriano & Associados Lda)	631	20160277	Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e cultura 1323/2019	14-08-2019			1
2019-2021	Suplente	Dra. Andreia Sofia Sena Barreira (João Cipriano & Associados Lda)	1739	20161349	Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e cultura 1323/2019	14-08-2019			1

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Durante o ano de 2019 foi nomeado o novo fiscal único, João Cipriano representado pela João Cipriano & Associados, SROC, Lda.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

O OPART, E.P.E. apenas teve conhecimento desta nomeação no mês de novembro de 2019, embora o despacho tivesse data de agosto de 2019.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Valor (1)*	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
João Cipriano & Associados Lda	21.285,84		21.285,84				

(*) inclui IVA

Não foram atribuídos aos Órgãos Sociais, prémios de gestão, nos termos do art. 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e art. 19.º da LOE 2017.

Disposto nos artigos 32.º (utilização de cartões de crédito e comunicações) e 33.º (utilização de viaturas) do Estatuto dos Gestores Públicos

No que diz respeito à aplicação do disposto no artº 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, do Estatuto do Gestor Público, não foram utilizados cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização despesas ao serviço da empresa e não houve lugar a reembolsos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

O valor máximo das despesas associadas a comunicações manteve-se de acordo com o Despacho n.º 14751/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 236 de 5 de dezembro de 2014, não podendo exceder 80,00€ e onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Maria da Conceição Alves Amaral	80,00	0,00	Sem número de telemóvel profissional atribuído por opção
Alexandre Miguel Santos	80,00	722,53	
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	80,00	0,00	Sem número de telemóvel profissional atribuído por opção
		722,53	

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



Frota automóvel

O OPART não dispõe de viaturas próprias. Durante o segundo semestre de 2021 foram alugadas duas viaturas para fazer face a deslocações necessárias de qualquer trabalhador do OPART, E.P.E. por motivo profissional.

As referidas viaturas não estavam afetas especificamente a nenhum colaborador, seja trabalhador ou membro do Conselho de Administração, para efeitos de uso pessoal e que represente um benefício ou regalia que se traduza numa vantagem acrescida ao seu rendimento.

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	[N.º]
Maria da Conceição Alves Amaral	N								
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	N								
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	N								

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Maria da Conceição Alves Amaral	0			0	
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	0			0	
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	0			0	
				0	

Apesar de não haver viaturas afetas a nenhum colaborador ou órgão social apresentam-se as despesas com a frota existente:

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



	2021 Execução	2020 Execução	Var. 2021/2020	
			Valor	%
Gastos com a frota automóvel (€)	14.294,89	8.450,02	5.844,87	69%
reparações	0,00	0,00	0,00	0%
combustíveis	2.224,02	3.501,33	-1.277,31	-36%
seguros	0,00	0,00	0,00	0%
alugueres de viaturas ligeiras de passageiros	11.811,47	4.339,10	7.472,37	172%
portagens	118,45	267,29	-148,84	-56%
lavagens	79,00	63,65	15,35	24%
estacionamento	61,95	278,65	-216,70	-78%
IUC	0,00	0,00	0,00	0%
N.º de Veículos	2	2	0	0%

Em 2021 o gasto com viaturas foi maioritariamente com aluguer de viaturas e respetivo combustível, de modo a fazer face às necessidades de deslocação de qualquer colaborador e material no âmbito das suas funções. O aumento de alugueres face a 2020 prende-se pelo facto de que em 2020 foi apenas durante 6 meses enquanto que em 2021 foi o ano completo.

Despesas não documentadas ou confidenciais

Não são realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens (medida 2 da RCM 18/2014)

Não existem diferenças injustificadas nas remunerações pagas a homens e mulheres. Todos os anos é elaborado o Balanço Social que consta nos Relatórios e Contas.

A igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres é um dos princípios pelo qual o OPART, E.P.E. se rege nas suas linhas de atuação gestonária e pelo qual tem pautado a sua atuação na política de gestão de recursos humanos.



Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Desde dezembro de 2009, encontrava-se implementado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do OPART, E.P.E. que prevê e descreve o sistema de controlo de riscos relevantes para a empresa.

Em 2013 foi elaborado o respetivo relatório anual sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção. Nos anos seguintes não foi elaborado o relatório de acompanhamento, devido às alterações sucessivas nos Órgãos Sociais de Gestão, bem como na ausência de recursos técnicos e humanos, qualificados.

Em dezembro de 2021 o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi revisto e editado um novo documento que foi divulgado e publicado no site do OPART.

Contratação Pública

Dando cumprimento ao estipulado no Código de Contratação Pública, o OPART, E.P.E. recorre à utilização de meios eletrónicos e de transmissão de dados, contribuindo para uma simplificação e desmaterialização dos processos aquisitivos. É utilizada plataforma eletrónica de aquisição de bens e serviços e empreitadas. Tendo em vista a aplicação das normas relativas à contratação pública, o OPART, E.P.E. tem na sua estrutura organizativa um setor destinado a centralizar todas as aquisições de bens e serviços.

Os procedimentos e formulários são atualizados sempre que alterações legislativas assim o obriguem. Com o Software ERP implementado em 2018, os procedimentos de aquisição são geridos e controlados de forma responsável e fiável.

Não foram realizados procedimentos que obrigassem a fiscalização e visto prévio do Tribunal de Contas

Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

A adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas é um instrumento que o OPART, E.P.E. dispõe de modo a aderir acordos de quadro que possam ser mais vantajosos para a instituição. Em 2019 aderiu-se ao acordo de quadro para os serviços de limpeza, que está em vigor até 2022.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Plano de Redução de Custos

Medidas de redução de gastos operacionais (PRC)

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2021 Exec.	2021 Orç.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020		2021/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	2102431	590.078	1786941	916551	315.490	18%	1.185.880	129%
(1) CMVMC	842	3000	428	1128	414	97%	-286	-25%
(2) FSE	3522453	4.154.039	2597056	3582585	925.397	36%	-60.132	-2%
(3) Gastos com o pessoal	14368368	15398815	14883655	14825271	-515.287	-3%	-456.903	-3%
i. Indemnizações pagas por rescisão	199250	229584	379247	42883	-179.997	-47%	156.367	365%
ii. Valorizações remuneratórias	0	0	0	0	0	-	0	-
iii. Impacto da aplicação dos IRCT	0	0	0	0	0	-	0	-
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii e iii	14.169.118	15.169.231	14.504.408	14.782.388	-335.290	-2%	-613.270	-4%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais ^{a)}	27558	150000	4023	0	23.535	585%	27.558	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	17.864.105	19.405.854	17.097.869	18.366.101	766.236	4%	-501.996	-3%
(7) Volume de negócios (VN)	734697	787992	540163	980371	194.534	36%	-245.674	-25%
Subsídios à exploração	1.119.130	1.108.474	796.603	579.731	322.527	40%	539.399	93%
Indemnizações Compensatórias	18.244.647	18.200.943	18.156.822	17.709.603	87.825	0%	535.044	3%
(8) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 ^{b)}	286873	250300	691335	0	-404.462	-59%	286.873	-
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	1.021.570	1.038.292	1.231.498	980.371	-209.928	-17%	41.199	4%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	17,49	18,69	13,88	18,73	4	26%	-1	-7%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	47637	74285	75620	159300	-27.983	-37%	-111.663	-70%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	16012	67600	35909	64849	-19.897	-55%	-48.837	-75%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	14295	20920	8450	6067	5.845	69%	8.228	136%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	77.944	162.805	119.979	230.216	-42.085	-35%	-152.272	-66%
(12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0	0	0	0	0	-	0	-
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	371	373	350	373	21	6%	-2	-1%
N.º Órgãos Sociais (OS)	3	3	3	3	0	0%	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	18	20	18	17	0	0%	1	6%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	350	350	329	353	21	6%	-3	-1%
N.º Trabalhadores/N.º CD	19	18	18	21	1	6%	-1	-7%
N.º de viaturas	0	0	0	0	0	-	0	-

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (se aplicável).

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



O número de trabalhadores que deve ser considerado para análise do efetivo são os gestores públicos, os trabalhadores com contrato individual de trabalho, a prestar serviço efetivo ou em suspensão/licença superior a 30 dias, e os trabalhadores de outros serviços e organismos da Administração Pública a prestar serviço em regime de cedência de interesse público, também em efetividade de funções ou em situação de suspensão superior a 30 dias (ex. Incapacidade total para o trabalho).

A evolução do efetivo é apresentada nos quadros seguintes

Efetivo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
(1) Nomeados - Gestores Públicos	3	3	3	3	3	3	3	3
(2) Com Contrato Individual de Trabalho	357	380	370	387	379	367	353	368
2.1) a prestar serviço efetivo	343	362	360	371	366	358	345	354
2.2) ao serviço de outras entidades	3	3	3	3	3	2	1	1
2.3) em suspensão/Licença Superior a 30 dias	11	15	7	13	10	7	7	13
(3) Requisitados a outras entidades	2	2	2	2	1	2	1	0
3.1) a prestar serviço efetivo	2	2	2	1	1	2	1	0
3.2) em suspensão/Licença Superior a 30 dias				1	0	0	0	0
(4) Prestação de Serviço	11	12	11	10	10	9	8	5
(5) Programa de Voluntariado e Estágios	12	4	7	3	3	2	1	3
Total (1+2.1+2.3+3)	359	382	372	389	380	370	356	370

	2018	2019	2020	2021
(1) Nomeados - Gestores Públicos	3	3	3	3
(2) Com Contrato Individual de Trabalho (Indeterminado)	304	330	328	307
2.1) a prestar serviço efetivo	292	321	299	293
2.2) ao serviço de outras entidades	3	2	1	1
2.3) em suspensão/Licença Superior a 30 dias	9	7	7	13
(3) Com Contrato Individual de Trabalho (A Termo/Comissão Serviço)	75	37	46	61
3.1) a prestar serviço efetivo	74	37	46	61
3.2) em suspensão/Licença Superior a 30 dias	1	0	0	0
(4) Requisitados a outras entidades	1	2	1	0
4.1) a prestar serviço efetivo	1	2	1	0
4.2) em suspensão/Licença Superior a 30 dias	0	0	0	0
(5) Prestação de Serviço	10	9	8	5
(6) Programa de Voluntariado e Estágios	3	2	1	3
Total (1+2.1+2.3+3+4)	380	370	356	370

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

OPART TNSC CNB

Efetivo	OPART	TNSC	CNB	TOTAL
(1) Nomeados - Gestores Públicos	3			3
(2) Com Contrato Individual de Trabalho (Indeterminado)	27	206	74	307
2.1) a prestar serviço efetivo	22	201	70	293
2.2) ao serviço de outras entidades	1			1
2.3) em suspensão/Licença Superior a 30 dias	4	5	4	13
(3) Com Contrato Individual de Trabalho (A Termo/Comissão Serviço)	8	21	32	61
3.1) a prestar serviço efetivo	8	21	32	61
3.2) em suspensão/Licença Superior a 30 dias				0
(4) Requisitados a outras entidades				0
4.1) a prestar serviço efetivo				0
4.2) em suspensão/Licença Superior a 30 dias				0
(5) Prestação de Serviço	1	0	4	5
(6) Programa de Voluntariado e Estágios		1	2	3
Total (1+2.1+2.2+2.3+3+4)	37	227	106	370

Verifica-se um aumento do universo de colaboradores face ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2020 o OPART contava com um universo laboral total de 366 colaboradores enquanto em 31 de dezembro de 2021 este número ascendia aos 379 colaboradores.

No quadro seguinte apresenta-se a informação detalhada relativamente às saídas dos trabalhadores nos últimos três anos. Por forma a minimizar o impacto orçamental e na tesouraria, a maior parte dos acordos de rescisão efetuados foram celebrados com pagamentos mensais da compensação, sem exceder as remunerações mensais que eram pagas.

Saídas	Ano			Total 2019-2021
	2019	2020	2021	
acordo de rescisão	1	6	4	11
Área Administrativa		2	2	4
Área Artística - CNB		4		4
Área Artística - OSP				0
Área Artística - Coro			2	2
Área Técnica	1			1
reforma	6	1	2	9
Área Administrativa		1		1
Área Artística - Coro	1		1	2
Área Artística - OSP	2		1	3
Área Técnica	3			3
iniciativa trabalhador	2	3	2	7
Área Administrativa		1	1	2
Área Artística - CNB	1	2	1	4
Área Técnica	1			1
Total Geral	9	10	8	27



Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Quanto ao cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, as disponibilidades em IGCP a 31.12.2021 atingem os 100%. Em 2021 o OPART, EPE deixou de ter contas na banca comercial

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	3.191.493,79	3.327.094,53	4.264.347,45	3.262.351,26
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.191.493,79	3.327.094,53	4.264.347,45	3.262.351,26

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Caixa Geral de Depósitos	2.733,75	1.045,56	0,00	0,00
Total	2.733,75	1.045,56	0,00	0,00
Juros auferidos**	2.733,75	1.045,56	0,00	0,00

Divulgação das recomendações resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas

Não foram realizadas auditorias pelo Tribunal de Contas nos últimos 3 anos.

Deveres Especiais de Informação

Foram prestadas todas as informações solicitadas pelas tutelas.

PBG sites SEE e Empresa

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S		mantém-se o DL 160/2007 de 27.04
Caracterização da Empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos sociais	S		
- Estatuto Remuneratório Fixado	S		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom Governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2018	Novo Regulamento Interno homologado em 08/05/2018
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.		
- Outras transações	N.A.		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		
- Código de ética	S	2021	



Balanço Social

O presente Balanço Social foi elaborado com referência a 31 de dezembro de 2021.

Os elementos constantes dos diversos capítulos que compõem este documento refletem a realidade de 2021, relevam para uma melhor compreensão da realidade existente no OPART, E.P.E. e servem de suporte ao planeamento das políticas de gestão de recursos humanos.

Quadro resumo - efetivo em 31/12/2021

Órgãos de Gestão	
Nomeados - Gestores Públicos	3
Com Contrato Individual de Trabalho	
A prestar serviço efetivo	354
Ao serviço de outras entidades	1
Em Suspensão/ Licença sup. 30 dias	13
Cedidos de outras entidades	
Contrato de trabalho em funções públicas	0
Em situação de Prestação de Serviço	
Em regime de tarefa/ avença	5
Programa de Voluntariado/ Estágios	
Voluntários	2
Estágios Profissionais	0
Estágios Curriculares	1
Universo Laboral Total	379
Universo laboral Total (não inclui Prest. Serviços)	374
Ao Serviço (a)	357

(a) exclui pessoal ausente (em suspensão ou cedidos), voluntários, estagiários e prestadores de serviços

Verifica-se um aumento do universo de colaboradores face ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2020 o OPART contava com um universo laboral total de 366 colaboradores enquanto em 31 de dezembro de 2021 este número ascendia aos 379 colaboradores.

Para análise da caracterização do efetivo ter-se-á em conta 357 colaboradores, procedendo-se à exclusão dos que se encontravam ao serviço de outras entidades, em licença sem retribuição ou situação de suspensão superior a 30 dias, dos prestadores de serviços e dos voluntários e estagiários.



Caracterização do Efetivo

Distribuição por Área de Atividade

Atendendo à sua missão (prestação de um serviço público na área da música erudita da ópera e do bailado), das três áreas de atividade que caracterizam a entidade, a área artística – constituída pelos elementos afetos à Orquestra Sinfónica Portuguesa, ao Coro do TNSC e ao Elenco Artístico da CNB – mantém-se como a mais representada, sendo composta por 244 trabalhadores, o que representa atualmente 68% do efetivo em análise.

A área técnica/produção é composta pelo grupo de trabalhadores que presta apoio técnico na execução dos espetáculos e que reunia, em 31.12.2021, cerca de 67 dos trabalhadores (19%). A área de suporte, composta pelos trabalhadores afetos aos serviços centrais, representava na mesma data cerca de 13% do efetivo (46 trabalhadores).



Figura I – Distribuição do efetivo por área de atividade

Os Corpos Artísticos residentes contam com 67 trabalhadores pertencentes ao Elenco Artístico da CNB, 69 trabalhadores integrados no Coro do TNSC e 95 trabalhadores na OSP:

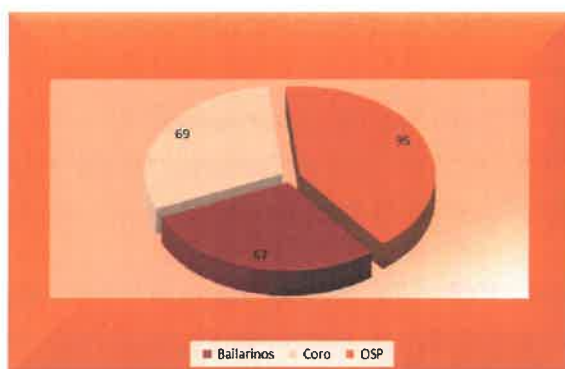


Figura II – Número de trabalhadores por Corpo Artístico



Distribuição e caracterização por grupo etário

A estrutura etária dos trabalhadores do OPART situa-se no intervalo compreendido entre os 18-19 e os 65-69 anos de idade, sendo que o trabalhador mais novo tem 19 anos e o mais velho 67 anos de idade. Uma análise simples por escalões etários permite verificar que as faixas etárias com mais trabalhadores se situam nos escalões 45-49 anos, 50-54 anos, 55-59 anos e 60-64 anos, com 49, 71, 61 e 50 trabalhadores respetivamente. A maior parte dos trabalhadores tem idade superior a 45 anos (68%), sendo que, destes, 51% tem idades compreendidas entre os 45 e os 59 anos.

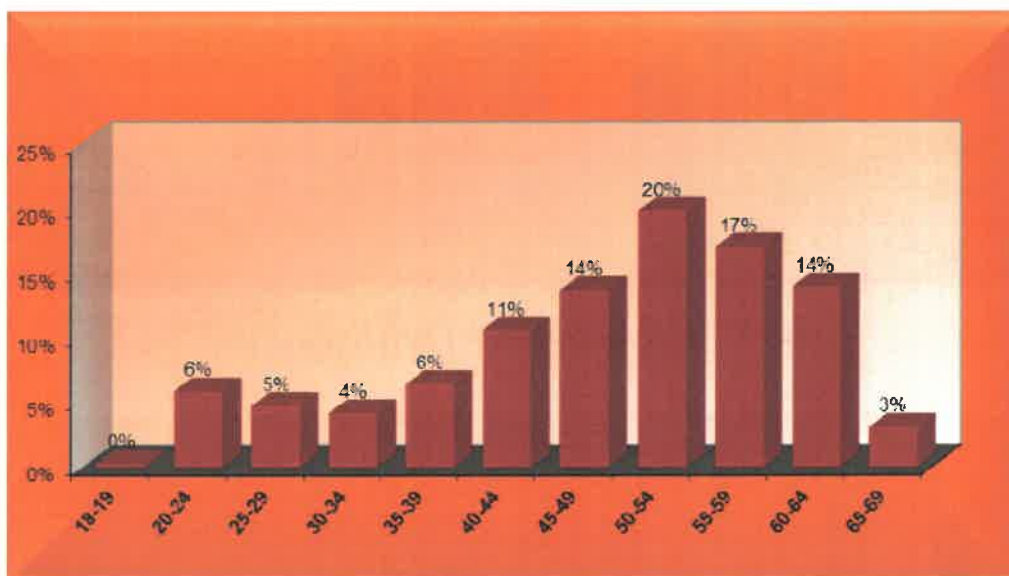


Figura III – Distribuição geral por Faixas Etárias

Verifica-se ainda que a idade média tem vindo a aumentar progressivamente e uma análise mais cuidada permite concluir que, desde 2011, existe uma tendência de envelhecimento gradual no efetivo do OPART, que só não é mais acentuada devido à baixa idade do Elenco Artístico CNB, face à idade dos outros trabalhadores. A média etária tem aumentado gradualmente, situando-se nos 47,19 em 2019, nos 48,32 em 2020 e nos 48,14 em 2021.

Relativamente ao índice de envelhecimento (trabalhadores com idade superior a 55 anos), situa-se atualmente nos 34,17%, assistindo-se a um aumento de cerca de 5,5% face a 2020 (32,38%).

A estrutura etária do Elenco Artístico da CNB situa-se no intervalo compreendido entre os 18-19 anos e os 55-59 anos de idade¹, com a seguinte distribuição:

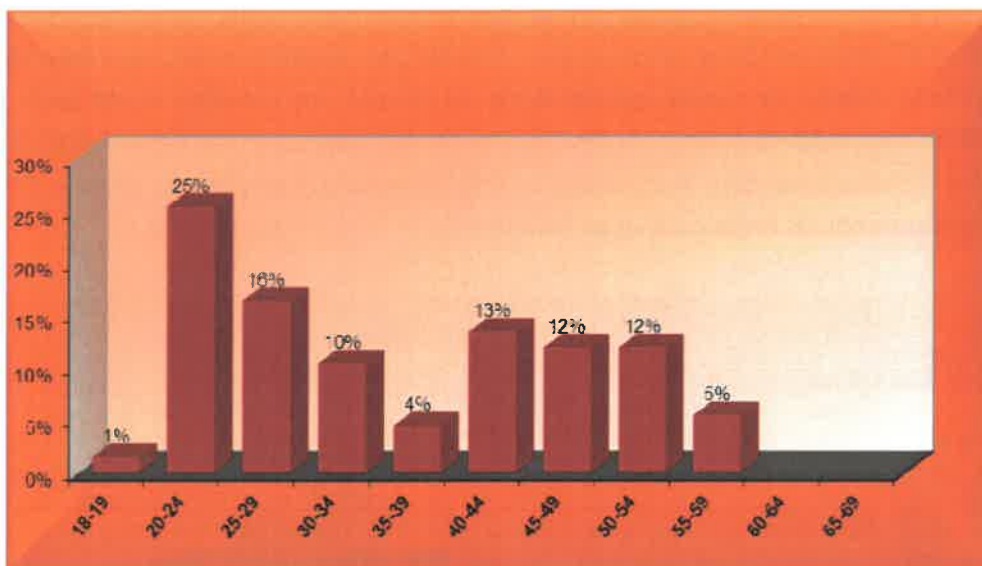


Figura IV – Distribuição do Elenco da CNB por Faixas Etárias

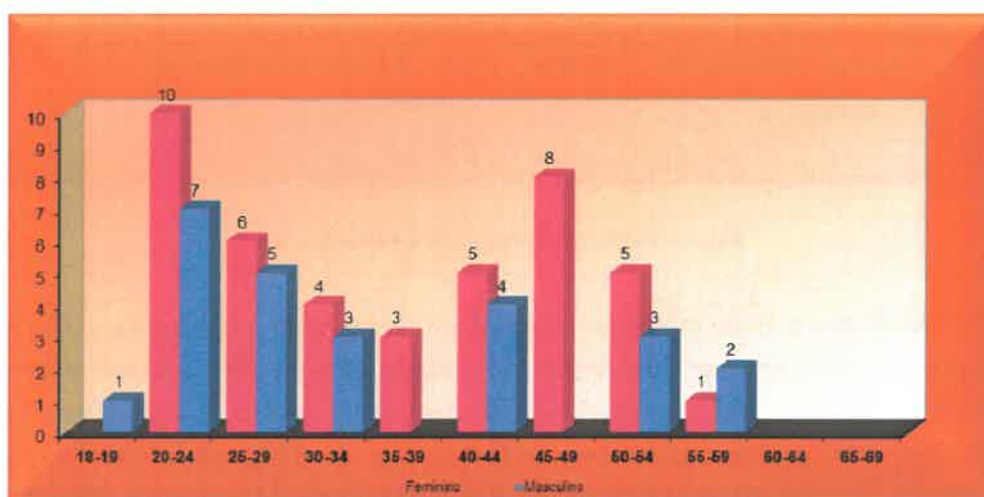


Figura V – Distribuição do Elenco da CNB por Faixas Etárias e por Género

¹ Salienta-se que a idade mínima de acesso à pensão de reforma pelos trabalhadores do bailado é de 55 anos de idade



No Elenco Artístico da CNB o trabalhador mais novo tem 19 anos e o mais velho tem 56 anos de idade. Verifica-se que 42% dos Bailarinos tem mais de 40 anos e idade e 29% tem idade superior a 45 anos.

Relativamente ao Coro do TNSC, observa-se a seguinte distribuição por faixas etárias:

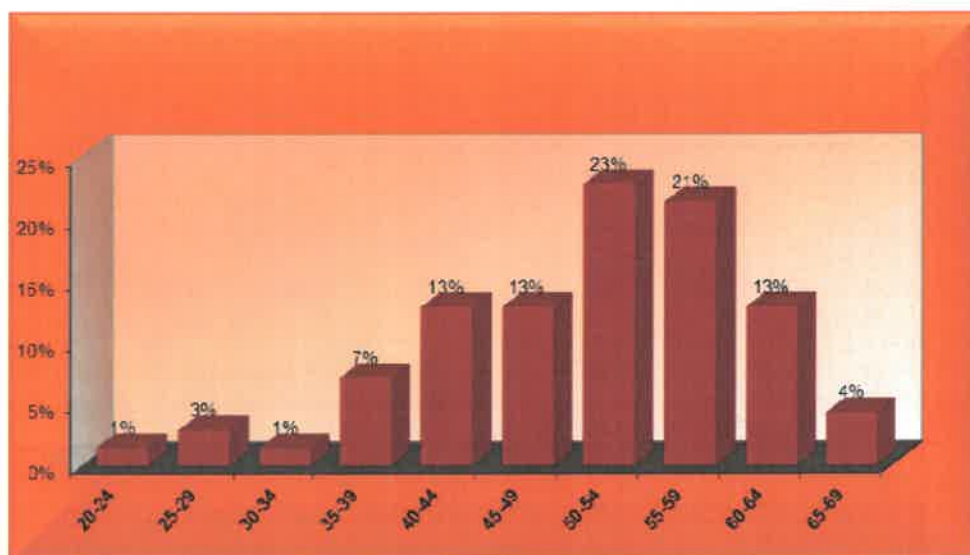


Figura VI – Distribuição do Coro do TNSC por Faixas Etárias

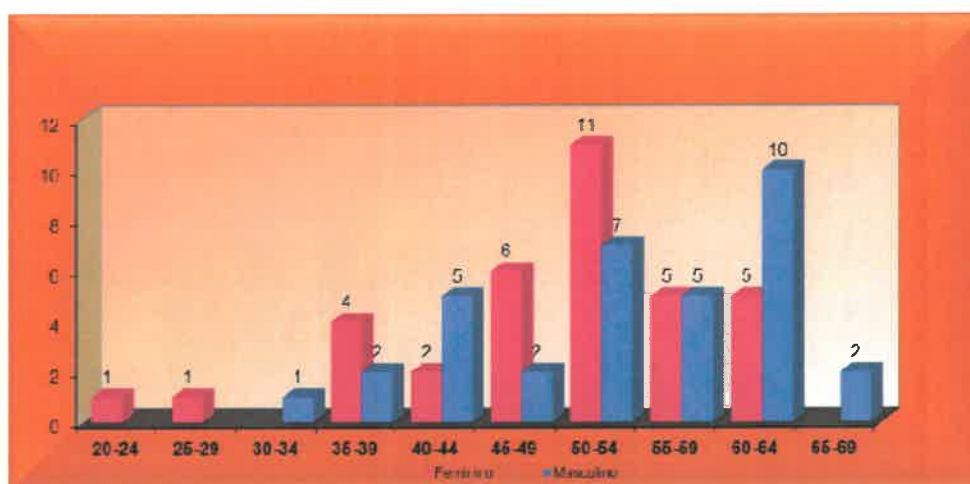


Figura VII – Distribuição do Coro do TNSC por Faixas Etárias e por Género



No Coro do TNSC o trabalhador mais novo tem 21 anos e o mais velho tem 67 anos de idade. O índice de envelhecimento (trabalhadores com idade superior a 55 anos) do Coro situa-se atualmente nos 39%, sendo de referir que 61% dos trabalhadores têm idade superior a 50 anos de idade.

Relativamente à OSP, observa-se a seguinte distribuição de trabalhadores por faixas etárias:

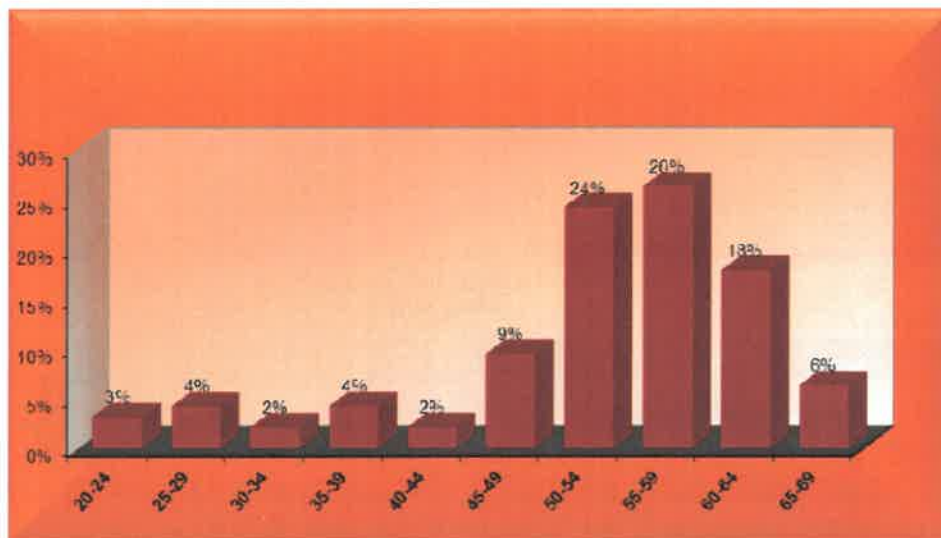


Figura VIII – Distribuição da OSP por Faixas Etárias

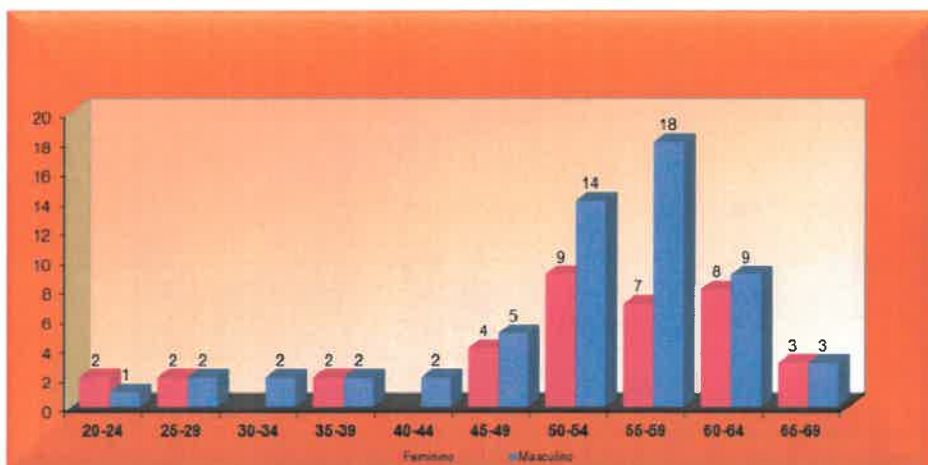


Figura IX – Distribuição da OSP por Faixas Etárias e por Género



Na OSP o trabalhador mais novo tem 22 anos e o mais velho tem 66 anos de idade. O índice de envelhecimento (trabalhadores com idade superior a 55 anos) da OSP situa-se atualmente nos 51%, sendo de referir que 74% dos trabalhadores têm idade superior a 50 anos de idade.

Admissões e Cessações

Cumprindo com o que está estabelecido para as Entidades Públicas Empresariais, o OPART, E.P.E. procede anualmente ao pedido de autorização excecional para proceder à contratação dos reforços necessários para a produção dos espetáculos de ópera e bailado estabelecidos em cada temporada, bem como para a ocupação de postos de trabalho cujos contratos de trabalho cessaram por iniciativa do trabalhador, reforma ou por revogação.

Pelo exposto, a caducidade do contrato mantém-se como o principal motivo de cessação da relação laboral no OPART. Todavia, no ano de 2021 cessaram também contratos de trabalho pelos motivos mencionados no quadro abaixo:

Cessação Contrato de Trabalho	Ano 2021
acordo de rescisão	4
Área Suporte	2
Área Artística - Coro	2
reforma	2
Área Artística - Coro	1
Área Artística - OSP	1
iniciativa trabalhador	2
Área Suporte	1
Área Artística - CNB	1
Total Geral	8

Neste ano, apesar da situação de pandemia que nos assolou e que obrigou à suspensão, em determinado momento, e limitação da atividade artística, com a respetiva adaptação e reorganização de grande parte dos espetáculos previstos, registou-se um total de 152 admissões e 131 cessações; em que a área Artística recebeu cerca de 85% das admissões e das cessações, seguindo-se as área Técnica/Produção com 12% das admissões e cessações e a área de Suporte com cerca de 4% das admissões e das cessações.

Tendo em atenção a especificidade da missão do OPART não fará sentido analisar a taxa de cobertura, ou a taxa de rotação.

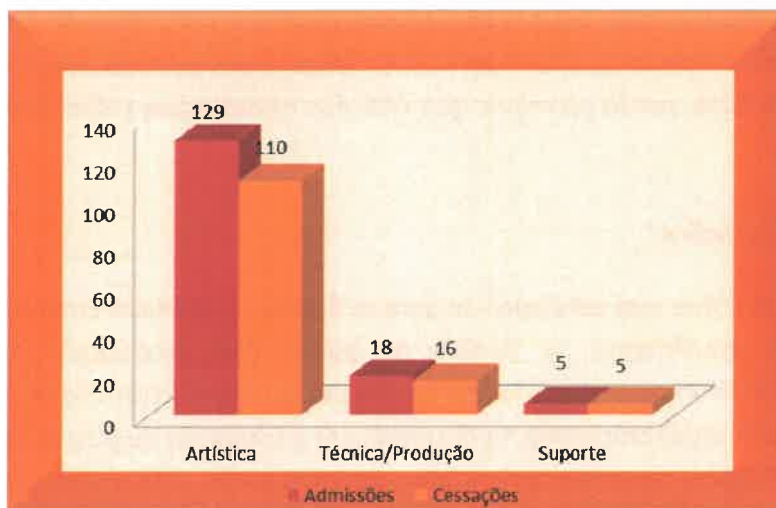


Figura X – Admissões e Cessações

Diversidade e Oportunidade - Igualdade entre Homens e Mulheres

O OPART tem pautado a sua atuação na política de gestão de recursos humanos pelo tratamento semelhante dos colaboradores de ambos os sexos. Atualmente, cerca de 52% do efetivo é representado por homens e 48% está assegurado por mulheres, mantendo-se um nível adequado na equidade entre homens e mulheres no universo laboral, conforme já registado em anos anteriores.

Figura XI – Distribuição do efetivo por género

Continua a verificar-se a inexistência de desvios significativos no que diz respeito às diferenças de Remuneração Líquida entre Homens/Mulheres, conforme Indicadores de RH – acesso ao emprego por igualdade de género abaixo, que evidenciam o grau de cumprimento do princípio da não discriminação por sexo no acesso ao emprego:

1.º Indicador

Retribuição média mensal das mulheres = 99,39%

Retribuição média mensal

2.º Indicador

Mulheres com cargos de Direção (1.ª linha) = 44%

Cargos de Direção (1.ª linha)

3.º Indicador

Número de Colaboradores Mulheres = 48%

Número de Colaboradores

Da contagem dos trabalhadores por escalão etário e género identificou-se que a idade média dos trabalhadores femininos se situa nos 47,3 anos, enquanto nos trabalhadores masculinos este valor é de 49 anos. A faixa etária dos 55-59 anos é a mais expressiva no sexo masculino, enquanto no sexo feminino o grupo etário 50-54 anos é o mais preponderante.

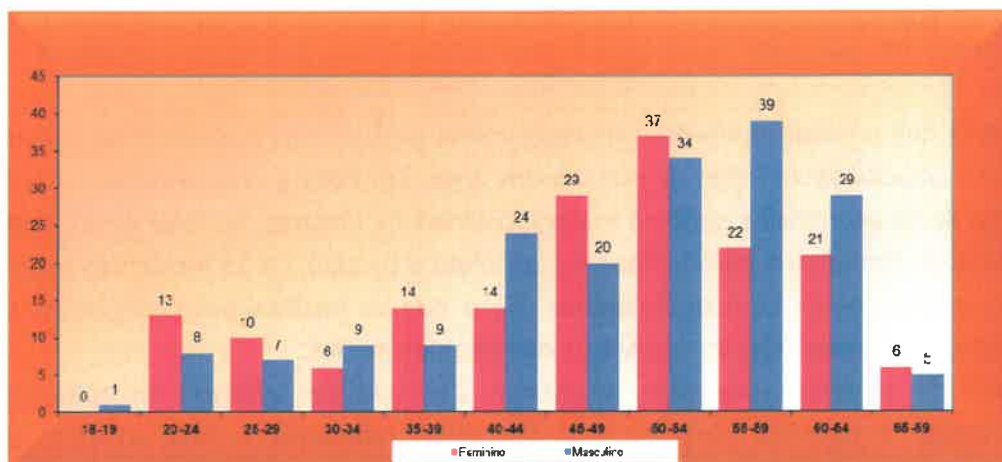


Figura XII – Distribuição geral por Faixas Etárias e por género



Acidentes de Trabalho

O ano de 2021 termina com um registo total de 18 ocorrências (8 homens e 10 mulheres), número ligeiramente superior ao verificado em 2020, que tem tido um decréscimo nestes dois últimos anos, e que o número tão baixo poderá ser explicado pelos dois anos atípicos de atividade devido à pandemia. Do total de acidentes ocorridos, 12 resultaram em incapacidade temporária - absoluta e parcial - para o desempenho do trabalho, sendo este número igual ao verificado em 2020.

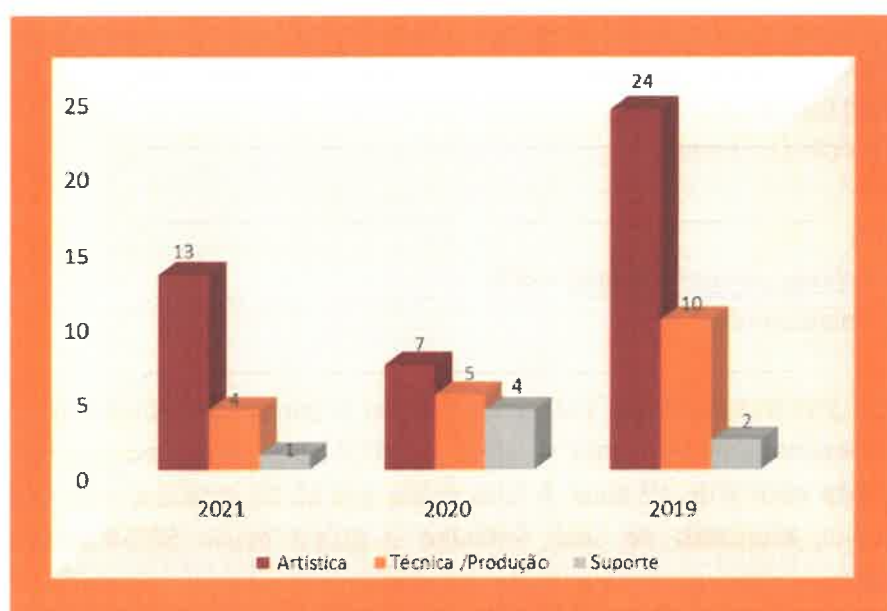


Figura XIII – Ocorrências de acidentes de trabalho 2018 – 2019 – 2020 por área de atividade

Verifica-se que o maior número de sinistros voltou a ocorrer na área artística, seguindo a tendência observada ao longo da maioria dos anos. Em 2021 a área artística contou com um total de 13 ocorrências, sendo a maior incidência de sinistros, no total de 10, atribuída Incapacidade Temporária para o Trabalho (absoluta e parcial). Os 13 incidentes ocorreram com maioritariamente com os Bailarinos (9), o que se justifica pelas exigências físicas associadas ao desempenho do trabalho, e os restantes na OSP.

Do total de acidentes ocorridos resultaram 213 dias de ausência ao trabalho por Incapacidade Temporária Absoluta, 181 dos quais referentes à área artística (Elenco Artístico da CNB e OSP).

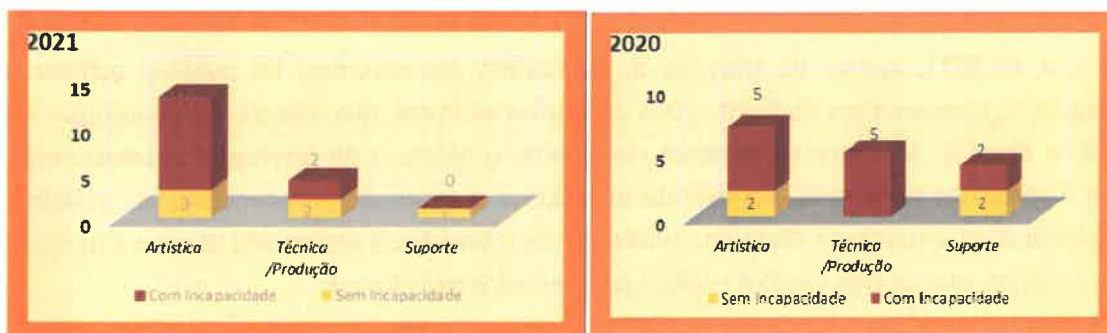


Figura XIV – Ocorrências de acidentes de trabalho 2020 – 2021

Trabalho Suplementar

Durante o ano de 2021, os trabalhadores do OPART efetuaram 3.452 horas de trabalho suplementar, sendo 1.118 destas realizadas por trabalhadores do género feminino e 1.334 realizadas por trabalhadores do género masculino.

O trabalho suplementar foi realizado maioritariamente pela área Técnica/ Produção (2.476 horas), seguida da área de suporte (974 horas) e da área artística (2 horas).

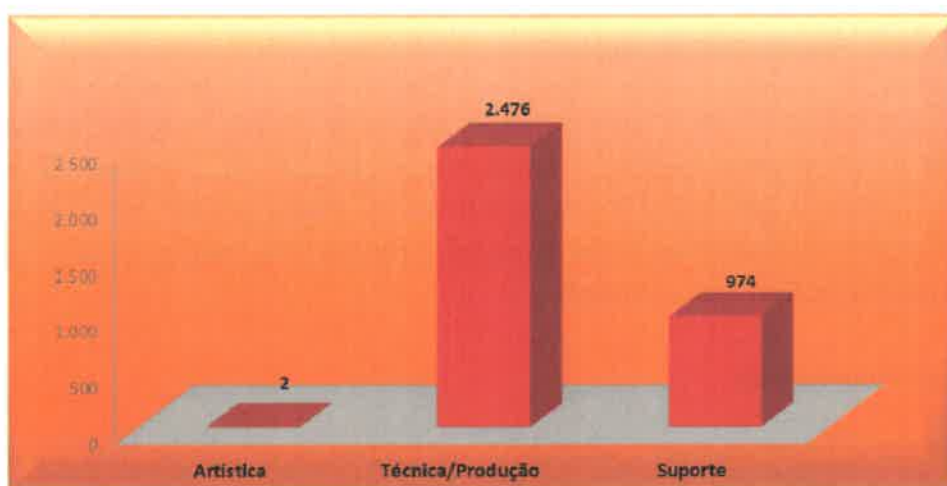


Figura XV – Horas de Trabalho Suplementar 2021



Estágios

Oportunidades de Estágios Curriculares

No ano de 2021, apesar da situação da pandemia que vivemos, foi possível acolher 4 estagiários, provenientes de instituições de ensino variadas, que integraram as equipas do TNSC e da CNB. Manteve-se também neste ano, o objetivo de privilegiar a colaboração com instituições de ensino, permitindo aos alunos a formação em contexto de trabalho, imprescindível à sua aprendizagem, mantendo-se a tendência observada quanto à duração dos estágios, que se têm vindo a realizar por períodos mais longos.

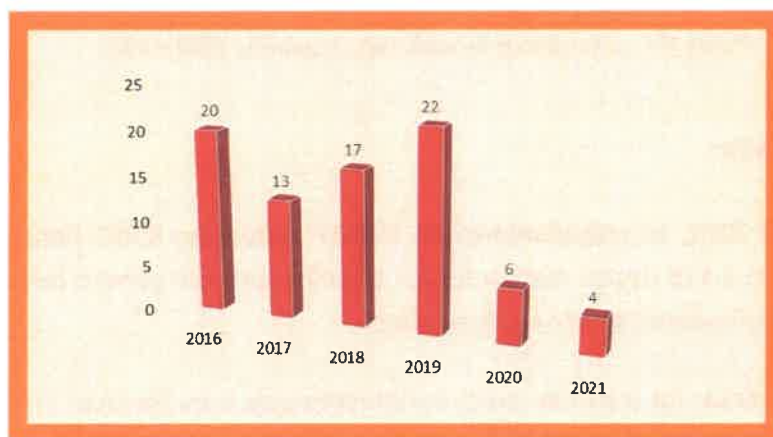


Figura XVI – Estágios Curriculares 2016-2021

Oportunidade de Estágios Profissionais

Tendo em atenção que a Portaria que procedeu à criação da medida Estágios Emprego que visa integrar jovens desempregados em entidades com ou sem fins lucrativos, de direito privado em entidades com ou sem fins lucrativos, de direito privado ou público, não permite ao OPART apresentar-se como entidade promotora de estágios, está vedada a oferta de estágios profissionais na entidade.

Programa de Voluntariado

O OPART no corrente ano acolheu 2 voluntários, um na área de arquivo do TNSC e outro na área técnica da CNB, num programa que pretende manter os princípios que o fundamentam: participação, solidariedade, cooperação, complementaridade, gratuidade, responsabilidade e convergência proporcionando continuamente aos voluntários os benefícios de formação cultural e de desenvolvimento de competências e ainda, a sua

integração em projetos institucionais de referência. Contudo, a evolução demonstra e aponta para uma necessidade de reformulação do programa, orientando-o para participações em áreas específicas e com uma forte divulgação junto da comunidade.

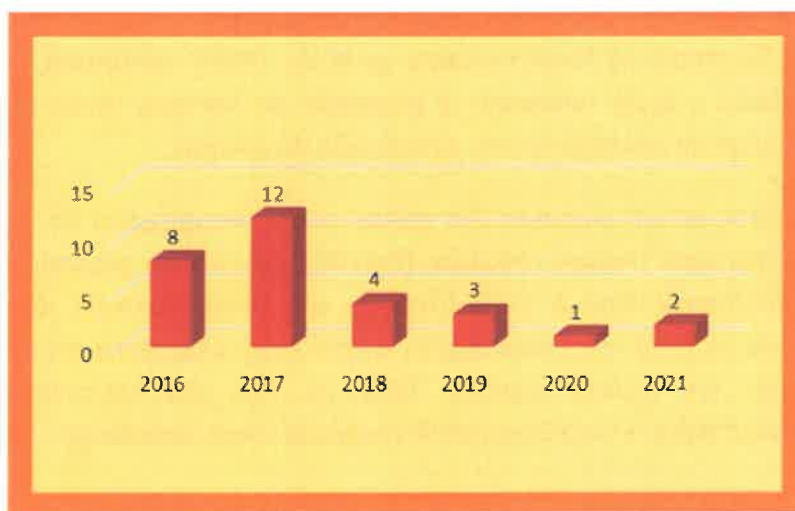


Figura XVII – Evolução do Programa de Voluntariado no OPART



Mapas Económico-Financeiros

Estrutura de Custos

Durante o ano de 2020, o valor total de gastos atingiu cerca de 17,871 milhões de euros, dos quais 92,2% afetos ao funcionamento geral do OPART (estrutura), 7,8% relativos à produção artística e 0,1% referentes à prestação de serviços, como seja, a título de exemplo, o aluguer de instalações para a realização de eventos.

Em 2021 verificou-se um aumento dos gastos numa percentagem de 1,8%. Embora os gastos com a estrutura tenham reduzido, fruto dos gastos com pessoal, os gastos com a produção aumentaram face a 2020 fruto de um maior controlo da pandemia e a possibilidade de se fazer mais espetáculos e com mais intervenientes em palco. Já foi permitido fazer um bailado clássico “Alice no País das Maravilhas”, com vários intervenientes em palco, e uma ópera semi-encenada como “Ariodante”.

Unid: euros

Gastos	2020		2021		Variação 2021/2020	
	valor	peso	valor	peso	Absoluta	Relativa
Estrutura	16.471.895	92,2%	16.008.782	88,0%	-463.113	-2,8%
Produção	1.390.288	7,8%	2.170.423	11,9%	780.135	56,1%
Prestação de Serviços*	9.782	0,1%	15.327	0,1%	5.544	56,7%
Total	17.871.965	100,0%	18.194.532	100,0%	322.567	1,8%

* Gastos com alugueres

Unid: euros

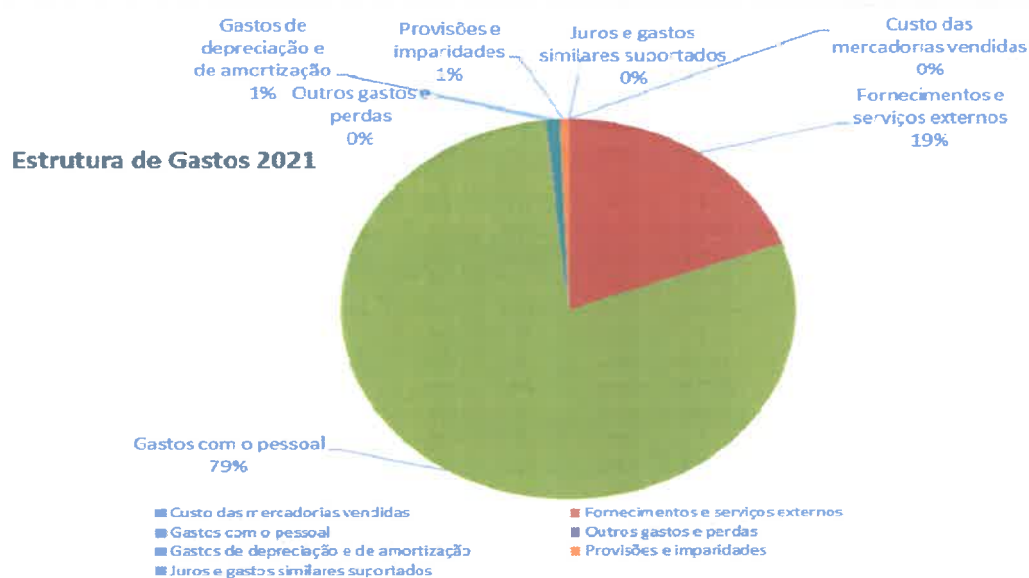
Gastos	2020		2021		Variação 2020/2019	
	valor	peso	valor	peso	Absoluta	Relativa
Custo das mercadorias vendidas	428	0%	842	0%	414	97%
Fornecimentos e serviços externos	2.597.056	15%	3.522.453	19%	925.397	36%
<i>FSE Estrutura e Prestação Serviços</i>	1.320.464	51%	1.482.581	42%	162.117	12%
<i>FSE Variáveis c/ Produção</i>	1.276.592	49%	2.039.873	58%	763.281	60%
Gastos com o pessoal	14.883.655	83%	14.368.368	79%	- 515.287	-3%
<i>Pessoal Estrutura e Prestação Serviços</i>	14.770.520	99%	14.238.122	99%	- 532.398	-4%
<i>Pessoal Variáveis c/ Produção</i>	113.135	1%	130.247	1%	17.112	15%
Outros gastos e perdas	24.080	0%	18.304	0%	- 5.777	-24%
<i>Outros Gastos Estrutura e Prestação Serviços</i>	23.519	98%	18.000	98%	- 5.520	-23%
<i>Outros Gastos Variáveis c/ Produção</i>	561	2%	304	2%	- 257	-46%
Gastos de depreciação e de amortização	146.804	1%	174.813	1%	28.009	19%
Provisões e imparidades	219.477	1%	109.752	1%	- 109.725	-50%
Juros e gastos similares suportados	465	0%	-	0%	465	-100%
Total	17.871.965	100%	18.194.532	100%	322.567	2%

Relativamente aos **gastos com a estrutura**, salientam-se os gastos com pessoal os quais atingiram um montante de 14,238 milhões de euros (99% do Pessoal) e os fornecimentos e serviços externos no valor de 1,482 milhões de euros (42% dos FSE).

Quando analisamos os **gastos com a produção artística**, verifica-se que a estrutura de gastos se inverte, sendo que os fornecimentos e serviços externos representam 58% (cerca de 2,040 milhões de euros) e os gastos com pessoal atingem um valor percentual de 1% (0,130 milhões de euros).

No que diz respeito aos **FSE** há uma aproximação de retorno aos valores de 2019 nomeadamente nos gastos de produção. Por sua vez há uma redução dos gastos de pessoal de estrutura (-4%) fruto dos acordos de rescisão que se têm vindo assinar nos últimos anos.

No que diz respeito aos restantes gastos houve aumentos de amortizações, face às novas aquisições em 2021, bem como redução nas provisões para processos judiciais em curso, fruto de ajustamentos nos processos judiciais existentes.



Quanto à sua composição, verifica-se que **os gastos com pessoal**, atingiram um valor de cerca de 14,4 milhões de euros, os quais representam 79% do valor do total dos gastos, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos, no montante de cerca de 3,5 milhões de euros (19%), seguindo-se os **gastos de depreciação e de amortização**, no valor de 174.803€ (1%), as **provisões e imparidades** no valor de 109.752€ (1%) e **outros gastos e perdas**, no montante de 18.304€ (0,1%).

MAPAS ECONÓMICO-FINANCEIROS



Os restantes gastos (custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas), apresentam um valor global residual (842€).

Unid: euros

Gastos Operacionais	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (2021/2019)		Variação (2010/2021)	
						Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
CMVMC	2.865	1.534	1.128	428	842	414	97%	- 2.420	-74%
Fornecimentos e serviços externos	3.834.956	3.304.276	3.582.585	2.597.056	3.522.453	925.397	36%	- 2.416.468	-41%
Gastos com o pessoal	15.341.506	14.909.270	14.868.154	14.883.655	14.368.368	- 515.287	-3%	- 1.506.932	-9%
Total	19.179.327	18.215.080	18.451.867	17.481.139	17.891.664	- 970.728	-5%	- 4.336.345	-20%

Unid: euros

Gastos	Estrutura		Prestação Serviços		Produção		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
61 - Custo Mercadorias Vendidas	842	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	842	0,0%
611 - Mercadorias	842	100,0%	0	---	0	---	842	100,0%
62 - Forn. Serv. Externos	1.478.864	9,2%	3.717	24,2%	2.039.873	94,0%	3.522.453	19,4%
621 - Subcontratos	26.805	1,8%	0	0,0%	148.026	7,3%	174.831	5,0%
622 - Serviços especializados	812.244	54,9%	70	1,9%	1.385.317	67,9%	2.197.631	62,4%
623 - Materiais	102.869	7,0%	0	0,0%	94.817	4,6%	197.686	5,6%
624 - Energia e fluidos	150.328	10,2%	0	0,0%	0	0,0%	150.328	4,3%
625 - Deslocações, estadas e transportes	25.914	1,8%	471	12,7%	52.836	2,6%	79.221	2,2%
626 - Serviços diversos	360.704	24,4%	3.176	85,5%	358.876	17,6%	722.756	20,5%
63 - Pessoal	14.226.511	88,9%	11.610	75,8%	130.247	6,0%	14.368.368	79,0%
631 - Remunerações dos órgãos sociais	216.394	1,5%	0	0,0%	0	0,0%	216.394	1,5%
632 - Remunerações do pessoal	10.936.033	76,9%	11.373	98,0%	103.169	79,2%	11.050.574	76,9%
633 - Benefícios pós-emprego	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
634 - Indemnizações	199.250	1,4%	0	0,0%	0	0,0%	199.250	1,4%
635 - Encargos sobre remunerações	2.571.153	18,1%	238	2,0%	26.796	20,6%	2.598.186	18,1%
636 - Seguros de acid. no trab. e doenç. prof.	254.450	1,8%	0	0,0%	0	0,0%	254.450	1,8%
637 - Gastos de acção social	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
638 - Outros gastos com o pessoal	49.232	0,3%	0	0,0%	283	0,2%	49.514	0,3%
639 - Outros encargos sociais	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
64 - Gastos de depreciação e de amortização	174.813	1,1%	0	0,0%	0	0,0%	174.813	1,0%
642 - Activos fixos tangíveis	127.111	72,7%	0	0,0%	0	0,0%	127.111	72,7%
643 - Activos intangíveis	47.703	27,3%	0	0,0%	0	0,0%	47.703	27,3%
65 - Perdas por imparidade	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
651 - Em contas a receber	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
652 - Em inventários	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
67 - Provisões do período	109.752	0,7%	0	0,0%	0	0,0%	109.752	0,6%
673 - Processos judiciais em curso	109.752	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	109.752	100,0%
68 - Outros gastos e perdas	18.000	0,1%	0	0,0%	304	0,0%	18.304	0,1%
681 - Impostos	13.963	77,6%	0	0,0%	254	83,6%	14.217	77,7%
684 - Perdas em inventários	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
688 - Outros	4.037	22,4%	0	0,0%	50	16,4%	4.087	22,3%
69 - Gastos e perdas de financiamento	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
691 - Juros suportados	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
698 - Outros gastos e perdas de financiamento	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total Geral	16.008.782	100,0%	15.327	100,0%	2.170.424	100,0%	18.194.532	100,0%



FSE (Funcionamento Geral)

Os encargos com o funcionamento geral desdobram-se pelas seguintes rubricas:

Designação	Valor	Unid: euros
		Peso %
FSE	174.831,43	4,96%
Subcontratos	174.831,43	4,96%
Serviços especializados	2.197.630,75	62,39%
Trabalhos especializados	365.140,44	10,37%
Publicidade	75.496,69	2,14%
Vigilância e segurança	195.575,03	5,55%
Honorários	1.160.477,81	32,95%
Comissões	8.742,90	0,25%
Conservação e reparação	341.300,56	9,69%
Outros serviços especializados	50.897,32	1,44%
Materiais	197.686,29	5,61%
Ferramentas e utensílios desgaste ráp.	58.101,16	1,65%
Livros de documentação técnica	566,18	0,02%
Material de escritório	7.644,65	0,22%
Artigos de oferta	0,00	0,00%
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos p	13.867,55	0,39%
Medicamentos e artigos para a saúde	2.693,02	0,08%
Outros materiais	114.813,73	3,26%
Energia e fluídos	150.328,19	4,27%
Electricidade	117.241,20	3,33%
Combustíveis	2.224,02	0,06%
Água	13.155,17	0,37%
Outros	17.707,80	0,50%
Deslocações, estadas e transportes	79.220,74	2,25%
Deslocações e estadas	47.636,95	1,35%
Transporte de pessoal	2.180,76	0,06%
Transportes de mercadorias	29.403,03	0,83%
Outros	0,00	0,00%
Serviços diversos	722.755,88	20,52%
Rendas e alugueres	308.852,21	8,77%
Comunicação	24.738,38	0,70%
Seguros	24.627,72	0,70%
Royalties e Propriedade Industrial	138.357,87	3,93%
Contencioso e notariado	2.652,00	0,08%
Despesas de representação	1.212,37	0,03%
Limpeza, higiene e conforto	105.985,54	3,01%
Outros serviços	116.329,79	3,30%
Total	3.522.453,28	100,00%



Da análise do quadro anterior, salienta-se que os **serviços especializados**, assumem um peso de 62% do total dos fornecimentos e serviços externos afetos à estrutura, dos quais se salienta os honorários, os trabalhos especializados, a vigilância e segurança e os gastos com conservação e reparação.

A componente de **serviços diversos** representa 21% dos fornecimentos e serviços externos despendidos com o funcionamento geral do OPART, dos quais de destacam as Rendas e Alugueres, Royalties e Propriedade Industrial, Serviços de Limpeza e Outros Serviços.

Os encargos com **subcontratos** atingem 5%.

Os encargos com a **energia e fluídos** atingem 4,27% da referida tipologia de gastos, destacando-se os gastos com eletricidade.

Evolução dos custos: comparação com o ano anterior

Já quando procedemos à análise comparativa dos gastos ocorridos durante o ano de 2021 com os gastos do ano transato, verifica-se um aumento no valor total de 322.567€, os quais representam um 1,8%.

Tal como explicado anteriormente este aumento está patente precisamente nos gastos de produção e prestação de serviços no ano de 2020, provocada pela pandemia COVID-19, uma vez que da análise podemos verificar que os Gastos de Estrutura em 2021 reduziram 2,8%. O aumento foi provocado pelo aumento dos gastos de produção em 2021 (56%). Embora tenha havido um aumento ainda não atingiu os valores de 2019 pré pandemia.

Gastos	Unid: euros					
	2020		2021		Variação 2021/2020	
	valor	peso	valor	peso	Absoluta	Relativa
Estrutura	16.471.895	92,2%	16.008.782	88,0%	-463.113	-2,8%
Produção	1.390.288	7,8%	2.170.423	11,9%	780.135	56,1%
Prestação de Serviços*	9.782	0,1%	15.327	0,1%	5.544	56,7%
Total	17.871.965	100,0%	18.194.532	100,0%	322.567	1,8%

*Gastos com alugueres

MAPAS ECONÓMICO-FINANCEIROS

Gastos	Unid: euros					
	2020		2021		Variação 2020/2019	
	valor	peso	valor	peso	Absoluta	Relativa
Custo das mercadorias vendidas	428	0%	842	0%	414	97%
Fornecimentos e serviços externos	2.597.056	15%	3.522.453	19%	925.397	36%
<i>FSE Estrutura e Prestação Serviços</i>	1.320.464	51%	1.482.581	42%	162.117	12%
<i>FSE Variáveis c/ Produção</i>	1.276.592	49%	2.039.873	58%	763.281	60%
Gastos com o pessoal	14.883.655	83%	14.368.368	79%	- 515.287	-3%
<i>Pessoal Estrutura e Prestação Serviços</i>	14.770.520	99%	14.238.122	99%	- 532.398	-4%
<i>Pessoal Variáveis c/ Produção</i>	113.135	1%	130.247	1%	17.112	15%
Outros gastos e perdas	24.080	0%	18.304	0%	- 5.777	-24%
<i>Outros Gastos Estrutura e Prestação Serviços</i>	23.519	98%	18.000	98%	- 5.520	-23%
<i>Outros Gastos Variáveis c/ Produção</i>	561	2%	304	2%	- 257	-46%
Gastos de depreciação e de amortização	146.804	1%	174.813	1%	28.009	19%
Provisões e imparidades	219.477	1%	109.752	1%	- 109.725	-50%
Juros e gastos similares suportados	465	0%	-	0%	- 465	-100%
Total	17.871.965	100%	18.194.532	100%	322.567	2%

Ao analisarmos o quadro anterior, constata-se que a tipologia de gastos que sofreu um maior aumento face ao ano anterior foi com os FSE da produção (763.281€), representando um aumento de 60%. Os FSE de estrutura tiveram apenas um ligeiro aumento de 12%. Em termos de Gastos com Pessoal, e no que diz respeito à Produção, tivemos um aumento de 15% (17.112€). Em compensação houve uma redução de estrutura de 532.398 (4%).

O CMVMC cresceu ligeiramente assim como as amortizações, fruto das aquisições durante o ano 2021. As provisões de processos judiciais reduziram em cerca de 50% face 2020.

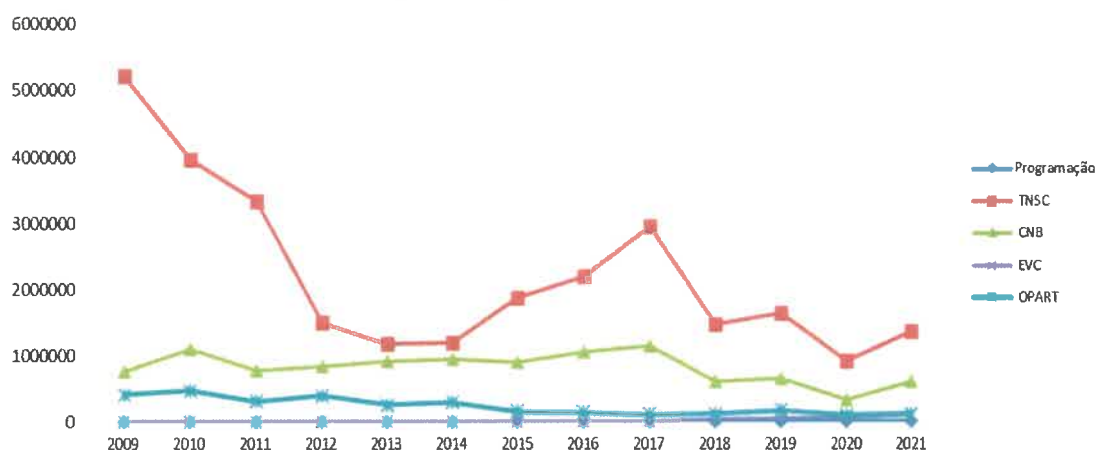
Programação	Unid: euros												
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
TNSC	5.209.218	3.952.106	3.328.149	1.487.500	1.177.797	1.179.855	1.859.614	2.189.145	2.944.937	1.468.057	1.628.572	909.863	1.356.881
CNB	762.438	1.096.367	771.870	835.250	917.807	943.860	892.648	1.049.031	1.141.504	595.585	652.337	325.080	603.782
EVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31.441	50.816	58.991	96.083
OPART	410.130	469.073	309.659	392.631	252.437	292.305	154.409	134.578	110.027	117.997	165.886	96.354	113.677
Total Programação	6.381.787	5.517.545	4.409.678	2.715.380	2.348.042	2.416.020	2.906.671	3.372.754	4.196.468	2.213.080	2.497.610	1.390.288	2.170.423

Relativamente à produção artística quando comparamos os seus gastos com os ocorridos em 2020, verifica-se que os mesmos aumentaram 49% relativo ao TNSC e 86% CNB, um aumento de também de 18% relativamente ao OPART, E.P.E. (Festival ao Largo de 2021).



Nestes 4 últimos anos temos também os Estúdios Victor Córdon (EVC) com produção própria e com um aumento de 63% de 2020 para 2021, devido ao crescimento do próprio projeto e aumento do valor do seu orçamento.

evolução dos gastos com a produção



Deste gráfico podemos concluir que os valores disponíveis para programação têm reduzido substancialmente de 2009 até à atualidade.

Rendimentos

Quanto à estrutura de rendimentos, durante o ano de 2021, salienta-se que a Indemnização Compensatória atingiu um valor de cerca de 18,200 milhões de euros, no entanto pelo diferimento de parte da mesma pois serviu para pagamento de despesas que foram igualmente diferidas para 2022 (50% cachets de produções adiadas para 2022), está reconhecido como proveito 18,245M representando 91% do montante total dos rendimentos.

O apoio do Fundo de Fomento Cultural recebido foi no montante de 0,727 milhões de euros, mas pela mesma razão da IC, foi reconhecido como proveito 0,856 (4%) e que o mecenato e outros apoios recebidos atingiram um valor de 263.280€ (1%).

O valor da IC (Indemnização Compensatória) e do FFC – Fundo de Fomento Cultural diferido, será reconhecido em 2022 quando se reconhecer igualmente a despesa dos honorários pagos aos artistas em 2020, ou seja, quando o espetáculo for apresentado. O espetáculo em causa é a ópera “La Bohème”, já reagendada três vezes.

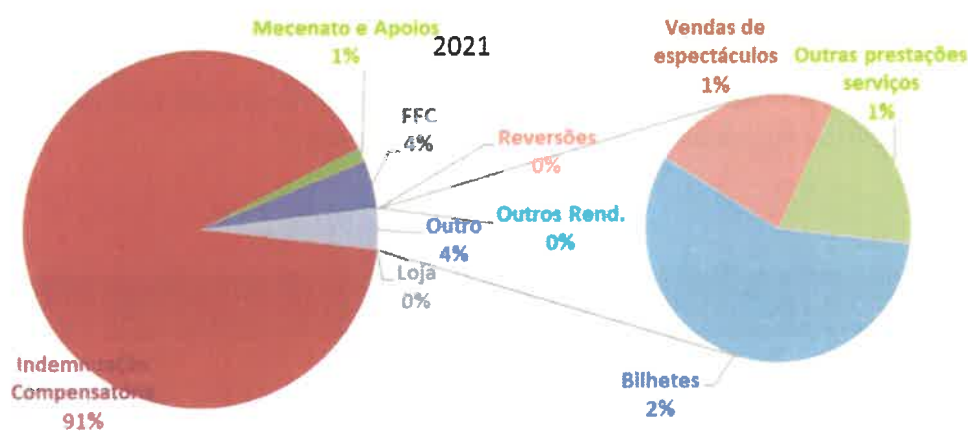
Unid: euros

Rendimentos	2017	2018	2019	2020	2021	Variação 2021/2020		2021 Peso %	2020 Peso %	2019 Peso %	2018 Peso %
						Absoluta	Relativa				
Vendas	1.128.004	1.087.940	980.371	540.163	734.797	194.635	36%	4%	3%	5%	6%
<i>Bilhetes</i>	827.784	852.977	735.165	304.241	418.627	114.386	38%	2%	2%	4%	4%
<i>Vendas de espectáculos</i>	112.946	34.465	25.000	129.450	168.959	39.509	31%	1%	1%	0%	0%
<i>Outras prestações serviços</i>	184.956	198.194	218.205	105.869	146.348	40.478	38%	1%	1%	1%	1%
<i>Loja</i>	2.317	2.304	2.001	602	863	261	43%	0%	0%	0%	0%
Indemnização Compensatória	15.396.717	15.539.673	17.709.603	18.156.822	18.244.647	87.825	0%	91%	93%	91%	81%
FFC	2.181.351	2.167.100	200.000	559.900	855.850	295.950	53%	4%	3%	1%	11%
Mecenato e Apoios	489.691	226.582	379.731	236.703	263.280	26.577	11%	1%	1%	2%	1%
Outros Rendimentos e ganhos	23.646	137.822	48.340	17.775	17.901	126	1%	0%	0%	0%	1%
Reversões	808.230	36.190	86.500	275	5.775	5.500	2001%	0%	0%	0%	4%
Total	20.027.639	19.195.307	19.404.545	19.511.637	20.122.250	610.613	3%	100%	100%	100%	100%

Quanto ao valor das bilheteiras, durante o ano de 2021 foi de 418.627€ e apenas representou 2% do total dos rendimentos obtidos, mas apresentando um acréscimo face a 2020, na ordem dos 38%.

De salientar que embora tenha tido um bom aumento ainda está longe dos níveis de 2019. A razão foi a ainda limitação de ocupação das salas de espetáculos e os espetáculos de ópera sem encenação e apenas permitidos em versão concerto – o que tem um retorno de bilheteira mais baixo dado os valores de ingresso serem mais reduzidos que os da ópera encenada.

O adiamento de espetáculos para 2022 e a incerteza dos mesmos provocou também uma grande solicitação de devolução de bilheteira por parte do público.



Quando comparamos os rendimentos alcançados durante o ano de 2021 com os obtidos durante o ano transato, verifica-se um aumento no valor de cerca de 610 mil euros (3%). Efetivamente, este aumento resulta do aumento do apoio do FFC bem como da



Indemnização Compensatória prevista no Orçamento de Estado de 2021, assim como o próprio aumento da receita de bilheteira.

Verifica-se que o esforço público aumentou 2% face a 2020.

Bilheteira	Unid: euros							Variação 2021/2020	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Absoluta	Relativa
Teatro Nacional São Carlos	565.168	601.722	583.438	665.667	489.499	267.692	254.648	-13.044	-5%
Ópera	498.652	524.451	543.398	580.635	417.619	180.074	196.428	16.354	9%
Concertos	66.516	77.271	40.040	85.032	71.880	87.617	58.219	-29.398	-34%
Companhia Nacional Bailado	377.528	199.873	194.635	183.798	224.072	19.582	160.003	140.421	717%
Bailados	377.528	199.873	194.635	183.798	224.072	19.582	160.003	140.421	717%
OPART / Prest. de Serviços	44.681	29.044	19.225	3.512	21.594	16.967	3.976	-12.991	-77%
Total	987.377	830.640	797.297	852.977	735.165	304.241	418.627	114.386	38%

Quanto à bilheteira verificou-se um acréscimo de 114.386€, a qual representa +38%. O acréscimo verificou-se essencialmente na Companhia Nacional de Bailado (717% face a 2020) que viu principalmente no final do ano os seus espetáculos de bailado clássico “Alice no País das Maravilhas” esgotados.

Parte deste acréscimo também ser tão grande prende-se com facto dos valores de 2020 terem sido muito baixos pois a retoma dos espetáculos com os bailarinos em tempos de pandemia foi bastante difícil.

No que respeita a programação do TNSC embora tenha havido um acréscimo nas óperas (9%) os concertos registaram uma quebra de cerca de 34%.

Rendimentos	Unid: euros							Variação 2021/2020	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Absoluta	Relativa
Estrutura	16.640.441	16.544.798	18.805.110	18.022.908	18.299.876	18.921.516	19.329.751	408.235	2%
Produção	1.915.106	1.468.260	1.090.940	1.050.318	994.563	574.800	760.866	186.066	32%
Prestação de Serviços	50.338	78.228	131.589	122.080	110.106	15.321	31.533	16.212	106%
Total	18.605.885	18.091.286	20.027.639	19.195.307	19.404.545	19.511.637	20.122.150	610.513	3%



Resultados

Da análise ao quadro seguinte, resulta claramente que em 2021 os gastos operacionais tiveram um aumento de 2% fruto da redução dos gastos de produção. Os rendimentos tiveram um aumento de 1% fruto do aumento da Indemnização Compensatória (IC) e apoio do Fundo de Fomento Cultural (FFC).

Unid: euros

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (2021/2020)	
										Absoluta	Relativa
Gastos Operacionais	18.475.625	17.483.502	18.550.036	19.319.544	19.179.327	18.215.080	18.451.867	17.481.139	17.891.664	410.525	2%
Rendimentos Operacionais	19.054.365	17.784.274	18.605.885	18.091.286	19.219.409	19.159.117	19.318.152	19.511.637	20.122.150	610.513	3%
Res. Oper.	578.741	300.772	55.849	-1.228.258	40.082	944.037	866.285	2.030.498	2.230.486	1.164.214	57%



Unid: euros

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação (2021/2020)	
										Absoluta	Relativa
Gastos Totais	18.490.613	17.510.460	18.575.059	19.338.572	19.738.120	18.408.967	18.639.727	17.871.965	18.194.532	322.567	2%
Rendimentos Totais	19.057.864	17.784.897	18.605.885	18.091.286	20.027.639	19.195.307	19.404.545	19.511.637	20.122.150	610.513	3%
Resultado Líquido	567.251	274.437	30.825	-1.247.286	289.519	786.340	764.818	1.639.672	1.927.618	874.854	53%

MAPAS ECONÓMICO-FINANCEIROS

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, EPE

em euros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA SNC	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 2021/2020
	Real	Real	Real	Real	Real	Real	Real	Real	Real	
Vendas e serviços prestados	1.273.246,02	1.096.920,78	1.444.773,27	1.071.240,01	1.122.003,78	1.087.940,44	980.477,36	540.162,77	794.897,48	36,0%
Subsídios à exploração	15.167.739,39	16.654.139,48	16.890.428,70	16.967.489,22	18.067.756,96	17.363.364,79	18.299.334,01	18.953.424,93	19.363.776,64	2,2%
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (*)										
Variação nos inventários da produção (*)										
Trabalhos para a própria entidade	4.127,12	6.591,65	6.309,33	3.228,28	2.669,23	1.394,44	1.127,99	427,70	842,13	96,9%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 4.127,12	- 6.591,65	- 6.309,33	- 3.228,28	- 2.669,23	- 1.394,44	- 1.127,99	- 427,70	- 842,13	96,9%
Fornecimentos e serviços externos	3.967.590,90	3.342.112,99	3.667.276,34	4.135.819,18	3.834.956,42	3.304.275,90	3.592.365,39	2.597.666,07	3.522.453,28	36,6%
Gastos com o pessoal	14.361.890,64	13.537.394,13	14.097.467,22	14.759.071,90	15.341.505,57	14.909.269,96	14.868.153,85	14.893.665,08	14.368.369,38	-3,5%
Imparidade de inventários e de dívidas a receber (perdas) (*)	1.951,31	16.956,79	25.575,66	8.599,01	6.458,73	1.947,91	2.032,52	-4.510,23	0,00	100,0%
Imparidade de inventários e de dívidas a receber (reversões) (*)	2.985,00	6.140,10	5.411,47	4.782,61	12.183,55	1.190,08	106,63	-69.990,46	5.775,22	108,3%
Provisões (aumentos) (*)	106.946,61	42.547,48	15.863,23	137.900,91	284.194,96	0,00	0,00	144.711,72	109.751,65	-24,2%
Provisões (reversões) (*)	2.526.576,95	10,00	221.823,03	31.356,39	796.046,90	35.000,00	96.393,15	0,00	0,00	0,0%
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) (*)										
Aumentos / reduções de justo valor (*)										
Outros rendimentos e ganhos	83.819,04	27.063,88	43.448,23	16.443,67	23.646,33	137.821,62	48.233,61	17.774,64	17.900,81	0,7%
Outros gastos e perdas	414.456,53	332.640,73	377.15,78	112.567,06	112.259,75	52.606,62	34.093,67	24.080,26	18.303,62	-24,0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	797.506,29	506.022,48	225.647,14	-1.065.960,24	445.400,38	925.670,10	916.551,14	1.786.941,02	2.102.431,09	17,7%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização (*)	218.765,60	205.250,07	169.893,31	162.299,61	155.304,33	139.330,38	129.954,55	146.804,25	174.813,26	19,1%
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) (*)										
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	578.740,69	300.772,41	55.848,83	-1.228.259,85	290.104,05	786.339,72	786.596,59	1.640.136,77	1.927.617,83	17,5%
Juros e rendimentos similares obtidos	3.498,51	622,96		19.027,46	594,84	0,00	21.778,89	464,94	0,00	-100,0%
Juros e gastos similares suportados	- 14.988,07	- 26.958,28	- 25.023,56	- 19.027,46	- 594,84	- 0,00	- 21.778,89	- 464,94	- 0,00	
Resultado antes de impostos	567.251,13	274.437,09	30.825,27	-1.247.266,31	289.519,21	786.339,72	764.817,70	1.639.671,83	1.927.617,83	17,6%
Imposto sobre o rendimento do período (*)	- 52.120,36	- 34.725,57	- 12.892,84	- 20.618,09	- 14.662,84	- 62.537,45	- 67.038,72	- 359.365,02	- 449.079,63	- 27,1%
Resultado líquido do período	515.130,77	239.711,52	17.932,43	-1.267.904,40	274.856,37	723.802,27	697.779,98	1.280.306,81	1.478.538,20	14,9%



Do ponto de vista económico, o OPART, E.P.E. apresentou um Resultado Líquido do exercício de 1.478.538,20€, e um EBITDA de 2.102.431,09€.

O facto do OPART, E.P.E. ter prevista uma Indemnização Compensatória que recebeu, mas que face às restrições orçamentais ficou cativa, no que respeita a aplicar em despesa de bens e serviços fez com que o proveito fosse registado mas que o gasto não pudesse ser feito. Essa limitação fez com que o OPART, E.P.E. finalizasse o ano com um Resultado Líquido do Exercício bastante elevado e com um saldo bancário idêntico a esse resultado.

Cumprindo as regras do código de IRC o OPART, E.P.E. terá um valor grande de imposto a pagar em 2022 referente ao resultado de 2021. No entanto foram efetuados pagamentos por conta durante o exercício de 2021,

Houve uma melhoria das receitas de bilheteira face a 2021 embora longe ainda dos valores de 2019.

A missão de serviço público do OPART. E.P.E. tem inerente a atribuição de uma Indemnização Compensatória por parte do Estado, sendo pertinente avaliar a eficácia social da organização através da mensuração do esforço financeiro do Estado por cada beneficiário das atividades desenvolvidas no âmbito da sua missão.

EFICIÊNCIA SOCIAL	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Var. 2021/2010	Var. 2021/2020
Indemnização Compensatória (s/(VA)) (A)	18.287.514,56 €	17.756.269,71 €	13.325.059,29 €	13.325.059,29 €	13.325.059,29 €	13.325.059,29 €	13.464.430,95 €	15.396.716,92 €	15.539.672,57 €	17.709.602,38 €	18.116.821,52 €	18.200.943,40 €	-0,47%	0,25%
NP de Beneficiários da atividade do OPART (B)	123.628	93.917	109.873	104.601	170.800	140.020	127.602	137.967	104.681	112.522	31.130	38.937	-74,82%	6,94%
Eficiência Social = (A) / (B)	147,92 €	189,06 €	121,28 €	127,39 €	78,02 €	95,17 €	105,52 €	111,50 €	148,45 €	157,39 €	583,26 €	467,45 €	216,00%	-73,58%

O peso das receitas próprias do OPART, E.P.E. reduziu o seu nível para 4% face à pandemia, considerando o Esforço Financeiro Público efetuado (em termos de IC e FFC).

O Conselho de Administração tem envidado todos os esforços para potenciar os proveitos do seu “core business” e encontrar novas fontes de rendimento, mas o ano de 2020 e 2021 teve tendências muito negativas nesse âmbito.

O OPART terminou o ano de 2021 com uma taxa de cobertura (receitas de bilheteira vs. custos diretos de programação) de 19%.



Execução Orçamental: Despesas vs. Receitas

	Dotação Corrigida 2020	Execução 2020	Orçamento inicial (aprovado) 2021	Dotação Corrigida 2021	Execução 2021	
					valor	%
SALDO	220.610 €	1.967.099 €	- €	1.967.099 €	3.272.002 €	
Despesa	23.549.755 €	19.035.616 €	23.648.588 €	23.648.588 €	19.782.650 €	83,7%
01 Despesas com Pessoal	15.409.220 €	14.892.530 €	15.418.675 €	15.283.352 €	- 135.323 €	14.420.431 € 94,4%
02 Aquisição de bens e serviços	5.460.791 €	3.172.621 €	5.309.336 €	4.931.267 €	- 378.069 €	3.728.229 € 75,6%
03 - Juros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
06 Impostos (IVA) e outros	890.000 €	768.777 €	930.000 €	1.443.392 €	513.392 €	1.416.377 € 98,1%
06 Reserva Outras receitas	88.244 €	- €	34.210 €	34.210 €	- €	- €
07 Investimento	1.701.500 €	201.688 €	1.956.367 €	1.956.367 €	- €	217.613 € 11,1%
Amortizações líquidas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Receita	23.770.365 €	21.002.715 €	23.648.588 €	25.615.687 €	1.967.099 €	23.054.652 € 90,0%
IC	19.293.000 €	19.293.000 €	19.293.000 €	19.293.000 €	- €	19.292.999 € 100,0%
SEC/Fundo Fomento	727.000 €	727.000 €	727.000 €	727.000 €	- €	727.000 € 100,0%
Outros apoios (DGTF Obras)	1.500.000 €	- €	- €	- €	- €	- €
Bilheteira TNSC/CNB/EVC	1.000.365 €	282.151 €	2.906.820 €	2.906.820 €	- €	634.878 € 21,8%
Iniciativas (inclui FAL e outras)	200.000 €	86.100 €	200.000 €	200.000 €	- €	- € 0,0%
Mecenato CNB	100.000 €	100.000 €	100.000 €	100.000 €	- €	50.000 € 50,0%
Outros mecenatos	200.000 €	38.000 €	130.000 €	231.000 €	101.000 €	231.000 € 100,0%
Projetos Comerciais TNSC/CNB	300.000 €	32.686 €	150.000 €	50.000 €	- 100.000 €	50.000 € 100,0%
Outras Receitas [apoios 2020 para intervenções edificio]	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Receitas	229.390 €	223.167 €	141.768 €	140.768 €	- 1.000 €	101.676 € 72,2%
Saldo transitado	220.610 €	220.610 €	- €	1.967.099 €	- €	1.967.099 € 100,0%

Avaliação e acompanhamento da prestação do serviço público

Relativamente ao modo de desempenho do serviço público, tendo em consideração os objetivos e resultados a alcançar fixados no Contrato-Programa, este pode ser aferido no ponto relativo às Linhas Estratégicas e Objetivos. De realçar que embora para 2021 não tivesse sido celebrado contrato programa (apenas foi celebrado no final de 2021 o contrato programa 2022-2024 e o anterior tinha sido 2018-2020), o valor da IC atribuída foi igual ao de 2020 e como tal consideraram-se os mesmos pressupostos de 2020.

Relativamente à identificação dos custos incorridos com a prestação do serviço público, assim como do valor de cada uma das variáveis que contribuem para o apuramento da indemnização compensatória, há que considerar os seguintes pressupostos:

O valor da indemnização compensatória incorpora:

- Os custos incorridos com a prestação de serviço público, incluindo os custos de estrutura inerentes, os custos variáveis relativos à concretização das atividades de interesse geral e os investimentos necessários à prossecução do serviço público e à manutenção e conservação das infraestruturas a seu cargo;



- b) Os proveitos resultantes do cumprimento das obrigações de serviço público;
- c) Os proveitos resultantes de outras atividades desenvolvidas fora do âmbito do interesse geral, deduzidos dos custos diretos incorridos com as mesmas.

O custo incorrido com a prestação do serviço público (CSP) é calculado da seguinte forma:

$$\text{CSP} = \text{GE} + \text{GP} + \text{RAF}$$

Sendo:

GE Gastos de Estrutura

Corresponde aos gastos gerais de funcionamento incluindo os relativos ao quadro de pessoal aprovado no orçamento de estado, nos seguintes termos:

i) Gastos com Pessoal de estrutura:

- Gastos com pessoal previsto no quadro de pessoal aprovado.
- Devem ser excluídas:

=> As contratações pontuais fora do quadro de pessoal aprovado;

=> Os encargos extra com a programação e demais atividade (p.e. trabalho extraordinário).

- Serão contabilizadas numa conta analítica específica as contratações pontuais e os encargos extra com a programação e demais atividade.

ii) Gastos Gerais de Estrutura:

- Gastos destinados a assegurar o normal funcionamento da entidade (gastos gerais com os edifícios e demais instalações e gastos gerais com o funcionamento dos serviços).

GP Gastos de Produção:

Gastos diretos com as produções artísticas e demais atividades integradas na missão, destinadas ao cumprimento do serviço público contratualizado e ao alcance das metas definidas no presente contrato-programa.

Incluem-se nestes gastos os gastos com pessoal relativos a:

=> Contratações pontuais fora do quadro de pessoal aprovado

=> Encargos extra com a programação e demais atividade (p.e. trabalho extraordinário)

- Serão contabilizadas numa conta analítica específica as contratações pontuais e os encargos extra com a programação e demais atividade.



RAF	Reposição de Ativos Fixos (líquidos) Montante de aquisições de ativos fixos tangíveis ou intangíveis líquidos das vendas e dos financiamentos específicos obtidos para a sua aquisição (a fundo perdido ou reembolsáveis). - No caso de aquisições financiadas através de recurso ao endividamento, aprovado pelas tutelas, ou qualquer outro tipo de fundos reembolsáveis o reconhecimento ocorre nas datas do reembolso dos respetivos financiamentos e não na data de aquisição. São considerados apenas os Ativos Fixos que: => Se destinem a assegurar o estado de conservação das infraestruturas; => Se relacionem diretamente e sejam necessários à prestação do serviço público; => Se destinem a melhorar ou ampliar as infraestruturas e constem do plano de investimentos aprovado; e => Se destinem a fazer face a situações imponderáveis e inadiáveis. - Estes investimentos devem ser registados em contas analíticas ou patrimoniais específicas.
------------	---

Fórmula de cálculo da Indemnização Compensatória (IC):

$$IC = CSP - VNsp - OSE - MgOA$$

Sendo:

CSP	Custo incorrido com a prestação do serviço público referido no ponto anterior $CSP = GE + GP + RAF$
------------	---

VNsp	Volume de Negócios do serviço público de interesse geral - Vendas e prestações de serviços e outros ganhos diretamente resultantes das atividades de serviço público (p.e. venda de bilhetes, mecenato, patrocínios, publicidade, apoios à atividade), exceto os subsídios atribuídos por entidades públicas. - Estes ganhos devem ser registados em contas analíticas ou contas de ganhos específicos.
-------------	--

OSE	Outros subsídios do Estado Subsídios atribuídos por entidades públicas para além da indemnização compensatória.
------------	---



MgOA	<p>Margem liberta por outras atividades:</p> <p>Vendas e prestações de serviço e outros ganhos de atividades não englobadas no serviço público (p.e. aluguer de espaços para atividades com fins comerciais ou fora da missão), deduzido dos gastos diretos com estas prestações.</p> <p>Se os gastos diretos superarem os ganhos o valor a considerar é zero.</p> <p>- Estes ganhos e os gastos devem ser registados em contas analíticas específicas.</p>
Exclusões	<p>Não são considerados, nas variáveis indicadas, gastos de depreciações e de amortizações. Os gastos financeiros apenas são considerados se a aprovação das operações que lhe deram origem, pelas tutelas, o mencionarem expressamente.</p>

Os cálculos efetuados âmbito dos instrumentos previsionais de gestão foram:

GE	18 199 582 €
GP	2.881 315 €
RAF	270 000 €
CSP	21 350 897 €
VNsp	- 1 218 397 €
OSE	-727.000€
MgOA	- 112 500 €
IC (2021)	19 293 000 €

Os incorridos na execução de 2021:

		2021
Gastos de Estrutura	GE	17.440.403
Gastos com pessoal		14.420.431
Gastos gerais de estrutura		3.019.972
Gastos de Produção	GP	2.125.404
Investimento	RAF	217.613
Custos do Serviço Público	CSP	19.783.420
Vendas	VNsp	1.017.554
Outros Subsídios de Estado	OSE	727.000
Outras receitas	MgOA	50.000
Indemnização Compensatória	IC	17.988.866



Tesouraria

O recebimento da Indemnização Compensatória (IC) apresentou um valor igual a 2021. Em termos de modalidade de pagamento o mesmo foi numa base mensal a partir da transferência de verbas pela entidade coordenadora do Programa 12, a Secretaria Geral da Presidência de Conselho de Ministros.

Até 2018 o valor da IC praticamente só cobria as Despesas com Pessoal e o IVA a entregar ao Estado e outras obrigações fiscais. A partir de 2019 com a incorporação do valor do Fundo de Fomento Cultural (FFC) na IC passou a ter também uma componente de programação.

Em 2021 O OPART, E.P.E. voltou a ter um apoio para a programação por parte do FFC permitindo que a IC pudesse suportar mais gastos com investimentos verba que era sempre insuficiente nos outros anos económicos.

Um dos objetivos essenciais do Conselho de Administração, inculcados nas duas Direções Artísticas e equipas de produção, deve ser a promoção de um equilíbrio saudável dos fluxos monetários, procurando uma maior adequação entre o momento da despesa e a sua receita, não obstante as contingências muito específicas da atividade artística, a par do cumprimento dos prazos estipulados no programa “Pagar a Tempo e Horas” para com terceiros, permitindo alcançar a imagem de credibilidade que o OPART, E.P.E. deve almejar.

A atividade artística tem a particularidade de que grande parte dos custos incorrem antes da estreia dos espetáculos, pelo que é essencial a libertação das *tranches* das indemnizações compensatórias e subsídio do FFC atempadamente.

O OPART, E.P.E. encerrou o ano de 2021 com um prazo médio de pagamentos inferior e 20 dias, ou seja, abaixo da meta dos 30 dias do programa “Pagar a Tempo e Horas”. Efetivamente o recebimento regular de uma IC e de verbas do FFC é indispensável para atingir estes valores de prazo médio de pagamento, o mais baixo dos últimos anos.



Gestão do Risco Financeiro

Dando cumprimento ao Despacho nº 101/2009-SETF de 30 de janeiro e ao Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril, o OPART, E.P.E., vem prestar a seguinte informação:

1. Efetuou, em 2013, um empréstimo de 900.000€ junto da DGTF. Foi endividamento de médio prazo, o qual seria reembolsado por conta do acréscimo, naquele montante, da Indemnização Compensatória (IC) a receber do Estado Português em 2016. Como tal não aconteceu, e porque o OPART, E.P.E. se encontra em falência técnica, como resultado do acumular de prejuízos em vários exercícios e que conduziram à deterioração dos capitais próprios, situação que tem sido reportada em sucessivos pareceres e relatórios, nomeadamente na Certificação de Contas do exercício de 2015, pelo Fiscal Único, foi proposto em agosto de 2016 um aumento de Capital faseado em 3 anos de 1.000.000€ por ano, num total de 3.000.000€, de acordo com o art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Foi igualmente proposto que o primeiro reforço de 1.000.000€ fosse concretizado em 2016, considerando como reforço o empréstimo de 900.000€ acrescido de juros. Em junho de 2017 foi aceite considerar-se o empréstimo mais encargos como aumento de capital. O recurso a este tipo de crédito apenas acontece em situações limite, como o acréscimo de despesas, nomeadamente de pessoal, por causas não imputáveis à entidade e devido à redução das subvenções do Estado Português, nomeadamente da Indemnização Compensatória (IC);

2. Uma vez que o empréstimo acordado é remunerado a uma taxa de juro fixada pela DGTF, tornou-se desnecessário o recurso a qualquer instrumento de gestão de cobertura de risco de taxa de juro.

Entretanto em 2018 foi autorizada a incorporação deste valor de empréstimo em Capital Próprio, mas o mesmo não se podia registar junto da Conservatória porque as contas dos exercícios de 2017, 2018 e 2019 se encontravam ainda por aprovar pelas tutelas.

Em 2022, durante a elaboração deste relatório, foram aprovadas as contas dos anos em causa por despacho conjunto das tutelas. O OPART, E.P.E. irá tentar proceder ao registo do aumento de capital junto da conservatória de registo comercial.

3. O OPART, E.P.E. pode efetuar aplicações financeiras esporádicas e de curto prazo em CEDIC's, sem qualquer volatilidade de taxa de juro e de risco de incumprimento por parte do emitente, uma vez que é o IGCP. No ano 2021 não foi feita qualquer aplicação;
4. Em 2020, foram gerados resultados líquidos de 1.286.306,81€. Em 2021 apresenta resultados líquidos de 1.478.538.20€;
5. Em termos de operações em moeda estrangeira, estas são inexistentes, não existindo por isso qualquer risco cambial;
6. O OPART, E.P.E. pratica o provisionamento de 100% dos valores reclamados em processos judiciais em curso e em coimas, incluindo juros à data. Em 2021 esse valor é 254.463,37€;
7. Regemo-nos pelo princípio da transparência financeira: a nossa contabilidade é organizada nos termos legais, e de forma que permita identificar claramente todos os fluxos financeiros, operacionais e económicos existentes;
8. Não há realização de quaisquer despesas não documentadas;
9. Não existem quaisquer dívidas em situação de mora quer à Autoridade Tributária, quer à Segurança Social ou a quaisquer outros Entes Públicos.

A Indemnização Compensatória (IC) que o OPART, E. P.E. recebe do Estado Português, tendo em conta o serviço público que presta, assume uma enorme importância ao nível das receitas.

A atividade é altamente sensível à variável IC. Qualquer alteração no valor desta variável terá um impacto muito significativo na sustentabilidade de toda a atividade das 3 entidades geridas pelo OPART, E.P.E.

Em 2021 foram realizadas e divulgadas novas versões do Código de Ética e Conduta e do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, assim como foram adaptados alguns novos regulamentos e planos no final de 2021 como o Plano para a Igualdade de Género e Não Discriminação e o Regulamento de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Proposta de Aplicação de Resultados

Face ao resultado líquido do exercício no montante de 1.478.538,20€, o Conselho de Administração propõe que seja distribuído da seguinte forma:

Para Resultados Transitados 1.478.538,20€;

Lisboa, 29 de abril de 2022

O Conselho de Administração do OPART, E.P.E.



Maria da Conceição Amaral
Presidente do Conselho de Administração



Alexandre Miguel Santos
Vogal Financeira do Conselho de Administração

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

Contas do Exercício de 2021

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

Contribuinte: 508180457

Moeda: EUR

BALANÇO em 12 de 2021

Rubricas	Notas	2021-12-31	2020-12-31
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	525.734,83	523.739,20
Ativos intangíveis	3	11.837,99	27.916,42
Subtotal		537.572,82	551.655,62
Ativo corrente			
Inventários	10	11.223,32	185,48
Clientes, contribuintes e utentes	18	45.063,18	72.139,60
Estado e outros entes públicos	24	311.867,00	47.046,00
Outras contas a receber	27	41.766,43	83.988,60
Diferimentos	23	54.755,94	252.703,32
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1.3	3.272.002,32	1.967.099,65
Subtotal		3.736.678,19	2.423.162,65
Total do Ativo		4.274.251,01	2.974.818,27
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	28	4.000.000,00	4.000.000,00
Reservas	28	1.543.800,93	1.543.800,93
Resultados transitados	28	-6.799.847,36	-8.086.154,17
Outras variações no Património Líquido		0,00	0,00
Resultado líquido do período	24	1.478.538,20	1.286.306,81
Total do Património Líquido		222.491,77	-1.256.046,43
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	254.463,37	144.711,72
Financiamentos obtidos	18	935.890,50	935.890,50
Subtotal		1.190.353,87	1.080.602,22
Passivo corrente			
Fornecedores		2.964,78	17.635,04
Estado e outros entes públicos	24	480.442,78	391.327,40
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	27	2.231.544,37	2.274.179,33
Diferimentos	23	146.453,44	467.120,71
Subtotal		2.861.405,37	3.150.262,48
Total do Passivo		4.051.759,24	4.230.864,70
Total do Património Líquido e Passivo		4.274.251,01	2.974.818,27

Contabilidade - (c) Primavera BSS

O Orgão de Gestão

O Contabilista Público

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

OPART - Organismo de Produção Artística, EPE

Demonstração individual das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2020

DESCRÇÃO	NOTAS	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe						Interesses que não controlam	Total do Património Líquido		
		Capital/Património Realizado	Outras reservas	Resultados Translatados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido			Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DE JANEIRO DE 2020	28	4.000.000,00	1.543.800,93	-8.783.933,15	0,00	0,00	892,11	697.778,98	0,00	0,00	-2.541.461,13
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Aplicação do resultado final em 31 de Dezembro de 2018											
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos				0,00							-892,11
Outras alterações reconhecidas no património líquido	2			0,00							-892,11
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							1.286.306,81			1.286.306,81
RESULTADO INTEGRAL	4-2-3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.286.306,81	0,00	0,00	1.285.414,70
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital/património											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições				697.778,98							-697.778,98
Entradas para cobertura de perdas				697.778,98							-697.778,98
Outras operações	5										
6=1+2-3+5	28	4.000.000,00	1.543.800,93	-8.086.154,17	0,00	0,00	0,00	1.286.306,81	0,00	0,00	-1.256.046,43

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe						Interesses que não controlam	Total do Património Líquido			
		Capital/Património Realizado	Outras reservas	Resultados Transiçóes	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido			Resultado líquido do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DE JANEIRO DE 2021	6	28	4.000.000,00	1.543.800,93	-8.086.154,17	0,00	0,00	0,00	1.286.306,81	0,00	0,00	-1.256.046,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Aplicação do resultado lido em 31 de Dezembro de 2018												
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no património líquido												
	7	25			0,00	0,00					0,00	0,00
					0,00	0,00					0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								1.478.538,20			1.478.538,20
RESULTADO INTEGRAL	9-7+8								1.478.538,20			1.478.538,20
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital/prémio												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	10											
POSICÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2020	6-7+8+10	28	4.000.000,00	1.543.800,93	-6.789.847,36	0,00	0,00	0,00	1.478.538,20	0,00	0,00	222.491,77

Orgão Gestor
António José Beltrão
Constituição Pública
António José Beltrão

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

Moeda: EUR
Contribuinte: 508180457

Demonstração dos resultados por naturezas em 12 de 2021

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Pos	Neg				
70		Impostos, contribuições e taxas		0,00	0,00
71		Vendas	13	862,94	601,96
72		Prestações de serviços e concessões	13	733.834,54	539.560,81
75		Transferências e subsídios correntes obtidos	13	19.363.776,64	18.953.424,93
73		Variação de inventários da produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-842,13	-427,70
	62	Fornecimentos e serviços externos	25	-3.522.453,28	-2.597.056,07
	63	Gastos com pessoal	19	-14.368.368,38	-14.883.655,08
	60(-603)	Transferências e subsídios concedidos		0,00	0,00
	603	Prestações sociais		0,00	0,00
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões)	10	5.775,22	-69.980,46
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	-4.510,23
	657	Imparidades em investimentos (perdas/reversões)	5	0,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)	15	-109.751,65	-144.711,72
7623;7627	653;657	Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
78		Outros rendimentos e ganhos	26	17.900,81	17.774,84
	68	Outros gastos e perdas	25	-18.303,62	-24.080,26
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento				2.102.431,09	1.786.941,02
761	64	Gastos / reversões de depreciação e amortização	3 e 5	-174.813,26	-146.804,25
7624/6	654/6	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)				1.927.617,83	1.640.136,77
79		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
	69	Juros e gastos similares suportados	29	0,00	-464,94
Resultado antes de impostos				1.927.617,83	1.639.671,83
	812	Imposto sobre o rendimento	24	-449.079,63	-353.365,02
Resultado líquido do período				1.478.538,20	1.286.306,81
Resultado líquido do período atribuível: (*)					
Detentores do capital da casa mãe					
Interesses que não controlam					

Contabilidade - (c) Primavera BSS

(*) Aplicável apenas no caso de contas consolidadas.

O Orgão de Gestão

O Contabilista Público

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

Contribuinte: 508180457

Moeda: EUR

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 12 de 2021

RUBRICAS	NOTAS	2021	2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		756.030,80	415.781,58
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-3.802.546,31	-3.284.943,41
Pagamentos ao pessoal		-14.148.580,52	-14.628.213,07
	Caixa gerada pelas operações	-17.195.096,03	-17.497.374,90
Outros recebimentos/pagamentos		18.686.779,79	19.435.889,38
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	1.491.683,76	1.938.514,48
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-152.974,04	-160.314,83
<i>Ativos intangíveis</i>		-37.857,05	-31.710,58
<i>Propriedades de investimento</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00	0,00
<i>Outros Ativos</i>		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		4.050,00	0,00
<i>Ativos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Propriedades de investimento</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00	0,00
<i>Outros Ativos</i>		0,00	0,00
<i>Subsídios ao investimento</i>		0,00	0,00
<i>Transferências de capital</i>		0,00	0,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		0,00	0,00
<i>Dividendos</i>		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-186.781,09	-192.025,41
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00	0,00
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital</i>		0,00	0,00
<i>Cobertura de prejuízos</i>		0,00	0,00
<i>Doações</i>		0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00	0,00
<i>Juros e gastos similares</i>		0,00	0,00
<i>Dividendos</i>		0,00	0,00
<i>Reduções de capital e outros instrumentos de capital</i>		0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00	0,00
	Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		1.304.902,67	1.746.489,07
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.967.099,65	220.610,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.272.002,32	1.967.099,65

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

Contribuinte: 508180457

Moeda: EUR

Demonstração dos Fluxos de Caixa em

12 de 2021

(cont)

RUBRICAS	NOTAS	2021	2020
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.967.099,65	220.610,58
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior		1.967.099,65	220.610,58
De execução orçamental		1.734.559,99	1.734.559,99
De operações de tesouraria		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.272.002,32	1.967.099,65
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte		3.272.002,32	1.967.099,65
De execução orçamental		3.272.002,32	1.967.099,65
De operações de tesouraria		0,00	0,00

Contabilidade - (c) Primavera BSS

O Orgão de Gestão

O Contabilista Público

OPART – Organismo de Produção Artística, EPE
Notas Anexas às Demonstrações Financeiras
Para o período findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores em euros)

0. Adoção pela primeira vez do SNC-AP

A adoção deste novo referencial pela primeira vez foi tranquila pois o OPART – Organismo de Produção Artística, EPE como entidade pública empresarial e reclassificada já aplicava o SNC (Sistema de Normalização Contabilística) desde o ano de 2010. O OPART sempre teve balanço, como tal não houve necessidade de em 2018 criar o primeiro balanço.

1. Identificação da entidade:

O OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E. é uma entidade pública empresarial, que prossegue fins de interesse público e tem por objetivo a prestação de serviço público na área da cultura músico - teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. Neste contexto, gere duas entidades artísticas distintas - o Teatro Nacional de São Carlos (TNSC) e a Companhia Nacional de Bailado (CNB). A morada da sua sede é na Rua Serpa Pinto nº 9, Lisboa.

1.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização contabilística da Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime da periodização económica (acrécimo), no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos



contidos na estrutura concetual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade. Fazem ainda parte das demonstrações financeiras todas os mapas de relato orçamental como o mapa de execução da receita e da despesa, o mapa de desempenho orçamental.

1.3 Caixa e depósitos bancários:

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a caixa e seus equivalentes constantes na demonstração dos fluxos de caixa e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes na demonstração da posição financeira naquelas datas foram como segue:

	2021-12-31	2020-12-31
Caixa	11.173,09 €	4.997,96 €
Caixa em trânsito	- 429,35 €	19.831,55 €
Depósitos bancários		
IGCP	3.262.351,26 €	1.940.943,01 €
Outros	- €	1.972,76 €
Cartão IGCP	- 1.092,68 €	- 645,63 €
Total	3.272.002,32 €	1.967.099,65 €

A caixa em trânsito diz respeito a devoluções de bilheteira dos nossos postos de venda, que apenas darão saída em bancos no exercício seguinte. Em 2021 o OPART, EPE conseguiu encerrar a conta que tinha na banca comercial cumprindo assim a Unidade de Tesouraria do Estado.

Em relação ao saldo em dívida na conta “Cartão IGCP”, embora o mais correto fosse contabilizar numa conta de dívida a terceiros, para efeitos dos mapas de desempenho e execução orçamental tal não seria possível. Os ficheiros carregados na Unileo (DGO) e no Tribunal de Contas validam o total de disponibilidades (caixa e depósitos bancários) com a execução orçamental.

2. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros. Foram ainda preparadas no pressuposto da continuidade das operações.



2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações, sendo estas calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o classificador complementar 2 (CC2) anexo ao Decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil aos ativos fixos tangíveis são debitados aos resultados dos exercícios em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção ou implementação, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar.

As menos valias resultantes do abate dos ativos fixos tangíveis são registadas em “Outros gastos e perdas”.

2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas previstas no Classificador complementar 2 anexo ao Decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro.

Na propriedade intelectual, a taxa de amortização é determinada em função do período de tempo contratado, ou do período de tempo em que se estimar a sua utilização, caso este seja inferior ao período contratado.

2.3 Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas perdas de imparidade acumuladas.

2.4 Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são contabilizados pelo valor nominal deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os apresentar ao seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de

que não serão recebidos os montantes em dívida conforme as contas originais das contas a receber. É utilizado para o cálculo da imparidade o previsto no art. 28º-A do Código do IRC relativo às perdas por imparidade de créditos.

2.5 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.6 Reconhecimento de Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”

2.7 Subsídios ao Investimento

Os subsídios atribuídos ao investimento são contabilizados como componente do Capital Próprio na rubrica “Subsídios” sendo transferidos para resultado do exercício numa base sistemática pelo correspondente valor anual das amortizações dos investimentos a que respeitam.

2.8 Diferimentos – produções artísticas

Os bens e serviços adquiridos especificamente para as produções artísticas são contabilizados na rubrica de “Gastos a reconhecer”. O seu reconhecimento em gasto é efetuado em função do período em que se realizam os espetáculos.

2.9 Impostos sobre o Rendimento do Exercício

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento são determinados com base nos resultados tributáveis, ajustados em conformidade com a legislação fiscal aplicável.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco anos no caso da Segurança Social.

3 – Ativos intangíveis

As aquisições do exercício dizem respeito a licenças antivírus e outros softwares informáticos

Rubricas	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Total
Quantia escriturada bruta inicial	516.383,06	866.335,38	22.560,00	1.405.278,44
Depreciações acumuladas iniciais	(488.466,64)	(866.335,38)	(22.560,00)	(1.377.362,02)
Quantia escriturada líquida inicial	27.916,42	0,00	0,00	27.916,42
Adições				
Aquisições	31.624,16	0,00	0,00	31.624,16
Total das adições	31.624,16	0,00	0,00	31.624,16
Diminuições				
Amortizações do exercício	(47.702,59)	0,00	0,00	(47.702,59)
Acertos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das diminuições	(47.702,59)	0,00	0,00	(47.702,59)
Quantia escriturada líquida final	11.837,99	0,00	0,00	11.837,99

5 – Ativos fixos tangíveis

Rubricas	Edifícios e outras construções	Equip. Básico	Equip. Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta inicial	968.493,72	2.706.229,04	956.520,76	143.156,80	4.774.400,32
Depreciações acumuladas iniciais	(710.735,80)	(2.460.812,90)	(938.514,13)	(138.565,77)	(4.248.628,60)
Quantia escriturada líquida inicial	257.757,92	245.416,14	18.006,63	4.591,03	525.771,72
Adições					
Aquisições	0,00	120.265,84	8.003,74	2.357,00	130.626,58
Anulações	0,00	(2.606,19)	0,00	0,00	(2.606,19)
Total das adições	0,00	117.659,65	8.003,74	2.357,00	128.020,39
Diminuições					
Depreciações do exercício	(36.078,63)	(94.033,11)	(7.579,72)	(1.063,98)	(138.755,44)
Depreciações do exercício (Alienações/Abates)	0,00	1.085,91	0,00	0,00	1.085,91
Acertos	0,00	11.644,77	0,00	0,00	11.644,77
Imparidades	(2.032,52)	0,00	0,00	0,00	(2.032,52)
Total das diminuições	(38.111,15)	(81.302,43)	(7.579,72)	(1.063,98)	(128.057,28)
Quantia escriturada líquida final	219.646,77	281.773,36	18.430,65	5.884,05	525.734,83

As principais aquisições do exercício foram essencialmente equipamento informático, equipamento de som e vídeo, mobiliário e material de palco.

10. Inventários

Movimentos	Mercadorias	
	2021	2020
Existências iniciais	103.860,05 €	104.780,70 €
Compras	6.276,52 €	275,54 €
Regularização de existências	- 171,77 €	- 768,49 €
Existências finais	109.122,67 €	103.860,05 €
Custos no exercício	842,13 €	427,70 €

Movimentos	Mercadorias	
	2021-12-31	2020-12-31
Existências finais	109.122,67 €	103.860,05 €
Imparidades	97.899,35 €	103.674,57 €
Valor das existências	11.223,32 €	185,48 €

Perdas por imparidade Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Inventários	103.674,57 €		5.775,22 €	97.899,35 €
Valor das imparidades	36.205,85 €	- €	5.775,22 €	97.899,35 €

O valor registado em regularização de existências trata-se de ofertas de merchandising, bem como quebras ou sobras após contagens físicas de inventários.

De acordo com a NCP 10 – Inventários (parágrafo 35 a 39), houve necessidade de avaliar a imparidade de inventários mensurando esses artigos ao valor realizável líquido. Para além disso, face à pouca rotatividade de stocks pois muitos artigos encontram-se guardados em armazém e nem estão à venda na bilheteira, foi registada uma nova imparidade de rotatividade de stocks.

Esta imparidade tem o valor total de 97.899,35 € e será avaliada em períodos futuros. A taxa de rotatividade de stocks ronda os 0,77%

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021



13. Rendimentos de transações com contraprestação

	2021			2020		
	Internas	Externas	Total	Internas	Externas	Total
71 VENDAS	862,94 €	- €	862,94 €	601,96 €	- €	601,96 €
Mercadorias	862,94 €	- €	862,94 €	601,96 €	- €	601,96 €
TNSC	713,20 €	- €	713,20 €	561,93 €	- €	561,93 €
CNB	149,74 €	- €	149,74 €	40,03 €	- €	40,03 €
EVC	- €	- €	- €	- €	- €	- €
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	733.834,54 €	- €	733.834,54 €	475.330,81 €	64.230,00 €	539.560,81 €
Bilheteira	418.627,40 €	- €	418.627,40 €	304.240,97 €	- €	304.240,97 €
Óperas	196.451,82 €	- €	196.451,82 €	180.074,22 €	- €	180.074,22 €
Concertos	58.195,75 €	- €	58.195,75 €	87.617,30 €	- €	87.617,30 €
Bailados	159.027,83 €	- €	159.027,83 €	19.582,16 €	- €	19.582,16 €
Outros Eventos	4.952,00 €	- €	4.952,00 €	16.967,29 €	- €	16.967,29 €
Venda de Espectáculos em Digressão	178.859,49 €	- €	178.859,49 €	105.870,48 €	23.580,00 €	129.450,48 €
Serviços Secundários	136.347,65 €	- €	136.347,65 €	65.219,36 €	40.650,00 €	105.869,36 €
	734.697,48 €	- €	734.697,48 €	475.932,77 €	64.230,00 €	540.162,77 €

Os serviços secundários incluem programas, alugueres de salas de espetáculos e de ensaios, publicidade, aluguer permanente do espaço para antenas do Teatro Camões. O volume de negócios em 2021 é superior ao de 2020 devido à retoma de atividade, embora ainda com limitação de ocupação em 2021. Também foi possível fazer mais espetáculos em digressão ou fora das salas habituais e como tal obter receita dessa natureza.

O aluguer de espaços para eventos/filmagens também aumentou visto que a realização dos mesmos passou a ser possível embora sempre com regras da Direção Geral de Saúde (DGS).

	2021	2020
75 Subsídios à Exploração	19.363.776,64 €	18.953.424,93 €
Indemnização compensatória	18.244.646,89 €	18.156.821,52 €
Mecenas e outros apoios	150.000,00 €	130.000,00 €
Fundo de Fomento Cultural	855.849,90 €	559.900,10 €
Outros apoios do Estado	4.000,00 €	1.800,00 €
Outros subsídios de terceiros	109.279,85 €	104.903,31 €

Em 2021 houve um ligeiro aumento nos subsídios à exploração (cerca de 2,17%). Embora o valor da indemnização compensatória e do apoio extra do Fundo de Fomento Cultural (FFC) tenham sido os mesmos que em 2020, uma vez que estas receitas de 2020 serviram para pagar 50% dos custos com os espetáculos adiados para 2021, cumprindo o estipulado no Decreto-lei 10-I de 26 de março de 2020, e os respetivos custos diferidos para 2021

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

para quando o espetáculo seja apresentado, procedeu-se ao mesmo diferimento no que respeita à receita. Essa receita foi reconhecida em 2021 no mesmo momento em que foram reconhecidos os gastos. Ficou ainda por reconhecer a receita proporcional referente ao projeto “La Bohème”, cujos gastos só serão reconhecidos igualmente em 2022.

15 – Provisões, passivos e passivos contingentes

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Pagamentos	Saldo Final
Impostos	- €				- €
Processos judiciais em curso	144.711,72 €	109.751,65 €	- €	- €	254.463,37 €
Outras provisões	- €		- €		- €
Total	144.711,72 €	109.751,65 €	- €	- €	254.463,37 €

Durante o ano 2021 foi reforçada e criada uma nova provisão para processos judiciais no montante de € 109.751,65, processo em curso nomeadamente de uma colaboradora, um sindicato em nome de vários colaboradores, e de dois ex-colaboradores.

De acordo com o nosso departamento jurídico há possibilidade de condenação nestes dois casos. Estes valores incluem o valor da ação e juros calculados à data de 31/12/2021.

18 – Instrumentos Financeiros

Existem outros ativos e passivos financeiros, os quais passamos a decompor:

	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Ativos Financeiros			
Clientes	84.018,85	-38.955,67	45.063,18
Outros devedores	4.510,23	-4.510,23	0,00
Depósitos bancários	3.261.258,58	0,00	3.261.258,58
Total	3.349.787,66	-43.465,90	3.306.321,76
Passivos Financeiros			
Fornecedores	2.964,78	0,00	2.964,78
Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	935.890,50	0,00	935.890,50
Total	938.855,28	0,00	938.855,28

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021



Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de Clientes em mora apresentava a seguinte maturidade:

Perdas por imparidade Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Anulação	Saldo Final
Republica Filmes Lda	31.164,03 €	- €	- €	- €	31.164,03 €
Diocese de Beja	7.791,64 €	- €	- €	- €	7.791,64 €
Total	38.955,67 €	- €	- €	- €	38.955,67 €

Clientes em Mora	2021-12-31	2020-12-31
<180 dias	- €	- €
180 - 360 dias	- €	- €
360 - 540 dias	- €	- €
540 - 720 dias	- €	- €
> 720 dias	38.955,67 €	38.955,67 €
Total	38.955,67 €	38.955,67 €

Descrição	2021-12-31	2020-12-31
Clientes C/C	45.063,18 €	72.139,60 €
Total	45.063,18 €	72.139,60 €

Foi ainda constituída uma imparidade para a dívida a repor pelo membro do Órgão Social César Aires Viana por se encontrar em dívida há bastante tempo. Apesar de todos os esforços para obter esta reposição a mesma não foi conseguida até 31 de dezembro de 2021. Durante a elaboração das demonstrações financeiras, já no ano de 2022, foi recebido o valor em dívida.

Outros devedores	2021-12-31	2020-12-31
Remunerações a regularizar pelos OS	4.510,23 €	4.510,23 €
Total	4.510,23 €	4.510,23 €

Os financiamentos obtidos incluem um empréstimo da Direção Geral do Tesouro e Finanças no montante de 900.000,00€. Este empréstimo destinou-se a fazer face ao pagamento do Subsídio de Férias, em novembro de 2013, uma vez que a IC de 2013 não previa este pagamento. O empréstimo, que inicialmente previa-se que seria liquidado até 31 de março de 2015, foi renegociado para ser reembolsado até 30 de setembro de 2016, a uma taxa fixa nominal anual de 1,420%. No entanto foi solicitado que o montante não



fosse liquidado pois não haveria forma de o fazer sem um reforço da nossa IC para o efeito, e foi solicitado a passagem do valor em dívida à DGTF para aumento de Capital Social. Tivemos parecer positivo, mas não conseguimos fazer o registo do aumento de capital pois as contas do exercício de 2017 e 2018 ainda aguardam aprovação e sem isso a Conservatória de Registo Comercial não regista o aumento de capital.

Ao valor foram incluídos os juros capitalizados do período de dezembro de 2013 a setembro de 2016 no montante de 35.890,50€. Durante a elaboração das demonstrações financeiras, já em 2022, foram aprovadas as contas de 2017, 2018 e 2019.

Como tal durante o ano de 2022, irá o OPART, EPE tentar fazer o registo desse aumento de capital na Conservatória.

19 – Benefícios dos empregados

No ano findo a 31 de dezembro de 2021 e 2020, o OPART, EPE, incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

	2021	2020
Remunerações dos Órgãos Sociais	216.394,47 €	221.551,74 €
Remunerações do Pessoal	11.050.574,20 €	11.307.971,96 €
Benefícios pós-emprego	- €	- €
Encargos com Remunerações	2.598.185,85 €	2.644.701,88 €
Seguro de Acidentes de Trabalho	254.449,59 €	261.769,14 €
Caducidades e indemnizações	199.249,88 €	390.505,53 €
Outros gastos com pessoal	49.514,39 €	57.154,83 €
Total	14.368.368,38 €	14.883.655,08 €

	2021	2020
Número médio de empregados	348	365
Número de empregados no fim do período	362	349

No ano de 2021 registaram-se indemnizações no montante de cerca de 199.250 euros como gastos. Foram pagas 195.970 € de rescisões por mútuo acordo. Foram ajustados cerca de 2.884 euros das caducidades. Os outros gastos com pessoal são essencialmente

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

gastos com formação, medicina e higiene no trabalho, fardamento, equipamento de proteção individual e serviços de fisioterapia.

Houve uma diminuição das remunerações e encargos de 2021 para 2020, essencialmente devido aos acordos de rescisão com alguns colaboradores efetuados em 2020.

A Remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração (estabelecida na Resolução de Conselho de Ministros 16/2012 e despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e Administração Pública e Secretaria de Estado da Cultura nº14751/2014 de 5 de dezembro) é de 4.578,20€ x 14 meses para o Presidente e de 3.662,56€ x 14 meses para os Vogais. Tiveram ainda a título de despesas de representação o montante de 1739,72€ x 12 meses (Presidente) e 1391,77€ x 12 meses (vogais). Estas remunerações estão sujeitas à redução remuneratória prevista na Lei 12A-2010 no que concerne á remuneração dos gestores públicos (redução de 5%).

	Presidente (1)	Vogal (2)	Vogal (3)
Remuneração Base e Subsídios	60.890,06 €	48.711,32 €	48.711,32 €
Outras remunerações	20.876,64 €	16.701,24 €	16.701,24 €
Indeminização	- €	- €	- €
Subsidio de refeição	1.267,55 €	1.267,55 €	1.267,55 €
Ajudas de Custo	- €	- €	- €
Total	83.034,25 €	66.680,11 €	66.680,11 €

(1) Dra. Maria da Conceição Alves Amaral

(2) Dr. Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos

(3) Ana de Medeiros Harlé Victorino D'Almeida

O Fiscal Único Dr. João Cipriano, representado pela sociedade João Cipriano e Associado SROC, auferiu € 1.442,13 mensais, sujeito a IVA à taxa legal em vigor

23 – Detalhe da conta diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe das rubricas de diferimentos é o seguinte:

Gastos e perdas a reconhecer	2021-12-31	2020-12-31
Seguros a reconhecer	13.212,11 €	880,46 €
Gastos a reconhecer com espectáculo no exercício seguinte	40.732,88 €	251.059,65 €
Outros gastos a reconhecer	810,95 €	763,21 €
Total	54.755,94 €	252.703,32 €

Rendimentos e ganhos a reconhecer	2021-12-31	2020-12-31
Receitas de bilheteira	89.561,47 €	197.124,42 €
Outros ganhos a reconhecer	56.891,97 €	269.996,29 €
Total	146.453,44 €	467.120,71 €

Os gastos e as receitas a reconhecer com os espetáculos prende-se com o facto de os mesmos só serem reconhecidos quando o espectáculo é apresentado.

Os outros ganhos a reconhecer incluem o montante de €416,97 recebidos ao abrigo do contrato programa e €38.250,00 recebidos ao abrigo do apoio do Fundo Fomento Cultural destinados a subsidiar os custos com espetáculos adiados para o ano 2022, cfr. mencionado na nota 13.

24 – Detalhe da conta Estado e Outros Entes Públicos

Rubricas	2021-12-31	2020-12-31
Activo		
Pagamentos especiais por conta	- €	- €
Pagamentos por conta	307.994,00 €	45.846,00 €
Retenção na fonte por terceiros	3.873,00 €	1.200,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	- €
Total do activo	311.867,00 €	47.046,00 €
Passivo		
Imposto sobre rendimento a pagar	449.079,63 €	353.365,02 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	- €	- €
Imposto sobre o valor acrescentado	31.363,15 €	36.178,72 €
Contribuições para a segurança social	- €	- €
Contribuições para a caixa geral de aposentações	- €	1.783,66 €
Outros	- €	- €
Total do passivo	480.442,78 €	391.327,40 €

Os impostos sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi o seguinte:

Rubricas	2021	2020
Imposto sobre o rendimento corrente	449.079,63 €	353.365,02 €

No quadro que se segue é apresentada a reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício:

Rubricas	2021
Resultado antes de imposto	1.927.617,83 €
Correcções relativas a exercicios anteriores	- €
Multas, coimas e juros compensatórios	63,25 €
IRC	- €
Encargos não devidamente documentados	508,08 €
Menos valias contabilísticas	- €
	1.928.189,16 €
Correcções relativas a exercicios anteriores	- €
Diferença negativa entre as mais-valias e menos-valias fiscais	- €
Lucro Tributável	1.928.189,16 €
Prejuizos fiscais deduzidos	- €
Materia coletável	1.928.189,16 €
Coleta (21%)	404.919,72 €
Derrama Estadual (3%)	12.845,67 €
Derrama Municipal (1,5%)	28.922,84 €
Tributação Autónoma	2.391,39 €
Imposto sobre o rendimento do período	449.079,63 €

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

Tipo de despesa sujeita a TA	2021	%	2020	%
Ajudas de custo	16.011,97 €	5	35.908,52 €	5
Kilómetros	801,36 €	5	841,82 €	5
Despesas de representação	1.212,37 €	10	1.532,72 €	10
Despesas com viaturas de passageiros > 35000				
Aluguer de viaturas	- €	10	- €	35
Seguros	- €	10	- €	35
Despesas manutenção	- €	10	- €	35
Combustíveis	2.224,02 €	10	3.501,33 €	35
Imposto circulação	- €	10	- €	35
Outras despesas com viaturas	259,40 €	10	609,59 €	35
Despesas com viaturas de passageiros < 25000				
Aluguer de viaturas	11.811,47 €	10	4.339,10 €	10
Seguros	- €	10	- €	10
Despesas manutenção	- €	10	- €	10
Combustíveis	- €	10	- €	10
Imposto circulação	- €	10	- €	10
Outras despesas com viaturas	- €	10	- €	10
Tributação autónoma apurada	2.391,39 €		5.680,47 €	

25 – Detalhe dos Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos valores incluídos na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte.

Os *Honorários* incluem a contratação de pessoal artístico (cantores, encenadores, reforços de coro e orquestra, figurinistas, bailarinos, coreógrafos), técnico (maquinistas, cortineiros) e de apoio (legendagem, caracterização, cabeleireiros, desenho de luz) para as diferentes produções realizadas.

A conta *Rendas e Alugueres* engloba, para além das rendas dos armazéns do TNSC e da CNB, os custos com o aluguer de equipamentos destinados às produções artísticas (guarda roupa, cenários, adereços, calçado, equipamento de luz, vídeo e som, partituras).

O transporte de instrumentos, cenários, e guarda-roupa para espetáculos realizados no, ou fora, do TNSC e do Teatro Camões (digressões) está incluído na rubrica *Transporte de Mercadorias*.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

Os *Trabalhos Especializados* são maioritariamente constituídos por serviços prestados ao Marketing (gráficas, fotografia, traduções, desenvolvimento e manutenção de sites), Informática, Revisor Oficial de Contas e alguns serviços para a produção (cenários e figurinos).

Outros FSE incluem essencialmente serviços de frente de sala e serviços de carregadores e técnicos extras.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2021	2020
SUBCONTRATOS	174.831,43 €	40.973,99 €
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	365.140,44 €	292.746,84 €
PUBLICIDADE	75.496,69 €	66.749,26 €
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	195.575,03 €	184.423,41 €
HONORÁRIOS	1.160.477,81 €	676.073,25 €
COMISSÕES	8.742,90 €	5.561,70 €
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	341.300,56 €	249.878,97 €
FERRAM. E UTENSÍLIOS DESG. RÁPIDO	58.101,16 €	42.163,06 €
LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	566,18 €	25,45 €
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	7.644,65 €	5.547,54 €
ARTIGOS PARA OFERTA	- €	2.356,80 €
OUTROS BENS	131.374,30 €	95.476,14 €
ELECTRICIDADE	117.241,20 €	119.296,08 €
COMBUSTÍVEIS	2.224,02 €	3.501,33 €
ÁGUA	13.155,17 €	13.671,12 €
OUTROS FLUÍDOS	17.707,80 €	12.595,85 €
DESLOCAÇÕES E ESTADAS	47.636,95 €	75.620,36 €
TRANSPORTE DO PESSOAL	2.180,76 €	4.031,00 €
TRANSPORTES DE MERCADORIAS	29.403,03 €	48.955,08 €
RENDAS E ALUGUERES	308.852,21 €	260.750,64 €
COMUNICAÇÃO	24.738,38 €	25.496,92 €
SEGUROS	24.627,72 €	25.678,18 €
ROYALTIES E PROP. INTELECTUAL	138.357,87 €	119.665,63 €
CONTENCIOSO E NOTARIADO	2.652,00 €	2.997,10 €
DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	1.212,37 €	1.532,72 €
LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	105.985,54 €	107.077,89 €
OUTROS SERVIÇOS	167.227,11 €	114.209,76 €
	3.522.453,28 €	2.597.056,07 €

No total do FSE houve um acréscimo de cerca de 35,6%, cerca de 925 mil euros, fruto da retoma da atividade pois alguns gastos de estrutura mantiveram-se ou mesmo reduziram. O valor de 2021 aproximou-se do valor do gasto de FSE em 2019 (€3.582.585), embora tenha sido ligeiramente inferior.

25 – Outros Gastos e Perdas

Nestas rubricas o valor com mais peso são as taxas, nomeadamente a “Taxa de Entidade Contratante” devido ao elevado número de prestadores de serviços (artistas), com um peso também significativo o valor das quotizações.

26 – Outros Rendimentos e ganhos

Esta rubrica contém o estorno de seguro de acidentes de trabalho bem como rendimentos provenientes da alienação de ativos fixos tangíveis.

27 – Outras contas a receber e a pagar

A rubrica de contas a receber inclui valores a receber do pessoal no montante de 4.510 €, sendo este valor dos ajustes feitos ao ex-administrador César Viana, cujo montante foi solicitado para reposição, tal como mencionado na nota 18.

Inclui ainda cauções de rendas e tribunal no montante de €41.357.

Nas contas a pagar o detalhe apresenta-se da seguinte forma:

	31.12.2021	31.12.2020
Créditos a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Créditos por acréscimos de gastos	2.213.435,60	2.138.764,26
Outras contas a pagar	17.699,14	135.415,07
Total	2.231.134,74	2.274.179,33

A rubrica de credores por acréscimo de gastos inclui a quantia de € 1.913.349,03 relativa às responsabilidades com o pagamento de férias e subsídio de férias e respetivos encargos a liquidar em 2022. Esta rubrica inclui ainda a especialização do montante do montante de € 270.371,70 relativo à compensação de folgas não gozadas e caducidades de contratos a termo e respetivos encargos sociais, bem como remunerações pagas em 2022 respeitantes a projetos de 2021.

Estão ainda registados na rubrica de créditos por acréscimo de gastos o montante de € 29.714,87 relativo à especialização de custos de Fornecimentos e Serviços Externos



nomeadamente comunicações, água, luz e honorários a pagar a prestadores de serviços no âmbito de produções de 2021.

28 – Património Líquido

O detalhe do Património Líquido em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

	2021-12-31	2020-12-31
Capital	4.000.000,00	4.000.000,00
Reservas	1.543.800,93	1.543.800,93
Resultados transitados	(6.799.847,36)	(8.086.154,17)
Outras variações no capital próprio	0,00	0,00
Total	(1.256.046,43)	(2.542.353,24)

29 – Juros e gastos similares suportados

A despesa com mais expressão nesta rubrica são juros de mora da segurança social por decisões judiciais e comunicações de rescisões e baixas fora do prazo legal.

30 - Eventos subsequentes

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

Depois das duas primeiras vagas do COVID-19 ocorridas durante 2020, cujos impactos são reconhecidos e divulgados nas respetivas demonstrações financeiras do exercício, a Pandemia registou nos primeiros dois meses de 2021 (terceira vaga) um subsequente e severo agravamento que, somente neste curto período, terá ultrapassado o número de incidentes (infetados e óbitos) de todo o ano de 2020.

Uma vez que esta Pandemia tem tido e continua a ter um impacto social e económico muitíssimo significativo, voltando a gerar um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades, as implicações no relato financeiro têm sido e podem continuar também a ser muito significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada agente económico.



Esta nova realidade do subsequente e severo agravamento da Pandemia no início de 2021 determina a necessidade de reconsiderar as implicações no relato financeiro e concretamente nas demonstrações financeiras de 2021 e exercícios seguintes.

Embora as previsões sejam de melhoria sobre esta matéria para 2022, o Órgão de Gestão do OPART continua a acompanhar os desenvolvimentos relacionados com o alastramento da doença, adotando as medidas necessárias, a qual, dada a sua natureza, tem um elevado grau de incerteza, quer quanto à duração, quer quanto à magnitude e extensão dos seus efeitos nas demonstrações financeiras e na produção artística do OPART no ano de 2022.

Em paralelo à situação pandémica despoletou no início de 2022 o conflito entre a Ucrânia e a Rússia o que está a gerar uma crise económica a nível mundial e que irá afetar as demonstrações financeiras do OPART, EPE 2022, nomeadamente a nível das despesas.

Desde o início de 2022 que o custo de eletricidade aumentou exponencialmente, custo essencial para a nossa atividade, bem como o custo dos transportes e toda a compra de equipamento eletrónico necessário para os espetáculos.

31 – Anexo às demonstrações orçamentais

As presentes demonstrações orçamentais são apresentadas de acordo com a NCP 26 – Contabilidade de Relato Orçamental, estabelecida pela Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC – AP), o que implicou a adoção de um conjunto de novos conceitos aplicáveis à sua preparação e apresentação.

O SNC - AP introduziu o conceito de plano de contas multidimensional (PCM) para que a mesma estrutura de codificação possa promover a comparabilidade da informação financeira e orçamental entre as entidades públicas, fazendo parte dele o quadro de correspondência entre as rubricas orçamentais e as contas PCM. A UniLeo definiu, no manual de implementação do SNC – AP, a correspondência entre códigos da classificação económica da receita e da despesa, aprovados pelo Decreto-lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, e as rubricas das demonstrações orçamentais. Da mesma forma, as fontes de financiamento foram associadas em quatro grandes grupos: Receitas gerais, Receitas próprias, União europeia e Empréstimos. No que respeita à receita, o circuito manteve-se o mesmo, isto é, liquidação, anulação e recebimento.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

Os reembolsos e restituições deixaram de pertencer ao circuito da despesa passando a ser apenas uma regularização de um recebimento indevido. Passou a existir o reconhecimento do montante a liquidar em anos futuros.

Na despesa, mantiveram-se as fases do cabimento, do compromisso, da obrigação, do pagamento e da reposição abatida ao pagamento, tendo passado a existir o reconhecimento de obrigações em anos futuros.

No que respeita às despesas com o pessoal, de salientar que os descontos e retenções inerentes ao processamento das remunerações (caso da Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, Caixa Geral da Aposentação e ADSE, entre outros) deixaram de ser consideradas como operações de tesouraria, passando a ser relevadas como despesa no momento do seu pagamento.

O Anexo às demonstrações orçamentais é composto pelo conjunto de elementos que a seguir se apresentam, de acordo com a numeração sequencial definida no SNC – AP. Os mapas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para leitura das demonstrações orçamentais.

Todos os valores se encontram expressos em Euros.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

Anexos

Demonstrações de Execução Orçamental 2021



CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Proteção Artística E.P.E.

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Dezembro

14/04/2022 | 1/3

Exercício Leis/Anexo	2021 CLASSIFICAÇÃO CÓDIGOS	Orçânica	Fonte Fin	Anexo	Programa	Económica	Destinação	Previdência	Compendio	Parc. de ant. período	REEMBOLSO E RESERVAS			Pagos	RECEITAS		Prestações anterior	Período competente	Total	Distribuição final do período	Grau de atualização	Período atualizado	Percentagem	
											Reservas	Liquidações	Arrecadas		Receitas Liquidadas	Liquidações								Arrecadas
	4.3	300	032036		032036		FUNÇÃOAMENTO NORMAL								0.00	0.00	0.00	0.00	1.734.559,00	1.734.559,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
	4.3	300	032036		032036	16	Recursos da Capital		1.734.560,00						0,00	0,00	0,00	0,00	1.734.559,00	1.734.559,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
	4.3	300	032036		032036	16	Saldo de abertura anterior		0,00	1.734.560,00					0,00	0,00	0,00	0,00	1.734.559,00	1.734.559,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
	4.3	300	032036		032036	16	Novos recursos		1.734.560,00						0,00	0,00	0,00	0,00	1.734.559,00	1.734.559,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
	4.3	300	032036		032036	16	Receitas de serviços		1.734.560,00						0,00	0,00	0,00	0,00	1.734.559,00	1.734.559,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
	4.3	300	032036		032036	16	Receitas de impostos		1.734.560,00						0,00	0,00	0,00	0,00	1.734.559,00	1.734.559,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Total das Receitas de Capital		1.734.560,00						0,00	0,00	0,00	0,00	1.734.559,00	1.734.559,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Total Atividades		1.734.560,00						0,00	0,00	0,00	0,00	1.734.559,00	1.734.559,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Total Fontes Fin.	5.1.3	1.734.560,00						0,00	0,00	0,00	0,00	1.734.559,00	1.734.559,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Receitas Correntes		19.263.482,00						0,00	0,00	0,00	0,00	19.263.482,00	19.263.482,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Transferências correntes		19.263.482,00						0,00	0,00	0,00	0,00	19.263.482,00	19.263.482,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Administração central		19.263.482,00						0,00	0,00	0,00	0,00	19.263.482,00	19.263.482,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							ESTADO		19.263.482,00						0,00	0,00	0,00	0,00	19.263.482,00	19.263.482,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							terceiro		19.263.482,00						0,00	0,00	0,00	0,00	19.263.482,00	19.263.482,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Rec. impostos - Adm. Claval - Estado		19.263.482,00						0,00	0,00	0,00	0,00	19.263.482,00	19.263.482,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Transferências correntes		29.518,00						0,00	0,00	0,00	0,00	29.518,00	29.518,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Administração central		29.518,00						0,00	0,00	0,00	0,00	29.518,00	29.518,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							ESTADO		29.518,00						0,00	0,00	0,00	0,00	29.518,00	29.518,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Estado		29.518,00						0,00	0,00	0,00	0,00	29.518,00	29.518,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Rec. impostos - Adm. Claval - Estado		29.518,00						0,00	0,00	0,00	0,00	29.518,00	29.518,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Total das Receitas Correntes		19.292.999,00						0,00	0,00	0,00	0,00	19.292.999,00	19.292.999,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Total Atividades		19.292.999,00						0,00	0,00	0,00	0,00	19.292.999,00	19.292.999,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
							Total Fontes Fin.	5.1.3	19.292.999,00						0,00	0,00	0,00	0,00	19.292.999,00	19.292.999,00	0,00	0,00%	100,0%	0,00%
	4.3	300	032036		032036	16	Receitas Correntes		332.000,00						0,00	0,00	0,00	0,00	332.000,00	332.000,00	0,00	0,00%	100,0%	3,36%
	4.3	300	032036		032036	16	Transferências correntes		332.000,00						0,00	0,00	0,00	0,00	332.000,00	332.000,00	0,00	0,00%	100,0%	3,36%
	4.3	300	032036		032036	16	Impostos e taxas sec. m. do		332.000,00						0,00	0,00	0,00	0,00	332.000,00	332.000,00	0,00	0,00%	100,0%	3,36%
	4.3	300	032036		032036	16	Transferências		332.000,00						0,00	0,00	0,00	0,00	332.000,00	332.000,00	0,00	0,00%	100,0%	3,36%
	4.3	300	032036		032036	16	Receitas		332.000,00						0,00	0,00	0,00	0,00	332.000,00	332.000,00	0,00	0,00%	100,0%	3,36%
	4.3	300	032036		032036	16	Receitas		332.000,00						0,00	0,00	0,00	0,00	332.000,00	332.000,00	0,00	0,00%	100,0%	3,36%

OPART - Organismo de Proteção Artística E.P.E.

Mano Jose Batista Frazado

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

14/04/2022 | 1/3

OPART - Organismo de Proteção Ambiental EPE

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício		2021		4.º QUOTRI		(Valor em eur EUR)												
Orçânica	Funct. Fin.	Actividade	Programa	Estratègica	Designaç.	Previsões Carregos	Reservas de períodos anteriores	Recursos Liquidados	Aquisições Anuladas	Receitas cobradas Brutas	Emissões e Pagamentos			Recursos cobrados líquidos		Período em aberto	Comparaç. em percentagem a	
											Emissões	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			
1	041	000	012036	000307	Serviços e Fundos Ambientais	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	0,00	0,00	727.000,00	727.000,00	0,00	0,00%	
2	041	000	012036	06030701	Rec. Próprios - Administ. Carregos EMBs	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	0,00	0,00	727.000,00	727.000,00	0,00	0,00%	
1	041	000	012036	0403070178	Rec. próprias - Administ. Central-Mas	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	0,00	0,00	727.000,00	727.000,00	0,00	0,00%	
					Total das Receitas Carregos	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	0,00	0,00	727.000,00	727.000,00	0,00	0,00%	
					Total Emissão EMB	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	0,00	0,00	727.000,00	727.000,00	0,00	0,00%	
					Total Fonte Fin. S41	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	727.000,00	0,00	0,00	0,00	727.000,00	727.000,00	0,00	0,00%	
					Total Orgânica	1.454.000,00	137.172,00	1.316.828,00	122.330,00	1.194.498,00	1.194.306,00	104.306,00	104.306,00	71.786,00	1.266.092,00	1.316.828,00	87.891,00	69,7%
					Total Geral/Recursos Carregos	1.454.000,00	137.172,00	1.316.828,00	122.330,00	1.194.498,00	1.194.306,00	104.306,00	104.306,00	71.786,00	1.266.092,00	1.316.828,00	87.891,00	69,7%
					Total Geral (Rec. de Capital)	1.367.100,00	0,00	1.367.100,00	0,00	1.367.100,00	0,00	0,00	0,00	1.367.100,00	1.367.100,00	0,00	0,00%	
					Total Geral	1.454.000,00	137.172,00	1.316.828,00	122.330,00	1.194.498,00	1.194.306,00	104.306,00	104.306,00	71.786,00	1.266.092,00	1.316.828,00	87.891,00	69,7%

O Responsável
Francisco José Baltazar Franco
 Em 23 de Abril de 2022

O Conselho de Administração

 Em 24 de Abril de 2022

OPART - EPE S.A. - UNIDADE DE GESTÃO ORÇAMENTAL DE PRODUÇÃO AMBIENTAL, L.P.E

38

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Proteção Ambiental EPE

14/04/2022 | 1:15

Controle Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Órgão	Func. F.F.	Subfunção	Programa	Economia	Descrição	Por pagar per art	Deduzidas Contingidas	Cargos / descontos	Compromissos	Obrigações	RECURSOS PROPRIOS		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Saldo em 31/12
											Períodos anteriores	Período corrente			
1	118	106	012036		FUNÇÃO PÚBLICA										
					Despesas Correntes										
1	118	106	012036	21	Despesas com o pessoal	15.505,95	15.285.555,00	0,00	4.434.132,36	14.434.132,36	1.783,00	11.420.430,66	0,00	15.722,25	0,01%
1	118	106	012036	2101	Remuneração fixa e variável	14.286,96	12.864.297,00	0,00	1.213.845,28	11.213.845,28	584,61	11.999.956,43	0,00	11.722,25	0,00%
2	118	106	012036	210101	Órgãos do P.O.A.	352,20	137.858,00	0,00	150.093,70	136.098,70	392,30	135.099,50	0,00	0,00	0,28%
2	118	106	012036	21010101	Pessoal sob o regime de Reg. de Contrato Indivíduo de Trabalho	5.827,08	8.022.248,00	0,00	7.825.022,42	7.825.022,42	0,00	7.823.193,54	0,00	9.817,00	0,00%
2	118	106	012036	2101010101	Pessoal em regime de tabela ou função	0,00	598.221,00	0,00	47.070,00	47.070,00	0,00	47.070,00	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	210101010101	Pessoal em regime de tabela ou função	0,00	246.240,00	0,00	111.377,81	111.377,81	0,00	111.377,81	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	21010101010101	Remuneração	588,86	88.048,00	0,00	81.599,93	81.599,93	158,65	81.448,00	0,00	3.054,50	0,00%
2	118	106	012036	2101010101010101	Adiantamento de férias	15,46	402.633,19	0,00	401.633,19	401.633,19	15,66	401.633,19	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	210101010101010101	Subsídio de férias	850,87	1.573.194,00	0,00	1.555.942,27	1.555.942,27	0,00	1.555.942,27	0,00	850,87	0,00%
2	118	106	012036	21010101010101010101	Subsídio de férias	0,00	787.397,00	0,00	872.802,93	872.802,93	0,00	872.802,93	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	2101010101010101010101	Subsídio de férias	850,67	787.397,00	0,00	661.078,64	661.078,64	0,00	660.227,97	0,00	850,67	0,00%
2	118	106	012036	210101010101010101010101	Adiantamento de férias	0,00	399.645,00	0,00	378.441,21	378.441,21	0,00	378.441,21	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	21010101010101010101010101	Adiantamento de férias	0,00	48.905,00	0,00	43.650,66	43.650,66	0,00	43.650,66	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	2101010101010101010101010101	Adiantamento de férias	0,00	26.600,00	0,00	16.813,33	16.813,33	0,00	16.813,33	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	210101010101010101010101010101	Adiantamento de férias	0,00	4.953,00	0,00	4.953,55	4.953,55	0,00	4.953,55	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	21010101010101010101010101010101	Adiantamento de férias	0,00	258.288,00	0,00	315.465,97	315.465,97	0,00	315.465,97	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	2101010101010101010101010101010101	Adiantamento de férias	1.219,05	3.035.447,00	0,00	2.843.866,37	2.843.866,37	3.199,04	2.843.866,37	0,00	0,00	0,01%
2	118	106	012036	210101010101010101010101010101010101	Adiantamento de férias	1.219,05	2.702.865,00	0,00	2.587.419,78	2.587.419,78	1.219,04	2.587.419,78	0,00	0,00	0,03%
2	118	106	012036	21010101010101010101010101010101010101	Adiantamento de férias	1.219,05	17.969,00	0,00	17.583,96	17.583,96	1.219,04	17.583,96	0,00	0,00	6,78%
2	118	106	012036	2101010101010101010101010101010101010101	Adiantamento de férias	0,00	2.884.889,00	0,00	2.909.837,90	2.909.837,90	0,00	2.909.837,90	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	2101	Adiantamento de férias	0,00	326.744,00	0,00	254.449,29	254.449,29	0,00	254.449,29	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	2101	Adiantamento de férias	13.534,73	2.219.758,00	0,00	2.152.861,01	2.152.861,01	13.334,73	2.075.803,93	82.847,05	415,00	0,58%
2	118	106	012036	2101	Adiantamento de férias	650,00	137.975,00	0,00	131.766,33	131.766,33	650,00	131.766,33	0,00	650,00	0,47%
2	118	106	012036	2101	Adiantamento de férias	0,00	8.649,00	0,00	8.641,91	8.641,91	0,00	8.641,91	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	2101	Adiantamento de férias	0,00	2.508,00	0,00	2.507,21	2.507,21	0,00	2.507,21	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	2101	Adiantamento de férias	0,00	8.979,00	0,00	8.649,11	8.649,11	0,00	8.649,11	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	2101	Adiantamento de férias	0,00	8.979,00	0,00	8.649,11	8.649,11	0,00	8.649,11	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	2101	Adiantamento de férias	0,00	16.427,00	0,00	15.905,07	15.905,07	0,00	15.905,07	0,00	0,00	0,00%
2	118	106	012036	2101	Adiantamento de férias	650,00	98.990,00	0,00	98.597,31	98.597,31	650,00	98.597,31	0,00	650,00	0,66%
2	118	106	012036	2101	Adiantamento de férias	11.684,74	3.121.140,00	0,00	2.915.983,98	2.915.983,98	11.684,73	2.915.983,98	0,00	50.989,93	0,39%

S PRIMAVERA 833 / LOSES DE ZINAT - DRENAGEM DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, E.P.E

Plano José Belisk Quendo

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Companhia de Produção Arábica S/A

Controle Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício	Origem	Fonte %	Classificação	Programa	Subprograma	Descrição	Por pagar per até	Datação Contábil	Causas / descasos	Compromissos	Orcamentos	Pagamentos anteriores	Despesas em execução		Compromissos a transferir	Debitos per mês	Graus de arcação			
													Realizado	% Total						
2021	1	318	006	000000	000000	Encargos das instalações	1.546,36	243.751,00	0,00	395.159,25	188.972,31	1.546,36	288.235,05	385.273,32	5.184,84	0,00	0,83%	76,67%		
	1	318	006	002036	202036	Encargos das instalações	1.546,36	243.751,00	0,00	395.159,25	188.972,31	1.546,36	288.235,05	385.273,32	5.184,84	0,00	0,83%	76,67%		
	1	318	006	002036	202036	Encargos das instalações	1.546,36	243.751,00	0,00	395.159,25	188.972,31	1.546,36	288.235,05	385.273,32	5.184,84	0,00	0,83%	76,67%		
	1	318	006	002036	202036	Limpeza e higiene	381,30	137.237,00	0,00	326.032,46	381,30	381,30	381,30	381,30	381,30	0,00	0,00%	0,28%	91,45%	
	1	318	006	002036	202036	Contorno de bebs	1.164,06	170.033,00	0,00	327.937,99	335.404,46	335.404,46	335,404,46	335,404,46	17.533,79	0,00	0,00%	0,66%	79,95%	
	1	318	006	002036	202036	Locação de salubridade	349,28	272.237,00	0,00	370.751,32	170.752,31	170.752,31	349,28	370.752,31	370,752,31	0,00	0,00%	0,22%	98,32%	
	1	318	006	002036	202036	Locação de materiais de transporte	549,28	372.237,00	0,00	370.751,32	170.752,31	170.752,31	549,28	370.752,31	370,752,31	0,00	0,00%	0,22%	98,32%	
	1	318	006	002036	202036	Locação de outros bens	823,76	86.046,00	0,00	83.346,46	83.038,36	83.038,36	823,76	83.038,36	82,038,36	1.000,00	0,00%	0,00%	88,88%	
	1	318	006	002036	202036	Comunicações	0,00	28.236,41	0,00	28.236,41	25.742,71	25.742,71	0,00	25.742,71	25.742,71	0,00	0,00%	0,00%	93,36%	
	1	318	006	002036	202036	Comunicações	0,00	1.133,00	0,00	1.133,00	961,79	961,79	0,00	961,79	961,79	0,00	0,00%	0,00%	99,39%	
	1	318	006	002036	202036	Comunicações	0,00	8.105,00	0,00	8.105,00	7.656,28	7.656,28	0,00	7.656,28	7.656,28	0,00	0,00%	0,00%	99,39%	
	1	318	006	002036	202036	Comunicações	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	1.876,28	1.876,28	0,00	1.876,28	1.876,28	0,00	0,00%	0,00%	99,39%	
	1	318	006	002036	202036	Transportes	1.503,90	42.333,00	0,00	40.276,77	38.279,64	38.279,64	1.503,90	38.279,64	38,279,64	3,445,13	0,00	0,00%	10,89%	71,77%
	1	318	006	002036	202036	Representação aos serviços	0,00	1.568,00	0,00	1.083,93	1.083,93	1.083,93	0,00	1.083,93	1.083,93	0,00	0,00%	0,00%	66,13%	
	1	318	006	002036	202036	Seguros	0,00	30.876,00	0,00	29.781,99	29.781,99	29.781,99	0,00	29.781,99	29,781,99	0,00	0,00%	0,00%	99,43%	
	1	318	006	002036	202036	Seguros	0,00	30.876,00	0,00	29.781,99	29.781,99	29.781,99	0,00	29.781,99	29,781,99	0,00	0,00%	0,00%	99,43%	
	1	318	006	002036	202036	Formação	0,00	332,00	0,00	320,00	320,00	320,00	0,00	320,00	320,00	0,00	0,00%	0,00%	96,39%	
	1	318	006	002036	202036	Publicidade	0,00	21.437,00	0,00	17.619,99	17.619,99	17.619,99	0,00	17.619,99	17,619,99	0,00	0,00%	0,00%	82,12%	
	1	318	006	002036	202036	Publicidade	0,00	22.437,00	0,00	17.619,99	17.619,99	17.619,99	0,00	17.619,99	17,619,99	0,00	0,00%	0,00%	82,12%	
	1	318	006	002036	202036	Vigilância e segurança	3.616,97	138.984,00	0,00	282.968,46	231.342,31	231.342,31	3.616,97	231.342,31	231,342,31	1.230,00	0,00	0,14%	69,54%	
	1	318	006	002036	202036	Outros trabalhos especializados	0,00	9.364,00	0,00	9.363,74	9.363,74	9.363,74	0,00	9.363,74	9,363,74	0,00	0,00%	0,00%	100,00%	
	1	318	006	002036	202036	Outros trabalhos especializados	0,00	9.364,00	0,00	9.363,74	9.363,74	9.363,74	0,00	9.363,74	9,363,74	0,00	0,00%	0,00%	100,00%	
	1	318	006	002036	202036	Diversos serviços	3.416,90	890.001,00	0,00	910.893,95	899.890,90	899.890,90	3.416,90	899.890,90	21.004,48	0,00	0,00%	0,36%	94,37%	
	1	318	006	002036	202036	Outras despesas normais	401,13	1.443.392,00	0,00	1.446.778,23	1.416.778,23	1.416.778,23	0,00	1.416.778,23	1.416,778,23	0,00	401,13	0,00%	98,13%	
	1	318	006	002036	202036	Despesas	401,13	1.443.392,00	0,00	1.446.778,23	1.416.778,23	1.416.778,23	0,00	1.416.778,23	1.416,778,23	0,00	401,13	0,00%	98,13%	
	1	318	006	002036	202036	Impostos e taxas	401,13	647.146,00	0,00	630.842,87	620.481,74	620.481,74	0,00	620.481,74	620,481,74	0,00	401,13	0,00%	95,83%	
	1	318	006	002036	202036	Outros	0,00	796.196,00	0,00	799.196,00	796.196,00	796.196,00	0,00	796.196,00	796,196,00	0,00	0,00%	100,00%		
	1	318	006	002036	202036	IVA	0,00	796.196,00	0,00	796.196,00	796.196,00	796.196,00	0,00	796.196,00	796,196,00	0,00	0,00%	100,00%		
	1	318	006	002036	202036	Aquisição de bens e serviços	0,00	29.148,00	0,00	27.257,79	27.257,79	27.257,79	0,00	27.257,79	27,257,79	0,00	0,00%	0,00%	93,94%	
	1	318	006	002036	202036	Aquisição de bens	0,00	1.170,00	0,00	1.094,04	1.094,04	1.094,04	0,00	1.094,04	1.094,04	0,00	0,00%	0,00%	93,51%	
	1	318	006	002036	202036	Limpeza e higiene	0,00	899,00	0,00	884,28	884,28	884,28	0,00	884,28	884,28	0,00	0,00%	0,00%	86,14%	
	1	318	006	002036	202036	Ferramentas e materiais	0,00	595,00	0,00	500,30	500,30	500,30	0,00	500,30	500,30	0,00	0,00%	0,00%	99,86%	
	1	318	006	002036	202036	Outros bens	0,00	326,00	0,00	329,59	329,59	329,59	0,00	329,59	329,59	0,00	0,00%	0,00%	99,57%	
	1	318	006	002036	202036	Aquisição de serviços	0,00	28.346,00	0,00	26.483,75	26.483,75	26.483,75	0,00	26.483,75	26,483,75	0,00	0,00%	0,00%	93,33%	
	1	318	006	002036	202036	Serviços de saúde	0,00	28.346,00	0,00	26.483,75	26.483,75	26.483,75	0,00	26.483,75	26,483,75	0,00	0,00%	0,00%	93,33%	
	1	318	006	002036	202036	Serviços de saúde	0,00	28.346,00	0,00	26.483,75	26.483,75	26.483,75	0,00	26.483,75	26,483,75	0,00	0,00%	0,00%	93,33%	

ofano Jose Belich Bueno

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART, E.P.E.

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

14/04/2022 | 3/5

Exercício	Legislação	2021	Códigos	Folha	Programa	Economia	Descrição	Forpagar per ant.	Doações Comigad	Censos / estornos	Comercializ	Obrigações	ESTRUTURA DA DESPESA		Comercializ atualiz	Obrigações per pag	Estruturas Período anterior	Período corrente		
													Período anterior	Período corrente						
1	218	106	022036	20222400	20222400	20222400	Totais das Despesas Correntes	29.241,79	19.046.000,00	0,00	20.482,75	17.908.302,26	15.118,46	17.939.445,47	17.935.563,00	0,00	14.739,38	0,00%	84,18%	
1	314	106	012036	27	27	27	Despesas de Capital	0,00	247.000,00	0,00	228.488,01	203.832,20	0,00	203.832,20	203.832,20	0,00	24.957,82	0,00%	0,00%	81,14%
1	318	106	022036	2702	2702	2702	Aquisição de bens de capital	0,00	247.000,00	0,00	228.488,01	203.832,20	0,00	203.832,20	203.832,20	0,00	24.957,82	0,00%	0,00%	82,44%
1	318	106	012036	270109	270109	270109	Investimentos	0,00	3.608,00	0,00	31.607,75	31.607,75	0,00	31.607,75	31.607,75	0,00	0,00	0,00%	0,00%	100,00%
1	318	106	022036	270109	270109	270109	Equipamentos e reparação	0,00	31.608,00	0,00	31.607,75	31.607,75	0,00	31.607,75	31.607,75	0,00	0,00	0,00%	0,00%	100,00%
1	318	106	022036	270207	270207	270207	Equipamentos de informática	0,00	25.214,00	0,00	25.543,77	17.871,36	0,00	17.871,36	17.871,36	0,00	7.672,41	0,00%	0,00%	89,50%
1	318	106	012036	270109	270109	270109	Equipamentos de informática	0,00	41.000,00	0,00	40.283,28	50.953,88	0,00	30.363,88	30.363,88	0,00	9.719,30	0,00%	0,00%	69,50%
1	318	106	022036	270208	270208	270208	Equipamentos de informática	0,00	41.000,00	0,00	40.283,28	30.563,88	0,00	30.563,88	30.563,88	0,00	9.719,30	0,00%	0,00%	74,55%
1	318	106	012036	270109	270109	270109	Equipamentos de informática	0,00	15.287,00	0,00	15.287,00	14.036,48	0,00	14.036,48	14.036,48	0,00	1.199,30	0,00%	0,00%	83,82%
1	318	106	022036	270109	270109	270109	Equipamentos de informática	0,00	15.287,00	0,00	15.287,00	14.036,48	0,00	14.036,48	14.036,48	0,00	1.199,30	0,00%	0,00%	91,82%
1	318	106	022036	270209	270209	270209	Equipamentos de informática	0,00	133.392,00	0,00	115.897,53	109.550,75	0,00	109.550,75	109.550,75	0,00	6.346,80	0,00%	0,00%	82,13%
1	318	106	012036	270109	270109	270109	Equipamentos de informática	0,00	133.392,00	0,00	115.897,53	109.550,75	0,00	109.550,75	109.550,75	0,00	6.346,80	0,00%	0,00%	82,13%
1	318	106	012036	270109	270109	270109	Equipamentos de informática	0,00	247.000,00	0,00	228.488,01	203.832,20	0,00	203.832,20	203.832,20	0,00	24.957,82	0,00%	0,00%	82,44%
1	318	106	012036	270109	270109	270109	Total das Despesas de Capital	0,00	247.000,00	0,00	228.488,01	203.832,20	0,00	203.832,20	203.832,20	0,00	24.957,82	0,00%	0,00%	82,44%
1	318	106	012036	270109	270109	270109	Total das Despesas de Capital	29.241,79	19.293.000,00	0,00	20.711.237,00	18.171.932,46	15.118,46	18.182.073,07	18.157.184,00	0,00	14.739,38	0,00%	96,03%	84,03%
1	313	106	012036	22	22	22	Despesas Correntes	4.895,93	1.885.011,00	282.500,00	1.323.783,11	1.005.342,26	4.354,07	998.838,44	1.002.992,31	118.443,86	2.349,75	0,23%	52,99%	
1	313	106	022036	2202	2202	2202	Aquisição de bens e serviços	18,43	359.477,00	6.825,00	338.624,21	110.005,62	18,43	109.618,27	108.636,62	25.618,50	369,00	0,01%	68,74%	
1	313	106	012036	220102	220102	220102	Combustíveis e acessórios	0,00	4.820,00	1.338,00	1.250,63	2.150,82	0,00	2.150,62	2.250,64	0,00	0,00	0,00%	66,69%	
1	313	106	012036	220104	220104	220104	Limpeza e higiene	0,00	33.268,00	0,00	33.200,30	11.868,07	0,00	11.868,07	13.333,35	0,00	369,00	0,00%	89,43%	
1	313	106	012036	220107	220107	220107	Vestuário e artigos pessoais	0,00	319,00	0,00	369,00	369,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%		
1	313	106	022036	220108	220108	220108	Materiais de escritório	0,00	2.952,00	443,00	740,34	740,34	0,00	740,34	740,34	0,00	0,00	0,00%	23,08%	
1	313	106	012036	220108	220108	220108	Materiais de escritório	0,00	2.952,00	443,00	740,34	740,34	0,00	740,34	740,34	0,00	0,00	0,00%	23,08%	
1	313	106	012036	220116	220116	220116	Alcance para vendas	0,00	8.375,00	900,00	7.281,55	7.281,55	0,00	7.281,55	7.281,55	0,00	0,00	0,00%	87,05%	
1	313	106	012036	220117	220117	220117	Ferramentas e utensílios	0,00	32,00	2.076,00	20.723,09	13.223,06	0,00	13.223,06	13.223,06	0,00	7.508,88	0,00%	57,49%	
1	313	106	012036	220118	220118	220118	Linhas e documentação técnica	0,00	296,00	296,00	296,00	296,00	0,00	296,00	296,00	0,00	0,00	0,00%	90,98%	
1	313	106	012036	220121	220121	220121	Outros bens	13,43	103.423,00	4.042,00	90.745,34	73.972,58	18,43	73.972,58	73.972,58	18.775,76	0,00	0,02%	90,15%	
1	313	106	012036	2202	2202	2202	Aquisição de serviços	4.842,48	1.725.534,00	272.675,00	988.164,00	895.336,64	4.335,62	899.030,27	893.355,86	82.827,36	1.980,75	0,25%	51,33%	
1	313	106	012036	220201	220201	220201	Encargos des investidor	0,00	27.847,00	0,00	28.490,13	25.461,58	0,00	25.461,58	25.461,58	2.068,53	0,00	0,00%	91,22%	
1	313	106	022036	220201	220201	220201	Encargos das instalações	0,00	27.847,00	0,00	28.490,13	25.461,58	0,00	25.461,58	25.461,58	2.068,53	0,00	0,00%	91,22%	
1	313	106	012036	220202	220202	220202	Limpeza e higiene	0,00	3.453,00	0,00	3.459,10	3.153,90	0,00	3.153,90	3.153,90	295,20	0,00	0,00%	91,32%	
1	313	106	012036	220203	220203	220203	Conservação de bens	0,00	493.798,00	204.270,00	269.805,43	181.803,73	0,00	181.803,73	181.803,73	28.005,72	0,00	0,00%	36,82%	

OPART, E.P.E. / Licença de Operação - Comércio de Produção Artística, L.P. 2

Planos José Bettencourt



CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Produção Artística SPA

14/06/2022 | 1/6

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Dezembro

Orç. An. Inicial	Orç. An. Final	Programa	Estrutura	Descrição	Principais Indícios	Participações/Reflexos	Diferença Saldo Abertura/12/2021	Créditos Especiais	Provisões Corrigidas	Classificação
1	213	00	02.1036	FUNCAONAMENTO NORMAL						
				Resposta de Capital						
4	313	000	02.1036	Saldo de gestão anterior	0,00	3.734.560,00	0,00	0,00	3.734.560,00	1
3	213	000	02.1036	Saldo orçamental	0,00	3.734.560,00	0,00	0,00	3.734.560,00	1
2	313	000	02.1036	Saldo do exercício	0,00	3.734.560,00	0,00	0,00	3.734.560,00	1
3	513	0000	02.1036	Saldo do exercício - Rec. Impostos	0,00	3.734.560,00	0,00	0,00	3.734.560,00	1
				Totais das Rubricas de Capital	0,00	3.734.560,00	0,00	0,00	3.734.560,00	
				Total Atividade 000	0,00	3.734.560,00	0,00	0,00	3.734.560,00	
1	213	000	02.1036	Receitas Correntes	19.293.060,00	0,00	0,00	0,00	19.293.060,00	1
1	213	000	02.1036	Transferências correntes	19.293.060,00	0,00	0,00	0,00	19.293.060,00	1
2	213	000	02.1036	Administração central	19.293.060,00	0,00	0,00	0,00	19.293.060,00	1
1	213	000	02.1036	ESTADO	19.293.060,00	0,00	0,00	0,00	19.293.060,00	1
2	213	000	02.1036	Estado	19.293.060,00	0,00	0,00	0,00	19.293.060,00	1
3	213	000	02.1036	Rec. Impostos - Adm. Civil - Estado	19.293.060,00	0,00	0,00	0,00	19.293.060,00	1
3	213	000	02.1036	Transferências correntes	0,00	29.518,00	0,00	0,00	29.518,00	1
2	213	000	02.1036	Administração central	0,00	29.518,00	0,00	0,00	29.518,00	1
1	213	000	02.1036	ESTADO	0,00	29.518,00	0,00	0,00	29.518,00	1
2	213	000	02.1036	Estado	0,00	29.518,00	0,00	0,00	29.518,00	1
3	213	000	02.1036	Rec. Impostos - Adm. Civil - Estado	0,00	29.518,00	0,00	0,00	29.518,00	1
				Totais das Rubricas Correntes	19.293.060,00	29.518,00	0,00	0,00	19.293.060,00	
				Total Atividade 000	19.293.060,00	29.518,00	0,00	0,00	19.293.060,00	
1	313	000	02.1036	Receitas Correntes	19.293.060,00	29.518,00	0,00	0,00	19.293.060,00	1
2	313	000	02.1036	Transferências correntes	29.518,00	0,00	0,00	0,00	29.518,00	1
3	313	000	02.1036	Sociedades e empresas não financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1
4	313	000	02.1036	Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1
3	513	0000	02.1036	Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1
				Totais das Rubricas Correntes	19.293.060,00	29.518,00	0,00	0,00	19.293.060,00	
				Total Atividade 000	19.293.060,00	29.518,00	0,00	0,00	19.293.060,00	

OPART - Organismo de Produção Artística SPA

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Proteção Ambiental

14/04/2022 | 5/5

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

OPART - Organismo de Proteção Ambiental											MONETÁRIO EUR)					
Exercício	2021										Comparações					
Laq.amentos	-TODOS-										Despesas por	Comparações				
Orgânica	Fondestim.	Classificação	Programa	Esquerda	Descrição	Por pagar	Despesa	Comparações	Compromissos	Despesas por	Comparações	Comparações				
		Atividade				per pag.	Carregada	despesas	Compromissos	Despesas por	Comparações	Comparações				
									Compromissos	Despesas por	Comparações	Comparações				
									Compromissos	Despesas por	Comparações	Comparações				
									Compromissos	Despesas por	Comparações	Comparações				
2	313	106	012036	70109000	Equipamento administrativo	0,00	3.600,00	0,00	3.801,30	2.801,30	2.801,30	0,00	0,00%	32,01%		
3	313	106	012036	70110000	Equipamento básico	0,00	3.475,00	0,00	3.805,66	3.805,66	3.805,66	0,00	0,00%	32,01%		
5	313	106	012036	70110000	Equipamento básico	0,00	8.478,00	0,00	8.805,66	8.805,66	8.805,66	0,00	0,00%	32,01%		
					Total das Despesas de Capital	0,00	15.553,00	0,00	18.412,62	13.882,62	13.882,62	0,00	0,00%	8,82%		
					Total Abertura 106	4.846,93	3.678.358,00	335.710,00	3.143.348,00	3.018.335,22	4.354,07	1.012.521,40	1.016.975,47	2.340,75	27,81%	
					Total Fonte Im. 313	4.846,93	3.678.358,00	335.710,00	3.143.348,00	3.018.335,22	4.354,07	1.012.521,40	1.016.975,47	2.340,75	27,81%	
					Despesas Correntes											
2	341	106	012036	20101000	Aquisição de bens e serviços	0,00	737.000,00	309.584,00	612.924,06	608.480,35	608.480,35	0,00	0,00%	83,20%		
3	341	106	012036	20101000	Aquisição de bens	0,00	7.450,00	3.556,00	5.405,46	5.405,46	5.405,46	0,00	0,00%	72,95%		
3	341	106	012036	20101000	Outros bens	0,00	7.450,00	3.556,00	5.405,46	5.405,46	5.405,46	0,00	0,00%	72,95%		
3	341	106	012036	20101000	Aquisição de serviços	0,00	739.590,00	309.584,00	607.519,49	605.074,89	605.074,89	0,00	0,00%	83,81%		
3	341	106	012036	20101000	Locação de autocarros	0,00	54.821,00	24.736,00	39.336,83	38.105,26	38.105,26	0,00	0,00%	69,52%		
3	341	106	012036	20101000	Transportes	0,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	0,00	0,00%	100,00%		
3	341	106	012036	20101000	Deslocações e estadas	0,00	4.421,00	1.335,00	3.085,95	3.085,95	3.085,95	0,00	0,00%	69,87%		
3	341	106	012036	20101000	Publicidade	0,00	8.358,00	3.545,00	4.612,90	4.612,90	4.612,90	0,00	0,00%	56,84%		
3	341	106	012036	20101000	Publicidade e regulação	0,00	32.954,00	2.835,00	9.871,50	9.373,80	9.373,80	497,30	0,00	0,00%	28,30%	
3	341	106	012036	20101000	Outros serviços	0,00	838.907,00	82.323,00	350.700,71	317.880,36	317.880,36	0,00	0,00%	36,93%		
					Total das Despesas Correntes	0,00	727.800,00	309.584,00	612.924,06	608.480,35	608.480,35	0,00	0,00%	83,70%		
					Total Fonte Im. 341	0,00	727.800,00	309.584,00	612.924,06	608.480,35	608.480,35	0,00	0,00%	83,70%		
					Total Fonte Im. 541	0,00	727.800,00	309.584,00	612.924,06	608.480,35	608.480,35	0,00	0,00%	83,70%		
					Total Orç. Inve. 1	34.102,72	23.648.588,00	423.294,00	10.015.913,50	10.789.730,05	19.472,48	18.763.177,40	18.782.649,90	216.173,47	0,08%	83,37%
					Total Orç. (Despesas Correntes)	34.102,72	21.699.221,00	423.294,00	9.767.027,06	10.582.124,07	19.472,48	18.545.564,80	18.545.034,80	337.064,13	0,00%	90,10%
					Total Orç. (Despesas Cap.)	0,00	1.956.367,00	0,00	248.048,54	217.613,46	0,00	217.613,46	30.435,38	0,00	11,12%	
					Total Orç. Im.	34.102,72	23.648.588,00	423.294,00	10.015.913,50	10.789.730,05	19.472,48	18.782.849,90	216.173,47	0,08%	83,37%	

O Conselho de Administração
 Em 25 de Abril de 2022

Pauo José Barbosa Furtado
 Em 25 de Abril de 2022

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Promoção Artística E.P.E.

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício	Unidade Orgânica	2022	2021	Classificação			Descrição	Receitas				Observações	
				Fonte Fin.	Atividade	Programa		Previsões Anuais	Inscrições e Reforços	Diminuições	Créditos Especiais		Previsões Compensadas
1	01.1	000	01.1.0.36	07		Venda de bens e serviços correntes	5.388.588,00	286.768,00	0,00	387.768,00	0,00	5.387.588,00	
1	01.1	000	01.1.0.36	0700		Venda de bens	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
1	01.1	000	01.1.0.36	0701.06		MERCADORIAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
1	01.1	000	01.1.0.36	0701.0802		Mercadorias	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
1	01.1	000	01.1.0.36	0701.0801.78		Rec Própria - Mercadoria	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
1	01.1	000	01.1.0.36	0702		Serviços	1.392.588,00	286.768,00	387.768,00	0,00	0,00	3.222.588,00	
1	01.1	000	01.1.0.36	0702.08		Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	3.106.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.106.820,00	
1	01.1	000	01.1.0.36	0702.0802		Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	3.106.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.106.820,00	
1	01.1	000	01.1.0.36	0702.0801.78		Rec Própria - Serv. soc. recreat. cultur e desporto	3.106.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.106.820,00	
1	01.1	000	01.1.0.36	0702.99		Outros	286.768,00	286.768,00	387.768,00	0,00	0,00	385.768,00	
1	01.1	000	01.1.0.36	0702.9902		Formação	286.768,00	0,00	286.768,00	0,00	0,00	0,00	
1	01.1	000	01.1.0.36	0702.9901.78		Rec Própria - Formação - Outros serviços	286.768,00	0,00	286.768,00	0,00	0,00	0,00	
1	01.1	000	01.1.0.36	0703.0000		Quotas	0,00	286.768,00	100.000,00	0,00	0,00	185.768,00	
1	01.1	000	01.1.0.36	0703.9999.78		Rec Própria - Outras quotas serviços	0,00	286.768,00	100.000,00	0,00	0,00	185.768,00	
						Total das Receitas Correntes	3.628.588,00	387.768,00	387.768,00	0,00	0,00	3.628.588,00	
						Total Atividade 000	48.132.840,00	387.768,00	387.768,00	0,00	0,00	3.628.588,00	
						Total Fonte Fin. 513	5.628.588,00	387.768,00	387.768,00	0,00	0,00	3.628.588,00	
						Receitas de Capital							
1	01.2	000	01.2.0.36	16		Saldo de garantia anterior	0,00	232.540,00	0,00	0,00	0,00	232.540,00	
1	01.2	000	01.2.0.36	1802		Saldo orçamento	0,00	232.540,00	0,00	0,00	0,00	232.540,00	
1	01.2	000	01.2.0.36	1801.03		Na posse do serviço - Rec Própria	0,00	232.540,00	0,00	0,00	0,00	232.540,00	
1	01.2	000	01.2.0.36	1801.03.01.78		Na posse do serviço - Rec Própria	0,00	232.540,00	0,00	0,00	0,00	232.540,00	
						Total das Receitas de Capital	0,00	232.540,00	0,00	0,00	0,00	232.540,00	
						Total Atividade 500	0,00	232.540,00	0,00	0,00	0,00	232.540,00	
						Total Fonte Fin. 522	0,00	232.540,00	0,00	0,00	0,00	232.540,00	
						Receitas Correntes							
1	04.1	000	01.2.0.36	06		Transferências correntes	727.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	727.000,00	
1	04.1	000	01.2.0.36	0502		Administrações centrais	727.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	727.000,00	
1	04.1	000	01.2.0.36	0503.07		Serviços e Fundos Auxiliares	727.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	727.000,00	

OPART - Organismo de Promoção Artística E.P.E.

Para o Jure-Belisk Pruzedo

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

14/04/2022 | 3/3

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura e Dezembro

Exercício: 2021
 Lançamento: 7000's

(Mostrar em R\$)

Origem	Fonte de Arrecadação	Programa	Economia	Descrição	RECEITA			Previsão e Correção	Características
					Inscrições e Rubricas	Alterações Anuais	Cruzadas Especiais		
3	000	012036	00030702	Rec Própria - Administ. Geral-SPBa	0,00	0,00	0,00	727.000,00	
3	000	012036	00030702	Rec própria - Administ. Geral-SPBa	0,00	0,00	0,00	727.000,00	
				Total das Rubricas Corretivas	0,00	0,00	0,00	727.000,00	
				Total Anulada ODO	0,00	0,00	0,00	727.000,00	
				Total Fonte RH, 24 II	0,00	0,00	0,00	727.000,00	
				Total Originais 1	2.384.380,00	417.280,00	0,00	2.801.660,00	
				Total Geral (Reservas Corretivas)	417.280,00	417.280,00	0,00	834.560,00	
				Total Geral (Reservas Captais)	2.384.380,00	0,00	0,00	2.384.380,00	
				Total Geral	2.384.380,00	417.280,00	0,00	2.801.660,00	

O Responsável:
 Paulo Jose Batista Franco
 Em 25 de Abril de 2022

O Conselho de Administração
 Em 24 de abril de 2022



CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

14/09/2022 | 1/6

OPART - Organismo de Proteção Ambiental EPE

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício	Lançamento	2021	Códigos	Origem	Fonte	Atividade	Programa	Economia	Descrição	Doações Iniciais	Despesa			Doações Compiladas	Observações
											Alterações	Alterações	Créditos		
											Imprecisa	Reforço	Atualizada	Exercício	
									FUNCIIONAMENTO NORMAL						
									Despesas Correntes						
									Despesas com o pessoal	15.438.875,00	1.433.178,00	278.501,00	0,00	15.283.352,00	
									Remunerações certas e permanentes	11.999.620,00	9.570,00	149.893,00	0,00	13.894.287,00	
									Obrigos sociais	3.423.835,00	0,00	5.000,00	0,00	3.428.835,00	
									Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	8.022.867,00	0,00	10.333,00	0,00	8.033.200,00	
									Pessoal contratado a termo	623.321,00	0,00	20.000,00	0,00	643.321,00	
									Pessoal em regime de tarefa ou avulsa	90.960,00	0,00	20.000,00	0,00	110.960,00	
									Pessoal em qualquer outra situação	299.240,00	0,00	55.000,00	0,00	354.240,00	
									Representação	88.045,00	0,00	0,00	0,00	88.045,00	
									Suplementos e prêmios	710.495,00	9.570,00	0,00	0,00	720.065,00	
									Subsídio de férias e de Natal	443.960,00	0,00	32.370,00	0,00	476.330,00	
									Subsídio de férias e de Natal	3.975.104,00	0,00	0,00	0,00	3.975.104,00	
									Subsídio de férias	787.397,00	0,00	0,00	0,00	787.397,00	
									Subsídio de Natal	787.397,00	0,00	0,00	0,00	787.397,00	
									Alheios variáveis ou eventuais	390.843,00	87.435,00	87.435,00	0,00	565.713,00	
									Horas extraordinárias	93.341,00	0,00	45.435,00	0,00	138.776,00	
									Ajudas de custo	67.800,00	0,00	38.000,00	0,00	105.800,00	
									Abono p' famílias	4.138,00	435,00	0,00	0,00	4.573,00	
									Indenizações por cessação de funções	229.288,00	37.000,00	0,00	0,00	266.288,00	
									Segurança social	3.039.412,00	50.373,00	30.373,00	0,00	3.120.158,00	
									Contribuições p' a segurança social	2.751.441,00	1.600,00	50.373,00	0,00	2.803.414,00	
									Caixa Geral de Aposentações	18.389,00	5.800,00	0,00	0,00	24.189,00	
									Segurança Social	2.733.072,00	0,00	50.373,00	0,00	2.783.445,00	
									Seguros	287.871,00	48.773,00	0,00	0,00	336.644,00	
									Aquisição de bens e serviços	2.697.325,00	312.844,00	929.431,00	0,00	3.939.600,00	
									Aquisição de bens	94.872,00	71.008,00	28.308,00	0,00	194.188,00	
									Limpeza e higiene	8.810,00	0,00	9.191,00	0,00	17.991,00	
									Alimentação-Refeições confeccionadas	0,00	3.508,00	4.537,00	0,00	8.045,00	
									Vestuário e artigos pessoais	11.808,00	1.000,00	3.829,00	0,00	16.637,00	
									Material de escritório	13.808,00	1.000,00	3.829,00	0,00	18.637,00	
									Material de escritório	16.843,00	9.000,00	5.485,00	0,00	31.328,00	
									Ferramentas e utensílios	47.436,00	62.500,00	11.266,00	0,00	121.202,00	
									Outros bens						

OPART - Organismo de Proteção Ambiental EPE

Flaw Jose Beksh Kurado

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Proteção Ambiental S/A

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

14/04/2022 | 2/6

Órgão	Fundo	Análise	Programa	Especif.	Descrição	Orcam. Inicial	Despesa			Dotações Corrigidas	Observações
							Empenho	Empenho em 31/12/21	Empenho em 31/12/21		
1	318	106	11228	222	Aquisição de serviços	2.002.453,00	430.816,00	901.123,00	0,00	2.132.268,00	
1	318	106	11228	22201	Encargos das instalações	371.682,00	69.645,00	195.546,00	0,00	249.751,00	
1	318	106	11228	22202	Encargos das instalações	571.692,00	69.612,00	195.546,00	0,00	249.751,00	
1	318	106	11228	22203	Limpeza e higiene	538.646,00	43.866,00	44.967,00	0,00	137.377,00	
1	318	106	11228	22204	Conservação de bens	202.807,00	9.060,00	42.784,00	0,00	170.083,00	
1	318	106	11228	22205	Locação de edifícios	378.614,00	52.352,00	35.929,00	0,00	172.237,00	
1	318	106	11228	22206	Locação de edifícios	178.614,00	52.352,00	58.929,00	0,00	172.237,00	
1	318	106	11228	22207	Locação de material de transporte	8.000,00	0,00	4.595,00	0,00	5.405,00	
1	318	106	11228	22208	Locação de outros bens	208.958,00	31.000,00	155.972,00	0,00	86.986,00	
1	318	106	11228	22209	Comunicações	32.595,00	9.052,00	12.834,00	0,00	21.333,00	
1	318	106	11228	22210	Comunicações	1.643,00	1.337,00	1.049,00	0,00	2.133,00	
1	318	106	11228	22211	Comunicações	45.940,00	7.714,00	5.866,00	0,00	28.518,00	
1	318	106	11228	22212	Comunicações	14.760,00	0,00	6.599,00	0,00	8.161,00	
1	318	106	11228	22213	Transportes	48.497,00	4.887,00	10.809,00	0,00	42.558,00	
1	318	106	11228	22214	Reparação dos serviços	5.280,00	0,00	3.712,00	0,00	4.568,00	
1	318	106	11228	22215	Seguros	27.817,00	12.093,00	9.022,00	0,00	30.878,00	
1	318	106	11228	22216	Seguros	37.837,00	12.093,00	9.022,00	0,00	30.878,00	
1	318	106	11228	22217	Deslocações e estradas	40.955,00	3.506,00	52.959,00	0,00	51.798,00	
1	318	106	11228	22218	Formação	0,00	332,00	0,00	0,00	332,00	
1	318	106	11228	22219	Publicidade	70.374,00	0,00	49.117,00	0,00	21.457,00	
1	318	106	11228	22220	Publicidade	70.374,00	0,00	49.117,00	0,00	21.457,00	
1	318	106	11228	22221	Vigilância e segurança	230.478,00	99.714,00	50.628,00	0,00	229.364,00	
1	318	106	11228	22222	Outros trabalhos especializados	0,00	9.364,00	0,00	0,00	9.364,00	
1	318	106	11228	22223	Outros trabalhos especializados	0,00	9.364,00	0,00	0,00	9.364,00	
1	318	106	11228	22224	Outros serviços	1.035.550,00	1.06.000,00	581.549,00	0,00	980.001,00	
1	318	106	11228	22225	Outras despesas correntes	930.000,00	887.769,00	354.377,00	0,00	1.443.392,00	
1	318	106	11228	22226	Diversas	930.000,00	887.769,00	354.377,00	0,00	1.443.392,00	
1	318	106	11228	22227	Impostos e taxas	0,00	42.425,00	42.425,00	0,00	647.106,00	
1	318	106	11228	22228	Outras	930.000,00	177.948,00	511.752,00	0,00	786.494,00	
1	318	106	11228	22229	Aquisição de bens e serviços	0,00	30.558,00	9,00	0,00	29.518,00	
1	318	106	11228	22230	Aquisição de bens	0,00	30.558,00	9,00	0,00	29.518,00	
1	318	106	11228	22231	Limpeza e higiene	0,00	538,00	0,00	0,00	939,00	
1	318	106	11228	22232	Feramentas e utensílios	0,00	505,00	0,00	0,00	505,00	

OPART - Organismo de Proteção Ambiental S/A

Flavio Jose Barbosa Mendes

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Produção Artesanal EPE

14/04/2022 | 3/6

Alterações Orçamentais de Despesa - de Abertura a Dezembro

Orgânica	Específica	Descrição	Classificação			Descrição	Dotações Iniciais	Orçamento			Observações
			Atividade	Programa	Economia			Anexo		Comparações	
								Atividade	Programa		
1	318	106	318236	318236	20021	0,00	326,00	0,00	0,00	228,00	
1	318	106	318236	318236	302	0,00	28.348,00	0,00	0,00	28.348,00	
1	318	106	318236	318236	30232	0,00	28.348,00	0,00	0,00	28.348,00	
1	318	106	318236	318236	3023230	0,00	28.348,00	0,00	0,00	28.348,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	0,00	28.348,00	0,00	0,00	28.348,00	
						18.046.000,00	1.363.309,00	1.363.309,00	0,00	19.046.600,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	247.000,00	92.059,00	92.059,00	0,00	247.000,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	247.000,00	92.059,00	92.059,00	0,00	247.000,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	0,00	31.608,00	0,00	0,00	31.608,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	0,00	31.608,00	0,00	0,00	31.608,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	60.000,00	0,00	34.286,00	0,00	34.286,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	60.000,00	0,00	34.286,00	0,00	34.286,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	65.000,00	0,00	34.000,00	0,00	44.000,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	65.000,00	0,00	34.000,00	0,00	44.000,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	22.000,00	0,00	6.713,00	0,00	15.287,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	22.000,00	0,00	6.713,00	0,00	15.287,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	100.000,00	60.451,00	27.040,00	0,00	133.591,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	100.000,00	60.451,00	27.040,00	0,00	133.591,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	247.000,00	92.059,00	92.059,00	0,00	247.000,00	
						18.293.000,00	1.854.368,00	1.854.368,00	0,00	19.293.000,00	
						19.293.000,00	1.854.368,00	1.854.368,00	0,00	19.293.000,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	1.833.011,00	244.070,00	244.070,00	0,00	1.833.011,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	58.830,00	114.720,00	114.720,00	0,00	359.477,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	8.520,00	0,00	4.100,00	0,00	4.820,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	0,00	33.288,00	0,00	0,00	15.268,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	0,00	3.349,00	0,00	0,00	1.359,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	2.992,00	0,00	0,00	0,00	2.992,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	2.932,00	0,00	0,00	0,00	2.932,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	6.000,00	2.921,00	0,00	0,00	8.379,00	
1	318	106	318236	318236	30232300	33.038,00	10.486,00	13.239,00	0,00	32.983,00	

OPART - Organismo de Produção Artesanal EPE

afanco juve Betske fundo

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Proteção Ambiental EPE

14/04/2022 | 4/8

Aterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Programa	Fonte de Recurso	Classificação	Economia	Descrição	Despesas Iniciais	Despesa			Despesas Compensadas	Observações
						Atorques: Contratos, Demanda, Reservas	Atorques: Aquisições	Créditos Especiais		
1	513	146	20213	Livros e documentação técnica	384,00	382,00	0,00	0,00	329,00	
1	513	146	20221	Outros bens	26.936,00	87.015,00	8.571,00	0,00	1.05.418,00	
1	513	146	20222	Aquisição de serviços	1.836.381,00	129.341,00	229.989,00	0,00	1.725.534,00	
1	513	146	20223	Encargos das instalações	0,00	27.847,00	0,00	0,00	27.847,00	
1	513	146	20224	Encargos das instalações	0,00	27.847,00	0,00	0,00	27.847,00	
1	513	146	20225	Limpeza e higiene	0,00	3.450,00	0,00	0,00	3.450,00	
1	513	146	20226	Conservação de bens	693.467,00	0,00	199.699,00	0,00	493.768,00	
1	513	146	20227	Locação de edifícios	0,00	11.614,00	0,00	0,00	11.614,00	
1	513	146	20228	Locação de edifícios	0,00	31.634,00	0,00	0,00	31.634,00	
1	513	146	20229	Locação de material de transporte	4.000,00	8.935,00	0,00	0,00	10.935,00	
1	513	146	20230	Locação de outros bens	109.109,00	0,00	0,00	0,00	109.109,00	
1	513	146	20231	Comunicações	9.620,00	7.025,00	3.635,00	0,00	12.010,00	
1	513	146	20232	Comunicações	9.620,00	7.025,00	3.635,00	0,00	12.010,00	
1	513	146	20233	Comunicações	9.620,00	0,00	3.635,00	0,00	4.985,00	
1	513	146	20234	Transportes	8.739,00	0,00	0,00	0,00	8.739,00	
1	513	146	20235	Transportes	1.320,00	0,00	0,00	0,00	1.320,00	
1	513	146	20236	Representação dos serviços	32.202,00	3.395,00	0,00	0,00	33.597,00	
1	513	146	20237	Seguros	42.202,00	3.395,00	0,00	0,00	43.597,00	
1	513	146	20238	Seguros	42.202,00	3.395,00	0,00	0,00	43.597,00	
1	513	146	20239	Deslocações a estadas	27.989,00	24.030,00	0,00	0,00	32.019,00	
1	513	146	20240	Fornecimento	0,00	2.440,00	0,00	0,00	2.440,00	
1	513	146	20241	Publicidade	49.656,00	40.000,00	50,00	0,00	83.597,00	
1	513	146	20242	Publicidade	49.656,00	40.000,00	50,00	0,00	83.597,00	
1	513	146	20243	Vigilância e segurança	3.807,00	7.500,00	0,00	0,00	11.307,00	
1	513	146	20244	Outros trabalhos especializados	0,00	539,00	0,00	0,00	539,00	
1	513	146	20245	Outros trabalhos especializados	0,00	539,00	0,00	0,00	539,00	
1	513	146	20246	Serviços de saúde	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	
1	513	146	20247	Serviços de saúde	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	
1	513	146	20248	Testes de diagnóstico	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	
1	513	146	20249	Encargos de cobrança de receitas	20.910,00	6.765,00	0,00	0,00	27.675,00	
1	513	146	20250	Outros serviços	965.362,00	1,00	26.825,00	0,00	938.588,00	
1	513	146	20251	Outras despesas correntes	34.110,00	0,00	0,00	0,00	34.110,00	
1	513	146	20252	Diversas	34.110,00	0,00	0,00	0,00	34.110,00	
1	513	146	20253	Outras	34.110,00	0,00	0,00	0,00	34.110,00	
1	513	146	20254	Outras	34.110,00	0,00	0,00	0,00	34.110,00	

Sistema: OPART - Usuário: ORÇAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS

Mano Jose Beltrami

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

14/04/2022 | 158

OPART - Organismo de Proteção Ambiental

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Orgão	Conta	Programa	Específica	Descrição	Compras	Despesa			Compras	Outros
						Despesa	Despesa	Despesa		
					Compras	Despesa	Despesa	Compras	Outros	
					3.893.215,00	244.070,00	244.070,00	3.893.215,00		
Totais Despesas Correntes										
Despesas de Capital										
1	313	1208	1208	Aquisição de bens de capital	1.709.387,00	11.478,00	11.478,00	1.709.387,00	0,00	
1	313	1208	1208	Investimentos	1.709.387,00	11.478,00	11.478,00	1.709.387,00	0,00	
1	313	1208	1208	Equipamento de informática	1.898.187,00	0,00	10.885,00	1.887.302,00	0,00	
1	313	1208	1208	Equipamento de informática	1.696.357,00	0,00	10.885,00	1.685.472,00	0,00	
1	313	1208	1208	Software informático	5.000,00	2.000,00	593,00	6.407,00	0,00	
1	313	1208	1208	Software informático	3.000,00	2.000,00	583,00	6.407,00	0,00	
1	313	1208	1208	Equipamento administrativo	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	
1	313	1208	1208	Equipamento administrativo	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	
1	313	1208	1208	Equipamento básico	0,00	9.478,00	0,00	9.478,00	0,00	
1	313	1208	1208	Equipamento básico	0,00	9.478,00	0,00	9.478,00	0,00	
Totais Despesas de Capital					1.709.387,00	11.478,00	11.478,00	1.709.387,00	0,00	
Total Alterações 106					3.828.588,00	255.548,00	255.548,00	3.828.588,00	0,00	
Total Fonte Fin. 313					3.828.588,00	255.548,00	255.548,00	3.828.588,00	0,00	
Despesas Correntes										
1	341	1208	1208	Aquisição de bens e serviços	727.000,00	96.299,00	96.299,00	727.000,00	0,00	
1	341	1208	1208	Aquisição de bens	18.373,00	847,00	3.610,00	7.450,00	0,00	
1	341	1208	1208	Outros bens	10.373,00	847,00	3.510,00	7.450,00	0,00	
1	341	1208	1208	Aquisição de serviços	716.627,00	95.452,00	92.689,00	719.330,00	0,00	
1	341	1208	1208	Locação de outros bens	99.239,00	8.315,00	81.743,00	100.954,00	0,00	
1	341	1208	1208	Transportes	21.547,00	0,00	0,00	21.547,00	0,00	
1	341	1208	1208	Deslocamentos e estadas	3.341,00	164,00	1.074,00	4.431,00	0,00	
1	341	1208	1208	Publicidade	23.634,00	0,00	13.476,00	8.158,00	0,00	
1	341	1208	1208	Vigilância e segurança	19.035,00	0,00	13.476,00	8.158,00	0,00	
1	341	1208	1208	Outros serviços	548.611,00	87.173,00	6.081,00	631.865,00	0,00	
Totais Despesas Correntes					727.000,00	96.299,00	96.299,00	727.000,00	0,00	
Total Alterações 106					727.000,00	96.299,00	96.299,00	727.000,00	0,00	
Total Fonte Fin. 341					727.000,00	96.299,00	96.299,00	727.000,00	0,00	
Total Operações 1					3.828.588,00	2.005.215,00	2.005.215,00	3.828.588,00	0,00	

OPART - Organismo de Proteção Ambiental

Manoel José Batista Ruzado

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

14/04/2022 | 6%

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício:	2021	Laudo nº 00005	Classificação	2021			2021			2021			Observações
				Atividade	Programa	Economia	Orçamentos Iniciais	Orçamentos Atualizados	Capítulo Especial	Orçamentos Iniciais	Orçamentos Atualizados	Capítulo Especial	
							21.892.221,00	21.892.221,00	0,00	21.892.221,00	21.892.221,00	0,00	
							1.994.367,00	1.994.367,00	0,00	1.994.367,00	1.994.367,00	0,00	
							23.886.588,00	23.886.588,00	0,00	23.886.588,00	23.886.588,00	0,00	

O Responsável
Raulo José Balish Ruas
 Em 29 de Abril de 2022

O Presidente de Administração
[Assinatura]
 Em 29 de Abril de 2022



CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

14/04/2022 | 1/2

Relatório em PDF

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Dezembro)

Exercício: 2021
 Lançamento:

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (1)					TOTAL	N-1
	RF	RG	UE	EMPR	FLUIDOS ALHEIOS		
Saldos de gestão anterior							
Operações orçamentais (1)	232 63308	1 154 63308	0 00	0 00	0 00	1 387 26616	229 61308
Restituição de saldos de operações orçamentais	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
Operações de tesouraria (A)					0 00	0 00	0 00
Receita corrente							
R1 Receita Fiscal	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R1.1 Impostos diretos	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R1.2 Impostos indiretos	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R4 Rendimentos de propriedade	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R5 Transferências e subvencões correntes	1 029 99600	19 292 99600	0 00	0 00	0 00	20 322 99600	20 363 60600
R5.1 Transferências correntes	1 029 99600	19 292 99600	0 00	0 00	0 00	20 322 99600	20 363 60600
R5.1.1 Administrações Públicas	727 00000	19 292 99600	0 00	0 00	0 00	20 019 99600	20 019 99600
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0 00	19 292 99600	0 00	0 00	0 00	19 292 99600	19 292 99600
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	727 00000	0 00	0 00	0 00	0 00	727 00000	727 00000
R5.1.1.3 Segurança Social	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R5.1.1.4 Administração Regional	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R5.1.1.5 Administração Local	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R5.1.2 Exterior - UE	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R5.1.3 Outros	302 99600	0 00	0 00	0 00	0 00	302 99600	343 60600
R5.2 Subvencões correntes	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R6 Venda de bens e serviços	784 98757	0 00	0 00	0 00	0 00	784 98757	815 41979
R7 Outras Receitas Correntes	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
Receita de Capital							
R8 Venda de bens de investimento	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R9 Transferências e subvencões de capital	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R9.1 Transferências de capital	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R9.1.1 Administrações Públicas	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R9.1.1.3 Segurança social	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R9.1.1.4 Administração Regional	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R9.1.1.5 Administração Local	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R9.1.2 Exterior - UE	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R9.1.3 Outros	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R9.2 Subvencões de capital	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R10 Outras receitas de capital	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R11 Reposições não associadas aos pagamentos	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
Receita efetiva (2)	1 794 65307	19 292 99600	0 00	0 00	0 00	21 087 64907	20 782 20606
Receita não efetiva (3)	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R12 Ativos financeiros	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
R13 Passivos financeiros	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
Soma (4)=(1)+(2)+(3)	1 794 65307	19 292 99600	0 00	0 00	0 00	21 087 64907	21 092 20606
Requisições de operações de tesouraria (B)					0 00	0 00	0 00

Marco José Belizk Rezado

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

OPART - Organismo de Produção Artística E.P.E

14/04/2022 | 1/2

Valor em €

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Dezembro)

Exercício: 2021
 Lançamento:

RUBRICA	REGIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (R)						N-1
		RP	RG	LE	ESMR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente								
D1	Despesas com o pessoal	0,00	14.426.430,65	0,00	0,00	0,00	14.426.430,65	14.426.430,65
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	11.239.132,00	0,00	0,00	0,00	11.239.132,00	11.239.132,00
D1.2	Ativos variáveis ou eventuais	0,00	3.184.443,23	0,00	0,00	0,00	3.184.443,23	443.979,64
D1.3	Segurança social	0,00	2.841.894,27	0,00	0,00	0,00	2.841.894,27	2.910.267,61
D2	Aquisição de bens e serviços	1.813.473,88	2.159.194,17	0,00	0,00	0,00	2.733.270,88	2.172.823,11
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	1.439.211,10	0,00	0,00	0,00	1.439.211,10	1.861.172,88
D6	Aquisição de bens de capital	12.982,00	223.832,00	0,00	0,00	0,00	217.813,00	223.832,00
Despesa de Capital								
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva (A)		1.826.455,88	18.257.294,68	0,00	0,00	0,00	19.783.649,88	
Despesa não efetiva (B)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma (7)+(8)+(9)		1.826.455,88	18.257.294,68	0,00	0,00	0,00	19.783.649,88	
Passamentos de operações de tesouraria (C)						0,00	0,00	
Saldo para gerências seguinte								
Operações orçamentais (S)=(4)-(7)		401.837,41	2.870.394,30	0,00	0,00	0,00	3.272.231,71	1.967.093,05
Operações de tesouraria (D)=(4)+(8)-(9)						0,00	0,00	0,00
Saldo global (Z)=(15)		369.897,75	1.339.564,60	0,00	0,00	0,00	1.504.902,60	1.746.483,07
Despesa primária		1.826.455,88	18.257.294,68	0,00	0,00	0,00	19.783.649,88	19.235.915,79
Saldo corrente		169.297,75	1.329.824,80	0,00	0,00	0,00	1.504.902,60	1.749.483,07
Saldo de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo primário		169.297,75	1.329.824,80	0,00	0,00	0,00	1.504.902,60	1.749.483,07
Recíta total (1)+(2)+(3)		2.627.894,23	11.827.586,00	0,00	0,00	0,00	23.894.652,23	23.892.715,66
Despesa total (8)+(6)		1.826.455,88	18.257.294,68	0,00	0,00	0,00	19.783.649,88	19.039.613,30

Paulo José Belkiz Praxedo



Documentação do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ex.ma Senhora Ministra da Cultura

Ex.mo Senhor Ministro das Finanças

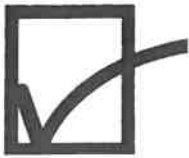
No cumprimento do mandato que V.Ex.^{as} nos conferiram e no desempenho das nossas funções, acompanhámos no exercício de 2021 a atividade da **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE**, em consequência do que vimos emitir o nosso relatório e parecer respeitante aos documentos de prestação de contas respetivos apresentados pelo Conselho de Administração, os quais compreendem, além do Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração de fluxos de caixa, e o correspondente Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A atividade por nós desenvolvida relativamente ao exercício de 2021, envolveu a aplicação dos procedimentos técnicos de fiscalização, dos quais destacamos:

- a) A apreciação, numa base de amostragem, dos registos, movimentos e saldos da contabilidade, aplicando testes de auditoria apropriados;
- b) A verificação do cumprimento dado às obrigações de carácter legal, especialmente no que respeita às exigências em matéria fiscal e parafiscal;
- c) A tomada de conhecimento dos aspetos fundamentais dos negócios sociais, através de contactos com o Conselho de Administração e serviços do OPART;
- d) A revisão dos Documentos de Prestação de Contas, incluindo o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração de fluxos de caixa, e o correspondente Anexo;
- e) O Conselho de Administração do OPART observou e cumpriu as disposições estatutárias e legais em vigor para o setor empresarial do Estado, nomeadamente no que respeita ao cumprimento das orientações relativas a remunerações vigentes em 2021, tendo também dado cumprimento às exigências constantes do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial) com divulgação e apresentação de informação adequada e completa no relatório de boas práticas do governo societário;
- f) A revisão da informação financeira orçamental, incluindo a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita, a demonstração da execução orçamental da despesa e o correspondente informação anexa.

Contou-se, da parte do Conselho de Administração e dos serviços contactados, com a maior abertura e disponibilidade, tendo sido obtidos todos os esclarecimentos solicitados e, designadamente, todos os que dependem da atuação e conhecimento direto do Conselho de Administração.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Para além do acompanhamento da atividade do Conselho de Administração, aplicámos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, um conjunto de procedimentos de verificação visando analisar e ajuizar sobre as políticas e procedimentos de incidência contabilística e de controlo interno e patrimonial.

Temos a salientar que durante o ano de 2022, os membros do governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Cultura, aprovaram as contas dos exercícios de 2017 a 2019.

PARECER

Tendo presentes as considerações anteriores, e atento o conteúdo da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apurados no exercício de 2021, positivos em 1.474.538,20 euros, apresentada pela Administração no seu relatório, no sentido da sua manutenção em Resultados Transitados.

NOTA FINAL

Apresenta-se aqui uma palavra de reconhecimento ao Conselho de Administração, bem como à Direção Financeira e Administrativa, pela atitude cooperante com que foi possível contar.

Lisboa, em 29 de abril de 2022

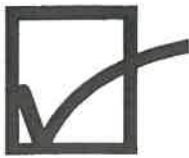
“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 119 na OROC, com registo n.º 20161438 na CMVM)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano

(Revisor Oficial de Contas n.º 631 na OROC, com registo n.º 20160277 na CMVM)



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 dezembro de 2021 (que evidencia um total de 4.274.251 euros e um total de património líquido de 222.492 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.478.538 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Base para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE**, em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

O **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE**, não dispõe de um cadastro atualizado de todos os bens do ativo fixo tangível, pelo que não temos condições que nos permitam concluir com segurança elevada sobre a razoabilidade das respetivas quantias registadas no Ativo, por força de erros ou distorções gerados por eventuais divergências entre a existência física e o registo contabilístico. Ainda assim, convém ter presente que os serviços dispõem de suportes documentais para todas as aquisições ocorridas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. ~~Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.~~

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Incerteza material relacionada com a continuidade

Tal como referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, o **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE**, prepara as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar as atividades no curto prazo.

Com base no nosso trabalho, apesar de o património líquido em 31 de dezembro de 2021 ser positivo, a circunstância de estarmos perante uma unidade do Estado, tutelada pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério das Finanças, determina que, por definição, se assuma estar assegurado o financiamento público das atividades, razão pela qual não temos conhecimento de que, por motivo de falta de financiamento ou outro, exista qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade em continuar as suas atividades.

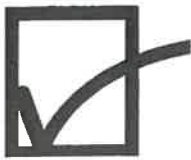
Adicionalmente, tal como referido na nota 18 do anexo às demonstrações financeiras, considerando a situação de subfinanciamento crónico com que a Entidade se tem deparado, os membros do governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Cultura, decidiram em 2016 converter em Património/Capital um empréstimo concedido pelo Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no valor de 900.000 euros, acrescido dos juros vencidos, no valor global de 935.891 euros, operação que ainda não foi concretizada, devido ao facto de ainda não se encontrarem registadas na respetiva conservatória as aprovações dos documentos de prestação de contas, referentes aos exercícios de 2017 e seguintes. Contudo, durante o ano de 2022, os membros do governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Cultura, aprovaram as contas dos exercícios de 2017 a 2019, motivo pelo qual se prevê que durante o ano de 2022 se realize o aumento do Património/Capital.

Com a concretização desta operação, o património líquido em 31 de dezembro de 2021 teria a expressão positiva de 1.158.382 euros.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O conselho de administração é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

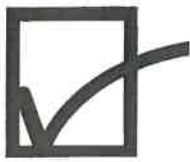
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
 - obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho Diretivo;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho Diretivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
-
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 23.054.653 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 19.782.650 euros).

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre o princípio da unidade de tesouraria do Estado

Conforme divulgado no balanço e na nota 1 do Anexo às Demonstrações financeiras dos Fluxos de Caixa, em termos de cumprimento das obrigações legais do Relato, a Entidade apresenta, em 31 de dezembro de 2021, um total de 3.272.002 euros de caixa e depósitos, das quais 3.261.259 euros (99,7%), no IGCP e 10.744 euros (0,3%) na sua tesouraria/ caixa.

Lisboa, em 29 de abril de 2022

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 119 na OROC, com registo n.º 20161438 na CMVM)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano

(Revisor Oficial de Contas n.º 631 na OROC, com registo n.º 20160277 na CMVM)